



Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Sumário

1. LDO – PL178/2016.....	03
---------------------------------	-----------

PROJETOS PARA VOTAÇÃO EM PLENÁRIO	03
--	-----------

2. PL 572/1995	03
3. PL 416/2009	05
4. PL 231/2010	10
5. PL 162/2011	13
6. PL 407/2011	14
7. PL 495/2011	16
8. PL 366/2012	18
9. PL 239/2013	20
10. PL 310/2013	22
11. PL 429/2013	24
12. PL 601/2013	26
13. PL 648/2013	28
14. PL 686/2013	30
15. PL 701/2013	33
16. PL 759/2013	34
17. PL 825/2013	37
18. PL 864/2013	38
19. PL 226/2014	40
20. PL 245/2014	44
21. PL 334/2014	45
22. PL 509/2014	46
23. PL 532/2014	47
24. PL 068/2015	49
25. PL 089/2015	51
26. PL 189/2015	52
27. PL 218/2015	53
28. PL 264/2015	55

29. PDL 68/2015.....	59
30. PR 024/2004.....	60
31. PR 016/2015.....	61
32. PLO 05/2013.....	63

PROJETOS DE DELIBERAÇÃO DAS COMISSÕES 65

33. PL 303/2000.....	65
34. PL 328/2002.....	67
35. PL 712/2003.....	69
36. PL 312/2011.....	72
37. PL 141/2012.....	75
38. PL 274/2012.....	76
39. PL 446/2013.....	78
40. PL 514/2013.....	81
41. PL 557/2013.....	84
42. PL 012/2014.....	86
43. PL 063/2014.....	88
44. PL 145/2014.....	90
45. PL 417/2014.....	92
46. PL 423/2014.....	93
47. PL 050/2015.....	94
48. PL 122/2015.....	95
49. PL 224/2015.....	96
50. PL 371/2015.....	97
51. PL 469/2015.....	98
52. PL 490/2015.....	99
53. PL 560/2015.....	100

REQUERIMENTOS 101

54. REQ FIN 39/2016.....	101
55. REQ FIN 40/2016.....	102
56. REQ FIN 41/2016.....	103
57. REQ FIN 42/2016.....	103
58. REQ FIN 43/2016.....	104
59. REQ FIN 44/2016.....	105

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

LDO

1) PL 178/2016		Executivo - FERNANDO HADDAD		Votação			
DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2017. Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB) Parecer: FAVORÁVEL COM SUBSTITUTIVO					Favor	Contra	Abst.
				Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
				Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	.	.	.
				Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	.	.	.
				Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
				Ver. EDIR SALES (PSD)	.	.	.
				Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
				Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	.	.	.
				Ver. OTA (PSB)	.	.	.
				Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Obs:							

Projetos para Votação em Plenário

2) PL 572/1995	Ver. WADIH MUTRAN (PDT)	Votação			
DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE BANHEIROS PUBLICOS DOTADOS DE SALAS DE ENGRAXATES E DE BARBEIROS, NAS PRAÇAS PUBLICAS CENTRAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB) Parecer: CONTRARIO			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-	-
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PSB)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: dispõe sobre a criação e implantação de banheiros públicos dotados de salas de engraxates e barbeiros, nas praças públicas centrais do Município de São Paulo.

Segundo o art. 2º, as entidades filantrópicas ficam responsáveis pela contratação de deficientes físicos para trabalharem como engraxates ou como barbeiros. O art 3º diz que todo o dinheiro arrecadado nas mencionadas salas de engraxates ou de barbeiros, será revertido para as entidades filantrópicas, ficando as mesmas responsáveis pela remuneração dos funcionários, bem como pela realização da manutenção geral dos banheiros e salas.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 61-63).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: foram feitos quesitos ao Executivo (fl. 64) com resposta às folhas 66-78:

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

- “Em virtude da falta de elementos, da forma vaga e pouco elaborada do texto do PL e ainda pela dimensão e complexidade da proposta, sugerimos o VETO INTEGRAL à propositura”. (fl. 68 – Supervisão Geral de Uso e Ocupação do Solo – Secretaria de Coordenação das Subprefeituras).

- “Entendemos que a implantação de equipamentos sanitários (banheiros masculinos, femininos e adaptados para pessoas com mobilidade reduzida ou eliminada), nas praças públicas da Cidade de São Paulo, é completamente equivocada tendo em vista que a demanda de sanitários públicos não tem relação com essas áreas de lazer e estar da cidade e tão pouco com a questão das suas metragens”.

Em consulta realizada nas Subprefeituras, foram catalogadas, aproximadamente, 5.000 (cinco mil) praças na Cidade de São Paulo, isto nos faz refletir que a Municipalidade necessitará de um alto investimento para implantar os pretendidos equipamentos sanitários; além de prever, na competente peça orçamentária, recursos financeiros-orçamentários para a manutenção e conservação dos novos equipamentos conforme preconiza a Lei de Responsabilidade Fiscal”. (fls. 69-70 – Assessor Especial - Secretaria de Coordenação das Subprefeituras).

- “ (...) é de fácil entendimento que as praças da cidade de São Paulo, de modo geral, têm uma vocação para cumprir suas funções ecológicas e ambientais de uma grande cidade, que no conjunto de sua vegetação propiciam a mitigação da poluição, atuando diretamente na diminuição das chamadas ilhas de calor. Dessa maneira não vemos como boa atitude a impermeabilização de milhares de metros quadrados de praças da cidade para a instalação de sanitários públicos(...). (fl. 70 - Assessor Especial - Secretaria de Coordenação das Subprefeituras)

- “O vício de iniciativa para propositura da lei afigura-se manifesto. É que pelo PL nº 572/1995 o Legislativo pretende obrigar ao Poder Executivo a implantar banheiros públicos, com salas de engraxate e barbeiros, nas praças públicas”. (fl. 74 – Assessoria Técnica de Assuntos Jurídicos - Secretaria de Coordenação das Subprefeituras).

Parecer contrário face ao exposto pelo Executivo e “tendo em vista que a propositura cria despesas sem considerar o devido impacto financeiro”. (fls. 79-80).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: parecer contrário face ao exposto pelo Executivo e tendo em vista os seguintes pontos: i) nem todas as praças que têm estrutura física, espaço, rede de água e esgoto, acessibilidade para deficientes, para receber sanitários e salas de engraxate e barbeiro; ii) não há um estudo de demanda por sanitários e pelos serviços de engraxate e barbeiro, dessa forma poderá ser investido um recurso e criada uma estrutura que não será utilizada pela população; iii) não há um levantamento se há quantidade suficiente de deficientes físicos habilitados para prestarem o serviço pretendido.; iv) não há garantia de que as salas de engraxates e barbeiros conseguirão arrecadar dinheiro suficiente para pagar os funcionários e a manutenção das salas e sanitários. Neste caso o projeto não especifica quem arcará com as despesas. (fls. 81-84).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

A presente propositura gera despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

O PROJETO DE LEI Nº 572/1995

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Wadih Mutran, visa criar e implantar banheiros públicos dotados de salas de engraxates e barbeiros, nas praças públicas centrais do Município de São Paulo.

Segundo o art. 2º, as entidades filantrópicas ficam responsáveis pela contratação de deficientes físicos para trabalharem como engraxates ou como barbeiros. O art. 3º diz que todo o dinheiro arrecadado nas mencionadas salas de engraxates ou de barbeiros, será revertido para as entidades filantrópicas, ficando as mesmas responsáveis pela remuneração dos funcionários, bem como pela realização da manutenção geral dos banheiros e salas.

Foram solicitadas informações ao Executivo, respondendo os órgãos competentes que "(...) a implantação de equipamentos sanitários (banheiros masculinos, femininos e adaptados para pessoas com mobilidade reduzida ou eliminada), nas praças públicas da Cidade de São Paulo, é completamente equivocada tendo em vista que a demanda de sanitários públicos não tem relação com essas áreas de lazer e estar da cidade e tão pouco com a questão das suas metragens", tendo o "entendimento que as praças da cidade de São Paulo, de modo geral, têm uma vocação para cumprir suas funções ecológicas e ambientais de uma grande cidade, que no conjunto de sua vegetação propiciam a mitigação da poluição, atuando diretamente na diminuição das chamadas ilhas de calor. Dessa maneira não vemos como boa atitude a impermeabilização de milhares de metros quadrados de praças da cidade para a instalação de sanitários público". Ainda argumenta que "em consulta realizada nas Subprefeituras, foram catalogadas, aproximadamente, 5.000 (cinco mil) praças na Cidade de São Paulo, isto nos faz refletir que a Municipalidade necessitará de um alto investimento para implantar os pretendidos equipamentos sanitários; além de prever, na competente peça orçamentária, recursos financeiros-orçamentários para a manutenção e conservação dos novos equipamentos conforme preconiza a Lei de Responsabilidade Fiscal".

Destarte, apesar das elevadas intenções do nobre Autor, quanto aos aspectos atinentes a esta Comissão, consideramos que a matéria não deva prosperar, pelas razões técnicas e de planejamento acima expostas.

Contrário, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

3) PL 416/2009	Ver. CARLOS ALBERTO BEZERRA JR. (PSDB); Ver. RICARDO TEIXEIRA (PROS)	Votação			
INSTITUI AS COMISSÕES REGIONAIS DE TRÂNSITO E TRANSPORTE NO ÂMBITO DE CADA SUBPREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-	-
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PSB)	-	-	-
Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-		
Relator: Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)					
Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO					
Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.					
ASSUNTO: institui as Comissões Regionais de Trânsito e Transporte no âmbito de cada uma das 31 Subprefeituras do Município de São Paulo. As referidas Comissões terão como principal função o					

Comissão de Finanças e Orçamento

Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

acompanhamento da gestão das políticas de trânsito e transporte, com caráter consultivo, fiscalizador e deliberativo, e estarão vinculadas à Secretaria Municipal de Transportes. As Comissões serão compostas por doze membros titulares (e igual número de suplentes), com mandato de dois anos, distribuídos entre representantes da Administração Municipal, representantes da população local e representantes dos operadores dos serviços de transporte e outros. As atividades das Comissões serão coordenadas por uma Comissão Executiva composta por quatro membros, com mandato de um ano. A Secretaria Municipal de Transportes e as Subprefeituras deverão fornecer às Comissões Regionais os meios necessários para o seu funcionamento.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 11).

Comissão de Administração Pública: favorável (fls. 12)

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: favorável (fls. 14/15).

Comissão de Finanças e Orçamento:

Inicialmente foi designado Relator o Vereador Aníbal de Freitas (fls. 16), que solicitou informações ao Executivo (fls. 17); posteriormente, foi nomeado Relator o Ver. Adilson Amadeu (fls. 34-verso).

Solicitadas informações ao Executivo (fl. 17); resposta a fls. 19/30:

- "... deve-se ressaltar que o CTB [Código de Trânsito Brasileiro] já prevê a participação do cidadão em assuntos de trânsito, independentemente de sua inserção em comissões, nos termos dos artigos 72 e 73: "Art. 72. Todo cidadão ou entidade civil tem o direito de solicitar, por escrito, aos órgãos ou entidades do Sistema Nacional de Trânsito, sinalização, fiscalização e implantação de equipamentos de segurança, bem como sugerir alterações em normas, legislação e outros assuntos pertinentes a este Código.

Art. 73. Os órgãos ou entidades pertencentes ao Sistema Nacional de Trânsito têm o dever de analisar as solicitações e responder, por escrito, dentro de prazos mínimos, sobre a possibilidade ou não de atendimento, esclarecendo ou justificando a análise efetuada, e, se pertinente, informando ao solicitante quando tal evento ocorrerá." – SMT/AJ (fl. 25);

- "... não existe nenhuma estrutura regionalizada equivalente à pretendida pelo Projeto... que trate especificamente do assunto "trânsito e transporte".

Contudo, podemos citar o Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU, cuja estrutura é equivalente ao pretendido pelo projeto, no que diz respeito à forma de atuação envolvendo representantes dos órgãos municipais e da população e que tem, dentre as várias competências, apreciar questões relativas a transporte. Deve-se esclarecer que CMPU não é regionalizada... a Comissão Regional pretendida no aludido PL tem competências que se superpõem às competências de outros órgãos públicos, principalmente porque se pretende que tenha caráter fiscalizador e deliberativo, o que não é justificável no nosso entendimento.

Também nos parece que a super estrutura a ser criada com a criação das Comissões Regionais acabaria dificultando a tomada de decisões pois os problemas de linhas de transporte público e de trânsito em geral normalmente não estão restritos à área abrangida por uma única regional.

Como exemplo, poderíamos citar um exemplo hipotético de criação de linha de ônibus cujo itinerário se estendesse pela região de mais de uma Subprefeitura. Neste exemplo, teríamos que ter outra comissão coordenadora para aglutinar as discussões e decisões?" – Diretor – DSV (fls. 28/29).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O presente projeto implica gastos necessários ao funcionamento adequado das Comissões Regionais de

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Trânsito e Transportes; ou seja, a propositura geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária. Conforme informações do Executivo, as normas vigentes (em especial os artigos 72 e 73 do Código de Trânsito Brasileiro) e a existência do Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU já seriam suficientes para atender as demandas que a propositura pretende abranger.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia
Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
O PROJETO DE LEI Nº 416/2009

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Carlos Alberto Bezerra Junior e Ricardo Teixeira, visa instituir as Comissões Regionais de Trânsito e Transporte no âmbito de cada uma das Subprefeituras do Município de São Paulo.

As referidas Comissões terão como principal função o acompanhamento da gestão das políticas de trânsito e transporte, com caráter consultivo, fiscalizador e deliberativo, e estarão vinculadas à Secretaria Municipal de Transportes. As Comissões serão compostas por doze membros titulares (e igual número de suplentes), com mandato de dois anos, distribuídos entre representantes da Administração Municipal, representantes da população local e representantes dos operadores dos serviços de transporte e outros. As atividades das Comissões serão coordenadas por uma Comissão Executiva composta por quatro membros, com mandato de um ano. A Secretaria Municipal de Transportes e as Subprefeituras deverão fornecer às Comissões Regionais os meios necessários para o seu funcionamento.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor ao projeto, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer. Contudo, a fim de que o texto tenha um caráter perene, sem que conste o número de Subprefeituras, número esse que pode ser mudado a qualquer momento, além de promover correção de equívocos redacionais, apresentamos o seguinte substitutivo:

SUBSTITUTIVO Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 416/2009

Institui as Comissões Regionais de Trânsito e Transporte no âmbito de cada Subprefeitura do Município de São Paulo, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA :

Art. 1º Ficam **criadas** as Comissões Regionais de Trânsito e Transporte da **Cidade** de São Paulo, que **serão instaladas** em cada uma das Subprefeituras, tendo esses órgãos como principal função o acompanhamento da gestão das políticas de trânsito e transporte do Município, com caráter consultivo, fiscalizador e deliberativo, respeitando os aspectos legais de sua competência.

Art. 2º Ficam as Comissões Regionais vinculadas à Secretaria Municipal de Transportes da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Art. 3º São atribuições das Comissões Regionais de Trânsito e Transporte:

I – controlar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução da política municipal de trânsito e transporte na circunscrição de sua Subprefeitura, inclusive quanto ao Plano Diretor, podendo ainda apresentar proposições de políticas públicas visando à melhoria do trânsito e transporte local;

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

II – colaborar na elaboração do Plano Diretor de Trânsito, Transporte e Circulação para o Município, propondo normas e diretrizes de planejamento, implantação e operação do sistema viário local;

III – acompanhar a gestão dos serviços de transporte público municipais, auxiliando na avaliação de desempenho dos operadores do sistema bem como dos respectivos contratos de permissão para execução e exploração dos serviços;

IV – convocar representantes e técnicos da Secretaria Municipal de Transportes, da Companhia de Engenharia de Tráfego ou de qualquer outro órgão da Administração Municipal, quando julgar necessário, para discutir questões relativas ao transporte, à circulação e ao planejamento urbano, democratizando as decisões e as informações sobre as políticas públicas;

V – constituir grupos técnicos ou comissões especiais, temporárias ou permanentes, quando julgar necessário para o pleno desempenho de suas funções;

VI – elaborar o seu Regimento Interno e normas de funcionamento;

VII – convocar Reuniões públicas locais para discussão sobre demandas de transporte público, circulação e trânsito da região e apresentação de propostas para melhoria da qualidade de tais serviços;

VIII – definir as principais prioridades da região, empenhar-se para as suas soluções e acompanhar a sua execução;

IX – discutir com os órgãos públicos responsáveis as propostas de solução para os problemas significativos e as intervenções e projetos de impacto antes de serem **implementados**;

Art. 4º As Comissões Regionais de Trânsito e Transporte serão compostas por 12 (doze) membros titulares e igual número de suplentes, assim distribuídos:

I – representantes da Administração Municipal:

a) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Transportes;

b) 1 (um) representante da Companhia de Engenharia de Tráfego da respectiva circunscrição;

II – representantes da população:

a) 4 (quatro) representantes da população local;

b) 1 (um) representante da população idosa do Município;

c) 1 (um) representante das pessoas portadoras de deficiência e com necessidades especiais;

d) 1 (um) representante dos estudantes;

III – representantes dos operadores dos serviços de transporte e outros:

a) 1 (um) representante das empresas permissionárias do serviço municipal de transporte coletivo convencional (ônibus) e alternativo (lotação);

c) 1 (um) representante das empresas de transporte de cargas;

e) 1 (um) representante dos permissionários do serviço de transporte de escolares;

§ 1º Os representantes do setor público municipal serão indicados pelos seus respectivos órgãos.

§ 2º Os representantes da população serão eleitos em reuniões específicas convocadas pelas Comissões Regionais de Trânsito e Transporte.

§ 3º Os representantes da população idosa, dos estudantes e das pessoas com deficiências e necessidades especiais serão eleitos em assembleia destes setores, especialmente convocadas para esse fim pela Subprefeitura local.

§ 4º Os representantes dos operadores e outros setores serão indicados por suas entidades oficiais de representação.

§ 5º Os membros das Comissões Regionais não receberão remuneração pelas suas atividades, sendo a sua função considerada de relevante interesse público.

§ 6º As Comissões Regionais de Trânsito e Transporte realizarão reuniões públicas para debates das questões locais, antes das deliberações de seus membros.

§ 7º A mudança de domicílio do membro representante da população implicará na perda do direito de representação, assumindo seu suplente.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

§ 8º Não poderão ser candidatos a representantes da população as pessoas detentoras de mandato eletivo nos Poderes Executivo ou Legislativo ou detentoras de cargo público na Administração Municipal, direta ou indireta.

Art. 5º As atividades das Comissões Regionais serão coordenadas por uma Comissão Executiva composta por 4 (quatro) membros:

I – 2 (dois) membros escolhidos entre os representantes da população;

II – 1 (um) membro escolhido entre os representantes da Administração Municipal; e

III – 1 (um) membro escolhido entre os representantes dos operadores dos serviços de transporte e dos outros setores.

§ 1º O mandato da Comissão Executiva será de 1 (um) ano).

§ 2º A presidência das Comissões Regionais será sempre exercida por um representante da população, eleito por seus pares, e que terá o voto de minerva nas decisões da Comissão Executiva.

Art. 6º As Comissões Regionais reunir-se-ão a cada dois meses de forma ordinária e, extraordinariamente, a qualquer tempo.

Parágrafo único As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas pelo presidente da Comissão Regional ou por solicitação de um terço de seus membros.

Art. 7º As reuniões das Comissões Regionais deverão ser instaladas em primeira convocação com a presença de metade mais um de seus membros e, em segunda convocação, meia hora após a primeira, com qualquer número.

§ 1º As reuniões terão convocação por escrito, com antecedência mínima de 8 (oito) dias para as reuniões ordinárias e 48 (quarenta e oito) horas para as extraordinárias.

§ 2º As decisões das Comissões Regionais serão tomadas por maioria simples dos presentes.

§ 3º As deliberações das reuniões das Comissões Regionais somente terão efetividade com a presença registrada em ata de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seus membros.

§ 4º Os assuntos e deliberações das reuniões serão registrados em ata.

Art. 8º O mandato dos membros será de 2 (dois) anos, permitida a recondução uma única vez.

§ 1º Os membros que faltarem a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 6 (seis) alternadas, sem justificativa, terão seus nomes encaminhados às entidades ou segmentos que representam para serem substituídos pelos seus respectivos suplentes.

§ 2º No caso de afastamento temporário ou definitivo de um dos membros titulares, assumirá o suplente correspondente do setor representado na Comissão.

Art. 9º. A Secretaria Municipal de Transportes e as Subprefeituras deverão fornecer às Comissões Regionais os meios necessários para o seu funcionamento.

Art. 10 O Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar de sua publicação.

Art. 11 As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 12 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
 Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

4) PL 231/2010	Ver. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PR)	Votação			
ACRESCENTA O SUBITEM 16.2.2.1 AO ITEM 16.2.2 DA SEÇÃO 16.2 DO CAPÍTULO 16 DO ANEXO I DA LEI 11.228, DE 25/06/1992, O CÓDIGO DE OBRAS E EDIFICAÇÕES, DE MODO A ESTABELECEER A OBRIGATORIEDADE DE PORTAS ESPECIAIS NAS ESCOLAS DE ED. INFANTIL, CRECHES, ESCOLAS MATERNAIS, PRÉ-ESCOLAS E SIMILARES LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
Relator: Ver. JAIR TATTO (PT)		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-	-
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PSB)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.					
Vistas ao Ver. Paulo Fiorilo em 08/10/2014;					
Adiado por 1 (uma) sessão em 24/06/2015 a pedido do Ver. Ricardo Nunes;					
Adiado por 2 (duas) sessões em 02/09/2015 a pedido do Ver. Aurélio Nomura;					
Adiado por 3 (três) sessões em 16/09/2015 a pedido do Ver. Nelo Rodolfo;					
Adiado por 6 (seis) sessões em 14/10/2015 a pedido do Ver. Paulo Fiorilo.					
<p>ASSUNTO: acrescenta o subitem 16.2.2.1 ao item 16.2.2 da seção 16.2 do capítulo 16 do Anexo I da Lei nº 11.228, de 25 de junho de 1992, Código de Obras e Edificações, de modo a estabelecer a obrigatoriedade de portas especiais nas escolas de educação infantil, creches, escolas maternas, pré-escolas e similares localizadas no Município de São Paulo.</p> <p>Pela propositura, as escolas de educação infantil, creches, escolas maternas, pré-escolas e similares deverão ter todas as suas portas internas, exceto aquelas dos sanitários utilizados exclusivamente por adultos, dotadas de janelas de vidro, acrílico ou outro material transparente que permita a plena visualização de um ambiente a outro, sendo que, de modo alternativo, onde consideradas inadequadas as portas com janelas, poderão ser instaladas portas de correr. Os responsáveis pelas edificações já existentes, abrangidas pelo projeto, deverão se adaptar ao nela disposto no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias.</p> <p>De acordo com a justificativa, a propositura objetiva aumentar a segurança das crianças, inclusive no aspecto de tentativa de abuso. Outra vantagem estaria em se evitar acidentes quando da abertura da porta. O mesmo efeito, mas sem a possibilidade de visualizar a criança do outro lado, seria obtido com a porta de correr que, quando abertas, dificilmente atingiria alguma criança brincando.</p>					
Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: <u>pela legalidade</u> (fls. 11/12).					
Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: realizou audiências públicas (fls. 13/26 – menção do PL a fl. 15 – e fls. 27/36 – menção a fl. 33 – não houve oradores inscritos), exarando <u>parecer favorável</u> com substitutivo, com o intuito de aprimorar a redação, adequando o texto à terminologia técnica (fls. 38/39).					
Comissão de Educação, Cultura e Esportes: solicitou informações ao Executivo (fl. 40), com resposta a fls. 44/59:					
- "... reiteramos nosso posicionamento no sentido de que a propositura em tela não é matéria a ser inserida					

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

no Código de Obras...” – CEUSO - Comissão de Edificações e Uso do SOLO/SEHAB (fl. 49);
- “ esta Assessoria Técnica considera que o Projeto de Lei em tela não detém suporte suficiente para entendê-lo como condição imprescindível ao funcionamento das instituições de educação infantil, haja vista as diferentes oportunidades de regulamentação da questão sem que o tema tenha sido abordado... o Projeto... não cumpre sua funcionalidade, razão pela qual somos pelo seu veto” – Assistência Técnica SME (fl. 56);

Essa Comissão exarou parecer favorável “nos termos do substitutivo que se apresenta abaixo, construído a partir do substitutivo proposto pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, com o objetivo de fazer ajuste à nomenclatura que designa os estabelecimentos abrangidos por esta proposição, em acordo com a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes da educação nacional, mais especificamente seus artigos 29 e 30” (fls. 60/61). O **substitutivo** altera a redação da seguinte forma: os novos estabelecimentos **poderão** ter suas portas conforme o pretendido, enquanto que as escolas já existentes **deverão** adaptar-se gradativamente, com ampliação do prazo de 120 dias para 2 anos. Há voto vencido contrário (fls. 62/63).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: parecer favorável ao substitutivo da Comissão de Educação, Cultura e Esportes (fl. 64).

Relator da Comissão de Finanças e Orçamento: quesitos ao Executivo (fl. 67), com resposta a fls.69/84, concluindo “no sentido da inviabilidade da proposta” (fl.69). **Manifestação da Secretaria Municipal de Educação: (fl. 80)** “(...) esclareço que à vista da manifestação da:- SEHAB, que por meio da Assessoria Técnica da Comissão de Edificações e Uso do Solo-CEUSO, reconhece a meritória intenção do autor do projeto, que visa garantir a segurança das crianças no ambiente pré-escolar, mas considera não ser matéria a ser inserida no Código de Obras e Edificações-COE, uma vez que este disciplina, no Município de São Paulo, os procedimentos administrativos e executivos, não determinando especificações relativas a materiais, acabamentos e/ou equipamentos a serem instalados nas edificações (fls. 13 a 15);

- SME/AT que informa que após a aprovação do novo Plano Nacional de Educação, a Secretaria Municipal de Educação deverá verificar as questões relativas à infraestrutura das instituições de educação infantil providenciando o seu cumprimento, uma vez que os demais atos normativos que regem a matéria permanecem inalterados (fls. 21 a 25),

esta Pasta corrobora com a manifestação de SEHAB/CEUSO de que o Projeto de Lei nº 231/10 não cumpre sua funcionalidade, inviabilizando a regulamentação em referência” (fl.80).

Manifestação da Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras: “(...) informo que não foi elaborado um projeto específico para atender a exigência do PL. nº 231/10, visto que todas as Comissões e Secretarias manifestaram um parecer contrário ao proposto no mencionado Projeto de Lei. O valor mencionado no orçamento em anexo refere-se ao preço unitário das portas já utilizadas em Creches Municipais, considerando também:

- Custo de remoção da existente
- Substituição de ferragens

Desta forma, para obter o valor total da operação, deve-se multiplicar o valor orçado pelo número de portas existentes nos equipamentos da Secretaria Municipal de Educação” (fl.81). Consta na fl.82 os valores por unidade, mencionados anteriormente, totalizando R\$ 568,99/porta.

Relatório elaborado por: Gilberto Rodrigues Hashimoto
Consultor Técnico Legislativo - Economista

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 231/2010

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Antonio Carlos Rodrigues, visa acrescentar o subitem 16.2.2.1 ao item 16.2.2 da seção 16.2 do capítulo 16 do Anexo I da Lei nº 11.228, de 25 de junho de 1992, Código de Obras e Edificações, de modo a estabelecer a obrigatoriedade de portas especiais nas escolas de educação infantil, creches, escolas maternas, pré-escolas e similares localizadas no Município de São Paulo.

Pela propositura, as escolas de educação infantil, creches, escolas maternas, pré-escolas e similares deverão ter todas as suas portas internas, exceto aquelas dos sanitários utilizados exclusivamente por adultos, dotadas de janelas de vidro, acrílico ou outro material transparente que permita a plena visualização de um ambiente a outro, sendo que, de modo alternativo, onde consideradas inadequadas as portas com janelas, poderão ser instaladas portas de correr. Os responsáveis pelas edificações já existentes, abrangidas pelo projeto, deverão se adaptar ao nela disposto no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias.

De acordo com a justificativa, a propositura objetiva aumentar a segurança das crianças, inclusive no aspecto de tentativa de abuso. Outra vantagem estaria em se evitar acidentes quando da abertura da porta. O mesmo efeito, mas sem a possibilidade de visualizar a criança do outro lado, seria obtido com a porta de correr que, quando abertas, dificilmente atingiria alguma criança brincando.

A douta Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente apresentou substitutivo com o intuito de aprimorar a redação, adequando o texto à terminologia técnica.

Por seu turno, a colenda Comissão de Educação, Cultura e Esportes também propôs alterações “nos termos do substitutivo que se apresenta abaixo, construído a partir do substitutivo proposto pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, com o objetivo de fazer ajuste à nomenclatura que designa os estabelecimentos abrangidos por esta proposição, em acordo com a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes da educação nacional, mais especificamente seus artigos 29 e 30”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor ao projeto, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável ao mencionado substitutivo da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

5) PL 162/2011	Ver. DALTON SILVANO (DEMOCRATAS)	Votação			
DISPÕE SOBRE PERMISSÃO DE VEÍCULOIS DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO ESPECIAL - ATENDE - A TRAFEGAR PELOS CORREDORES EXCLUSIVOS DE ÔNIBUS NA CIDADE DE SÃO PAULO. Relator: Ver. JAIR TATTO (PT) Parecer: CONTRARIO			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-	-
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PSB)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: permite o trânsito de veículos do Serviço de Atendimento Especial – Atende - em vias restritas ao tráfego de ônibus na cidade de São Paulo, em dias úteis e no período entre 7h e 20h, desde que os referidos veículos estejam devidamente caracterizados e sejam gerenciados pela São Paulo Transportes S/A – SPTrans.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 20-21). Há voto vencido pela ilegalidade (fls. 22-23).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: parecer contrário, por considerar que "(...) A inclusão de novos veículos nos corredores exclusivos de ônibus poderia prejudicar ainda mais a eficiência do sistema, comprometendo os seus objetivos iniciais" (fls. 25-26).

Comissão de Administração Pública: parecer favorável (fl. 29).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: parecer contrário, uma vez que "(...) o aludido projeto se aprovado, afetará negativamente a grande maioria da população que usa o transporte de massa" (fls. 31-32).

Comissão de Finanças e Orçamento: foram feitos quesitos ao Executivo (fl. 33) com resposta às folhas 35-49:

- "...o projeto em tela, fere o artigo 37, §2º, inciso IV da Lei Orgânica do Município de São Paulo, que é claro em dispor:

Art 37 – (...)

§2 São de iniciativa privativa do Prefeito as leis que disponham sobre:

IV – Organização Administrativa, serviços públicos e matéria orçamentária.

Assim, "o objeto do Projeto de Lei em análise encontra-se fora da esfera de competência do ilustre vereador, pois o assunto versa sobre a organização do sistema de transporte, que é de competência do Chefe do Poder Executivo, a teor do artigo supramencionado". (Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Transportes – fls. 36-37).

- "Reportando-nos sobre o pedido de manifestação sobre o Projeto de Lei que visa permitir a circulação de veículos do Serviço Atende nos corredores exclusivos de ônibus na cidade de São Paulo, temos a informar que a frota do Serviço Atende já possui esta liberação, através da Portaria DSV.G 12/99". (SPTrans – fl 39).

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Segundo as informações do Executivo, a frota do Serviço Atende já tem liberação para transitar em vias restritas ao tráfego de ônibus, através da Portaria DSV.G 12/99.

Elaboração: Adriano Nunes Borges/Alexandre Henrique Cardoso - Consultores Técnico Legislativo - Economistas

Revisão: Bruno Nunes Medeiro- Consultor Técnico Legislativo - Economista

PARECER Nº
ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 162/2011

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Dalton Silvano, permite o trânsito de veículos do Serviço de Atendimento Especial – Atende em vias restritas ao tráfego de ônibus na cidade de São Paulo, em dias úteis e no período entre 7h e 20h, desde que os referidos veículos estejam devidamente caracterizados e sejam gerenciados pela São Paulo Transportes S/A – SPTrans.

Solicitadas informações ao Executivo, a SPTrans respondeu que a frota do Serviço Atende já possui liberação para circular nos corredores exclusivos de ônibus.

Contrário, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

6) PL 407/2011 Ver. JAMIL MURAD (PC DO B)		Votação		
		Favor	Contra	Abst.
ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 90 DA LEI 13.725, DE 09 DE JANEIRO DE 2004, COM A FINALIDADE DE DETERMINAR A INSCRIÇÃO NO CADASTRO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE PARA CADA CLASSE DE PRODUTOS E SUA RENOVAÇÃO ANUAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-
		Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-
		Ver. OTA (PSB)	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-
Relator: Ver. JAIR TATTO (PT)				
Parecer: FAVORAVEL				

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: visa alterar a redação do “caput” do art. 90 da Lei nº 13.725, de 09 de janeiro de 2004 – Código Sanitário do Município de São Paulo, com a finalidade de obtenção do Cadastro Municipal de Vigilância em Saúde “para cada classe de produtos”, expressão que não consta na redação ora vigente. A propositura ainda insere os §§ 4º, 5º e 6º ao art. 90 da Lei nº 13.725/04, visando estabelecer a validade de 01 (um) ano para o Cadastro Municipal de Vigilância em Saúde, podendo ser revalidada a licença se cumprida às

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

condições exigidas para a sua concessão através de inspeção realizada pela autoridade sanitária competente. Na justificativa, o nobre Autor ressalta que “A obrigatoriedade das empresas possuírem licenças sanitárias para cada classe de produtos é necessária, e sua renovação anual, permitirá ao executivo o controle dos tipos e quantidades de empresas sujeitas à vigilância sanitária instaladas no município e qual a sua área de atuação e atividades exercidas” (fl.3).

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade, com apresentação de substitutivo, visando adaptar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa (fls.31/33).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: favorável, com apresentação de substitutivo, com vistas a sanar um equívoco existente na proposta original e repetido na CCJLP, que incluía os parágrafos 4º, 5º e 6º no artigo 90 da Lei nº 13.275 de 09 de janeiro de 2004, sendo que a lei pertinente seria a Lei nº 13.725 de 09 de janeiro de 2004, conhecida como Código Sanitário do Município de São Paulo (fls.34/36).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: realizou duas audiências públicas (21/03/2012 e 23/05/2012), menção ao projeto a fls.55/57 (primeira audiência), e fls.61 (segunda audiência). Na primeira, a representante da Covisa ressaltou que “hoje, a legislação que a gente tem já está bem focada para podermos avaliar o risco, inspecionar e controlar o setor regulado nas condições que acreditamos serem necessárias. Hoje, não seria necessário acrescentar mais coisas na legislação que temos” (fls.57). A Comissão exarou parecer favorável ao substitutivo da Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia (fls. 70/71).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Em avaliação preliminar, a ser confirmada por informações adicionais, inclusive provenientes do Executivo, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Sugere-se envio de quesitos ao Executivo.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº 407/2011 DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Jamil Murad, visa alterar a redação do “caput” do art. 90 da Lei nº 13.725, de 09 de janeiro de 2004 (Código Sanitário do Município de São Paulo), com a finalidade de determinar a obtenção do Cadastro Municipal de Vigilância em Saúde “para cada classe de produtos”, expressão que não consta na redação ora vigente. A propositura ainda insere os §§ 4º, 5º e 6º ao art. 90 da Lei nº 13.725/04, visando estabelecer a validade de 01 (um) ano para o Cadastro Municipal de Vigilância em Saúde, podendo ser revalidada a licença se cumpridas as condições exigidas para a sua concessão através de inspeção realizada pela autoridade sanitária competente.

Na justificativa, o nobre Autor ressalta que “A obrigatoriedade das empresas possuírem licenças sanitárias para cada classe de produtos é necessária, e sua renovação anual, permitirá ao Executivo o controle dos tipos e quantidades de empresas sujeitas à vigilância sanitária instaladas no município e qual a sua área de atuação e atividades exercidas”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor, porquanto as despesas para sua execução correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Favorável, portanto, é o parecer.
Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

7) PL 495/2011	Ver. DAVID SOARES (DEMOCRATAS)	Votação			
DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO NAS ÁREAS URBANAS DE ZONA AZUL PARA USO DE BICICLETAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-	-
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PSB)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)					
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: destina vagas de estacionamento na Zona Azul para o uso exclusivo de bicicletas no município de São Paulo, determinando que os órgãos competentes deverão implementar as vagas (na área de Zona Azul) para as bicicletas estacionarem em 90º graus ou em horizontal.

O projeto prevê que, para fins de segurança da bicicleta estacionada no local, a área da vaga deverá conter a seguinte advertência: “O uso do local é de responsabilidade do usuário, ao estacionar sua bicicleta use cadeados para sua segurança”.

Estabelece ainda que o Poder Público deverá implementar para garantir a segurança do patrimônio do usuário, no limite do recuo da calçada com o início do meio fio, pontos de ancoragem, como bases de ferro para o usuário travar a bicicleta ou sistema no chão de ganchos, do termino da calçada para o meio fio em horizontal ou em 90º.

Finalmente, prevê que a utilização da área de Zona Azul por bicicleta poderá ser gratuita.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 34 e 35)

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: favorável (fls. 36 e 37)

Comissão de Administração Pública: favorável (fl. 38)

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: favorável (fls. 39 a 41)

Comissão de Finanças e Orçamento: foram feitos quesitos ao Executivo (fl. 42) com resposta às fls. 44-50:

- deve ser considerado que “a instalação de paraciclos no leito viário implica em colocação de elementos físicos que certamente irão comprometer a segurança de usuários condutores de veículos e pedestres. Além disso, a substituição de vagas de estacionamento rotativo por bicicletas não foi abordado por ocasião dos estudos que culminaram com a publicação do ‘manual para instalação de paraciclos na cidade de São Paulo’” (CET – fl.45) ;
- “o PL não faz menção expressa aos dispositivos conhecidos como paraciclos, ou seja, aqueles previstos na Resolução SMDU-CPPU 099/2011, que são destinados à fixação de bicicletas e que

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

podem ser instalados em áreas públicas ou privadas e que constam do ‘Manual para instalação de paraciclos na Cidade de São Paulo’” (CET – fl.46);

- “o artigo 6º do manual supramencionado veda a instalação de estacionamento de paraciclos no leito carroçável” (CET – fl. 48);
- “a instalação do respectivo estacionamento constituirá em obstáculo para os pedestres” (CET – 48);
- “a matéria é disciplinada no artigo 22, XI, da Constituição Federal e o artigo 24, II e III, combinado com o Anexo I, todos da Lei 9.503 de 23 de Setembro de 1997” (CET – fl. 48);
- “a regulamentação do trânsito está a cargo do Departamento de Operações do Sistema Viário – DSV, a teor do Decreto 37.293/98” (CET – fls. 48-49).
- “Diante das manifestações da Companhia de Engenharia de Tráfego – CET e da Assessoria Jurídica desta Pasta, manifesto-me pelo veto ao Projeto de Lei nº 495/2011” (SMT – fl. 49).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Projeto originalmente distribuído ao Ver. Adilson Amadeu em 28/09/2015.

Em avaliação preliminar, a ser confirmada por informações adicionais, inclusive provenientes do Executivo, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado com a instalação e manutenção das faixas e, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo – Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 495/2011

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador David Soares, visa destinar vagas de estacionamento na Zona Azul para o uso exclusivo de bicicletas no município de São Paulo, determinando que os órgãos competentes deverão implementar as vagas (na área de Zona Azul) para as bicicletas estacionarem em 90º graus ou em horizontal.

O projeto prevê que, para fins de segurança da bicicleta estacionada no local, a área da vaga deverá conter a seguinte advertência: “O uso do local é de responsabilidade do usuário, ao estacionar sua bicicleta use cadeados para sua segurança”.

Estabelece ainda que o Poder Público deverá implementar para garantir a segurança do patrimônio do usuário, no limite do recuo da calçada com o início do meio fio, pontos de ancoragem, como bases de ferro para o usuário travar a bicicleta ou sistema no chão de ganchos, do término da calçada para o meio fio em horizontal ou em 90º.

Finalmente, prevê que a utilização da área de Zona Azul por bicicleta poderá ser gratuita.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

8) PL 366/2012	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	Votação			
DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI Nº 12.365, DE 13 DE JUNHO DE 1997, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (REF. ATENDIMENTO PREFERENCIAL A DEFICIENTES FÍSICOS, CRIANÇAS, IDOSOS E GESTANTES NOS POSTOS DE SAÚDE, HOSPITAIS MUNICIPAIS, PRONTOS ATENDIMENTOS E REDES CONVENIADAS).			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-	-
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PSB)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. JAIR TATTO (PT)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: dispõe sobre a alteração da Lei nº 12.365, de 13 de junho de 1997, que trata da obrigatoriedade de atendimento preferencial a deficientes físicos, idosos e gestantes nos postos de saúde e hospitais municipais. A propositura pretende estender a obrigatoriedade de atendimento preferencial às crianças. Além disso, determina que o atendimento preferencial não se restrinja apenas aos postos de saúde e hospitais municipais, mas que seja instituído também nos prontos atendimentos e redes conveniadas

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade com apresentação de substitutivo para esclarecer “que a preferência às crianças, idosos e pessoas com deficiência se dará dentro de um universo de pessoas em semelhantes condições de saúde, vez que o fator preponderante para a priorização do atendimento médico continuará sendo grau de gravidade do risco à vida e à saúde do paciente” e “suprimir do texto original dispositivo que, ao determinar a instalação de guichês específicos, interfira com matéria que afeta a organização administrativa” (fls. 34/37).

Comissão de Administração Pública: favorável nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 38).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho, Idoso e Mulher: foram realizadas duas audiências públicas (fls. 42/77 com menção ao projeto na fl. 44 e fls. 78/85 com menção ao projeto na fls. 84/85).

Parecer favorável nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 86).

Comissão de Finanças e Orçamento: fez quesitos ao Executivo (fl. 88). Este, em sua resposta (fls. 90-102), afirmou que:

- i) “As AMAS, priorizam o atendimentos nos casos de Urgência e Emergência, e nos casos da mesma situação de risco, o atendimento preferencial deve obedecer as gestantes, deficientes físicos, e idosos, como prevê o Projeto de Lei nº 366/12. No caso da inclusão de atendimento preferencial às crianças, achamos oportuno que a Área Técnica de Saúde da Criança e do Adolescente se manifeste.” (Secretaria Municipal da Saúde, Coordenação da Atenção Básica – fl. 91)
- ii) “Já existe uma Lei Municipal, a lei nº 11.248, de 1º de outubro de 1992, que versa sobre o Atendimento Preferencial às Mães com Criança de Colo. Essa determinação já é seguida com rigor nos equipamentos da Secretaria Municipal de Saúde. Também está em fase de

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

- implantação o Acolhimento com Classificação de Risco e Vulnerabilidade nos equipamentos de Atenção Básica, que contempla e prioriza o atendimento médico com gravidade de risco à vida e à saúde das crianças. Portanto, essa Área Técnica considera que o referido Projeto de Lei não é pertinente". (Secretaria Municipal da Saúde, Área Técnica Saúde da Criança e Adolescente – fl.92).
- iii) "Há óbices insanáveis à proposta em pauta, posto que inconstitucional. Isto porque, em síntese, impõe obrigações ao Executivo, contrariando o princípio da independência dos poderes previstos no art. 2º da Constituição Federal e no art. 5º da Constituição do Estado de São Paulo. Como visto, o aludido PL cria obrigação para a Administração Municipal, extrapolando, portanto, a competência legislativa do autor do projeto já que interfere nas atribuições da Secretaria Municipal da Saúde, tornando-o nulo por vício de iniciativa." (Secretaria Municipal da Saúde, Assessoria Jurídica – fls. 98-100).
- iv) "Na esteira das manifestações das Áreas Técnicas Saúde da Criança e do Adolescente e da Assessoria Jurídica desta Pasta, (...) o objeto da presente proposta já é desenvolvida por esta Pasta. Ademais, o Projeto ora analisado, evidencia certo exagero em suas ações impositivas ao Executivo Paulista, sem se quer prever a fonte de custeio de tais despesas, acarretando desta forma, interferência nas atribuições da Secretaria Municipal da Saúde. Assim sendo, recomento VETO TOTAL, ao Projeto de Lei em comento." (José de Felippi Junior, Secretário Municipal da Saúde – fl.102).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, já previstas.

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economista

Revisão: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economista

**PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº
366/2012**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Aurélio Nomura, visa alterar a Lei nº 12.365, de 13 de junho de 1997, que dispõe sobre a obrigatoriedade de atendimento preferencial a deficientes físicos, idosos e gestantes nos postos de saúde e hospitais municipais. A propositura pretende estender a obrigatoriedade de atendimento preferencial às crianças. Além disso, determina que o atendimento preferencial não se restrinja apenas aos postos de saúde e hospitais municipais, mas que seja instituído também nos prontos atendimentos e redes conveniadas.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade com apresentação de substitutivo para esclarecer "que a preferência às crianças, idosos e pessoas com deficiência se dará dentro de um universo de pessoas em semelhantes condições de saúde, vez que o fator preponderante para a priorização do atendimento médico continuará sendo grau de gravidade do risco à vida e à saúde do paciente" e "suprimir do texto original dispositivo que, ao determinar a instalação de guichês específicos, interfira com matéria que afeta a organização administrativa".

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

9) PL 239/2013	Ver. PR. EDEMILSON CHAVES (PTB)	Votação			
PERMITIR O USO DAS FAIXAS EXCLUSIVAS DE ÔNIBUS, OS CHAMADOS CORREDORES, PARA CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS PARTICULARES EM DETERMINADOS HORÁRIOS E DIAS DA CIDADE DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-	-
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PSB)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. OTA (PSB)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COM. DE ADM. PÚBLICA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

Adiado por 4 (quatro) sessões em 02/03/16 a pedido do Ver. Jair Tatto.

Adiado por 3 (três) sessões em 30/03/16 a pedido do Ver. Ricardo Nunes.

Adiado por 2 (duas) reuniões em 27/04/2016 a pedido do Ver. Abou Anni.

ASSUNTO: permite o uso das faixas exclusivas de ônibus, os chamados corredores, para circulação de veículos particulares em determinados horários e dias na Cidade de São Paulo.

Pelo art. 1º da propositura, ficaria autorizada a circulação dos veículos particulares sobre a faixa exclusiva de ônibus em dias e horários determinados que, conforme o art. 2º, seriam: dias úteis, entre 23h e 4h do dia seguinte; nos finais de semana, com início aos sábados às 15h até 4h da segunda-feira; e nos feriados, a partir da 0h01 até às 4h do dia seguinte.

O art. 3º veda a inclusão de veículos de carga, de tração animal e de bicicletas nesta exceção. Por seu turno, o art. 4º proíbe o embarque e desembarque de passageiros ao longo dos corredores.

A CET ficaria obrigada, pelo art. 5º, a colocar placas indicativas nestes corredores contendo essas informações, bem como a disponibilizar as mesmas informações em seus painéis luminosos durante o prazo especificado no texto, para conscientização dos motoristas.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 52/54), “na forma do seguinte Substitutivo proposto para adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa” (fls. 53). Ressalte-se que o substitutivo altera a forma de publicidade da permissão:

Art. 5º do texto original	Art. 4º do substitutivo
Art. 5º - A CET se obriga a colocar placas indicativas nestes corredores contendo estas informações, bem como disponibilizar as mesmas informações em seus painéis luminosos durante o prazo de 180 para conscientização dos motoristas.	Art. 4º Caberá ao órgão técnico competente promover a publicidade do disposto nesta lei através da instalação de painéis luminosos e placas informativas, durante o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, para a conscientização dos motoristas.

Comissão de Administração Pública: favorável (fls. 55/56), com apresentação de substitutivo que altera a redação do art. 2º do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:

Art. 2º do substitutivo de CCJLP	Art. 2º do substitutivo de CAP
Art. 2º O disposto nesta lei não se aplica aos veículos de carga, de tração animal e	Art. 2º O disposto nesta lei não se aplica aos veículos de carga, de tração animal e

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
 Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

às bicicletas, cuja circulação nos corredores de ônibus continua vedada.

às bicicletas, cuja circulação nos corredores de ônibus continua vedada, ressalvadas as hipóteses previstas em lei.

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: favorável ao substitutivo da Comissão de Administração Pública (fls. 57).

Comissão de Finanças e Orçamento:

Solicitadas informações ao Executivo (fls. 58), com resposta a fls. 60/73:

- "... a portaria é o instrumento apropriado para veicular as normas operacionais em causa, dada a sua possibilidade de alteração ou revogação a qualquer momento; as leis, ao contrário, dependem de processo complexo para eventual modificação. Decisão dessa natureza não pode ser definitiva e consagrada mediante lei, da qual adviriam sérios transtornos para o Executivo, proibido que estaria de agir prontamente no exercício de seu poder-dever de bem gerenciar a circulação do trânsito, de acordo com os indicadores temporais, espaciais e circunstanciais provenientes de estudos efetuados por seus órgãos técnicos especializados... Além disso, o projeto ao autorizar os veículos particulares a utilizarem a totalidade de corredores de ônibus revela-se desprovido de embasamento técnico. Ora, nem todos podem suportar outros meios de transporte, pois, tornar-se-ia prejudicial ao tráfego em geral" – SMT - Secretaria Municipal de Transportes – Departamento de Operação do Sistema Viário – Assistência Jurídica (fls. 62/63);

- "... Com relação ao quesito '4' [*Qual a opinião do Executivo sobre a matéria?*], o DSV-AJ já se manifestou contrariamente ao presente PL... por considerar que a portaria é o instrumento apropriado para veicular as normas operacionais em causa, dada a sua possibilidade de alteração ou revogação a qualquer momento, já que o trânsito é sujeito a várias variáveis que sofrem alterações no tempo e no espaço físico" - Departamento de Operação do Sistema Viário – Assessoria Técnica (fls. 64);

- "Primeira questão [*A fiscalização do pretendido pela propositura pode ser realizada pelo quadro de funcionários e estrutura já existentes?*], a fiscalização já é realizada pelo sistema existente, há uma rede de câmeras que fiscalizam a presença de automóveis nas faixas exclusivas e corredores geridos pelo atual quadro da CET. Segunda questão [*Qual a estimativa de custos de fiscalização do pretendido pelo projeto? Qual seu impacto sobre a folha de pagamento, tendo em vista incluir fiscalização no período noturno?*], não é possível fazer estimativas de custos pois não está definido o escopo do projeto de lei, consideramos faixas exclusivas diferentes de corredores de ônibus, e já é permitido o tráfego de veículos nas faixas exclusivas, nos horários do Projeto de Lei. Terceira questão [*Quais os custos com a instalação de placas, conforme determinado pelo art. 5º do texto original? O substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa trata do tema em seu art. 4º, estabelecendo que "Caberá ao órgão técnico competente promover a publicidade do disposto nesta lei através da instalação de painéis luminosos e placas informativas, durante o prazo de 180 (cento e oitenta) dias". Qual o entendimento do Executivo a respeito de determinar o prazo das placas informativas para 180 dias?*], considerando a resposta anterior, também fica prejudicado o levantamento de custos de sinalização, posto que não há definição de qual é o escopo do projeto" – CET – Parecer Técnico (fls. 69).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Conforme análise do Executivo, a norma adequada, do ponto de vista técnico, seria a portaria, e não uma lei, tendo em vista a natureza do assunto. Quanto ao impacto orçamentário-financeiro, "não é possível fazer estimativas de custos pois não está definido o escopo do projeto de lei".

Ou seja, em tese, poderia haver geração de despesas obrigatórias de caráter continuado, tanto nos aspectos de fiscalização como nos de execução, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia
Revisão: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo – Economia / Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
O PROJETO DE LEI Nº 239/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Edemilson Chaves, visa permitir o uso das faixas exclusivas de ônibus, os chamados corredores, para circulação de veículos particulares em determinados horários e dias na Cidade de São Paulo.

Pelo art. 1º da propositura, ficaria autorizada a circulação dos veículos particulares sobre a faixa exclusiva de ônibus em dias e horários determinados que, conforme o art. 2º, seriam: dias úteis, entre 23h e 4h do dia seguinte; nos finais de semana, com início aos sábados às 15h até 4h da segunda-feira; e nos feriados, a partir da 0h01 até às 4h do dia seguinte.

O art. 3º veda a inclusão de veículos de carga, de tração animal e de bicicletas nesta exceção. Por seu turno, o art. 4º proíbe o embarque e desembarque de passageiros ao longo dos corredores. A CET ficaria obrigada, pelo art. 5º, a colocar placas indicativas nestes corredores contendo essas informações, bem como a disponibilizar as mesmas informações em seus painéis luminosos durante o prazo especificado no texto, para conscientização dos motoristas.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo “para adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa”.

A colenda Comissão de Administração Pública também ofereceu substitutivo que altera a redação do art. 2º do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa. A redação desse art. 2º, no substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa estabelece que o disposto no projeto não se aplica aos veículos de carga, de tração animal e às bicicletas, cuja circulação nos corredores de ônibus continua vedada; o texto do substitutivo da Comissão de Administração Pública mantém esse texto, acrescentando que ficariam ressalvadas as hipóteses previstas em lei.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do mencionado substitutivo da Comissão de Administração Pública.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

10) PL 310/2013	Ver. AURÉLIO MIGUEL (PR)	Votação			
DISPÕE SOBRE A AVALIAÇÃO PERIÓDICA DOS EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-	-
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PSB)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
		Relator: Ver. JAIR TATTO (PT)			
Parecer: FAVORAVEL					

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

--	--

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: dispõe sobre a avaliação periódica dos equipamentos esportivos do Município de São Paulo. Segundo a propositura, os equipamentos públicos esportivos passarão por uma avaliação periódica a cada três anos, feita por uma comissão multidisciplinar a ser instituída pelo Poder Público.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 99-100).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: favorável (fls. 101-102).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável (fl. 103).

Comissão de Finanças e Orçamento: foram feitos quesitos ao Executivo (fl.104) com resposta às folhas 106 -128:

- “(...) temos a informar que, no prazo concedido e apenas com as informações do PL, seria impossível estimar a quantidade ideal de arquitetos e engenheiros necessários ao trabalho proposto, quanto tempo ele demandaria e, por consequência, calcular o impacto orçamentário-financeiro que geraria, mas, sem dúvida, não seria desprezível” (fls. 107-108 – **Secretaria de Esportes, Lazer e Recreação**).
- “(...) embora consigamos compreender e, principalmente, compartilhar da preocupação do Nobre Vereador, consistente em manter sempre em perfeito uso os equipamentos esportivos da Cidade, fato é que isso depende na verdade de duas importantes variáveis, a seguir descritas, que infelizmente não podem ser supridas unicamente por disposição de lei: i) destinação de verbas suficientes para a manutenção ideal de todos os equipamentos, o que nunca ocorre, obviamente por razões orçamentárias ou de política pública, que privilegiam outras necessidades municipais ao encaminhar a peça orçamentária ao Legislativo, o qual, por sua vez, também privilegia outras áreas; ii) ampliação do quadro de engenheiros e arquitetos concursados. O quadro em SEME é insuficiente há anos para atender com a eficiência desejada a demanda existente” – (fl. 108-109 – **Secretaria de Esportes, Lazer e Recreação**).
- “(...) uma lei municipal não pode atribuir competências administrativas a entidades privadas, tais como as federações esportivas. (...) parece-nos haver incontornável vício de iniciativa, com inegável ingerência na administração dos bens e equipamentos municipais, atribuição essa exclusiva do Chefe do Executivo, nos termos do artigo 111 da Lei Orgânica do Município. (fls.112-113 – **Valéria Aparecida de Lima Ebide – Procuradora do Município – SEME**).
- “Em resposta ao Projeto de Lei nº 310/13, de autoria do Vereador Aurélio Miguel, que dispõe sobre a avaliação periódica dos equipamentos esportivos do Município, encaminhamos os posicionamentos da SME/ATP e da SME/Programas Especiais/CEUs, em que consideram que o referido PL não detém condições de prosperar... (fl. 127 – **Secretaria Municipal de Educação**).

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
 Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado com a avaliação periódica dos equipamentos esportivos do Município, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo – Economia

Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo – Economia

PARECER Nº

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE

O PROJETO DE LEI Nº 310/2013

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador, visa Aurélio Miguel, visa a avaliação periódica dos equipamentos esportivos do Município. Segundo a propositura, os equipamentos públicos esportivos passarão por uma avaliação periódica a cada três anos, feita por uma comissão multidisciplinar a ser instituída pelo Poder Público.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

11) PL 429/2013	Ver. CLAUDINHO DE SOUZA (PSDB)	Votação			
ESTABELECE O VALOR DA TARIFA PARA O TRANSPORTE COLETIVO URBANO NA CIDADE DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD) Parecer: FAVORAVEL			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-	-
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PSB)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: estabelece um valor fixo da tarifa para o Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros na Cidade de São Paulo, obedecendo o sistema de integração do transporte público. O valor da tarifa não poderá ser superior a 0,45% (quarenta e cinco centésimos por cento) do salário mínimo vigente no país.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 55 e 56).

Comissão de Administração Pública: parecer favorável (fl. 58), com voto em separado contrário ao projeto (fl. 59).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: parecer contrário ("No âmbito da competência desta Comissão, não se deve esquecer que a diferença entre o

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

valor pago pelos usuários e o custo total do Sistema é suportado pela Prefeitura, através da concessão de subsídio. Por outro lado, a Lei Orgânica do Município, em seu artigo 7º, inciso III, já dispõe sobre a garantia de "locomoção através de transporte coletivo adequado, mediante tarifa acessível ao usuário." (fl. 60)

Comissão de Finanças e Orçamento: O Vereador Adilson Amadeu, anteriormente designado como Relator, solicitou informações ao Executivo (fl. 61) com respostas nas fls. 64 a 75.

- "A São Paulo Transporte S/A (SPTrans), no aspecto técnico, informou que (i) o Projeto de Lei ignora que a grade tarifária do sistema não é composta somente de tarifas por viagens, englobando outros elementos que afetam diretamente o custo; (ii) de imediato não há impacto orçamentário-financeiro, pois a tarifa atual, de 3,50 está abaixo do valor estipulado no Projeto de Lei em epígrafe; (iii) apresentou a Tabela de relação entre a tarifa básica de ônibus e o 0,45% do salário mínimo nos últimos 10 anos; (iv) alertou para a desnecessidade de impor riscos ao equilíbrio financeiro..." SMT/AJ (fls. 74).

- Já no âmbito jurídico, "destacou os entendimentos acima, e frisou que o assunto trata-se de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, nos termos do artigo 172, 713, 174 e 178 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, e artigo 27 da Lei Municipal nº 13.241 de 2001, padecendo de vício de iniciativa, bem como, afronta ao artigo 7º da Constituição Federal..." – idem (fls. 74).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

A situação atual do sistema de transporte público municipal coletivo urbano é de necessidade de subsídio, que perdura há muitos anos, caracterizando-se essa cobertura como despesa obrigatória de caráter continuado (em 2014, foi destinado R\$ 1,7 bilhão para "Compensações tarifárias do sistema de ônibus"). O projeto, ao colocar um teto para o valor da tarifa, poderia, em tese, dificultar a redução desse subsídio e, até mesmo, implicar a elevação das despesas obrigatórias de caráter continuado referentes ao pagamento de subsídios para manutenção do Sistema de Transporte Coletivo Urbano, sem haver demonstração nos autos de seu valor e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se, ademais, que, se ao longo do tempo o valor do salário mínimo não for reajustado na mesma proporção do aumento de custos do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros, maior seria a necessidade de subsídio da tarifa caso fosse atingido o teto.

Valor do salário mínimo a partir de 1º de janeiro de 2016: R\$ 880,00 (setecentos e oitenta e oito reais).

(DECRETO Nº 8.618, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015)

R\$ 880,00 x 0,45% = R\$ 3,96

Valor da tarifa, desde 9/1/16: R\$ 3,80 (Portaria 121/15 - SMT)

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
O PROJETO DE LEI Nº 429/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Claudinho de Souza, visa estabelecer um valor fixo da tarifa para o Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros na Cidade de São Paulo, obedecendo ao sistema de integração do transporte público.

Pela propositura, o valor da tarifa não poderá ser superior a 0,45% (quarenta e cinco centésimos por cento) do salário mínimo vigente no País. Para este ano, esse valor máximo corresponde a R\$ 3,96 (três reais e noventa e seis centavos).

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Favorável, portanto, é o parecer.
Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

12) PL 601/2013	Ver. GEORGE HATO (PMDB)	Votação			
ALTERA A LEI Nº 14.107/2005, QUE DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL E CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE TRIBUTOS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-	-
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PSB)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)					
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Prazo de vista vencido na Comissão.

ASSUNTO: Altera a Lei nº 14.107/2005, que dispõe sobre o processo administrativo fiscal e cria o Conselho Municipal de Tributos, alterando seu artigo 28 para, conforme justificativa do autor, “estabelecer ordem de prioridade nos meios utilizados para intimar os contribuintes de decisões proferidas nos autos dos processos fiscais administrativos na cidade de São Paulo, colocando o edital como forma subsidiária.”

Lei 14.107/2005 – Art 28 (atual)	Lei 14.107/2005 – Art 28 (proposto)
<p>Art. 28. Considera-se intimado o sujeito passivo, alternativamente:</p> <p>I - com a publicação do extrato da decisão no Diário Oficial da Cidade;</p> <p>II - com o recebimento, por via postal, de cópia da decisão, com aviso de recebimento, a ser datado, firmado e devolvido pelo destinatário ou pessoa de seu domicílio;</p> <p>III - pessoalmente, mediante entrega de cópia da decisão ao sujeito passivo, a seu representante legal, mandatário ou preposto, contra assinatura datada no expediente em que foi prolatada a decisão;</p> <p>IV - por meio eletrônico, na forma do regulamento.</p>	<p>Art. 28. Considera-se intimado o sujeito passivo:</p> <p>I - pessoalmente, mediante entrega de cópia da decisão ao sujeito passivo, a seu representante legal, mandatário ou preposto, contra assinatura datada no expediente em que foi prolatada a decisão;</p> <p>II - com o recebimento via postal, de cópia da decisão, com aviso de recebimento, a ser datado, firmado e devolvido pelo destinatário ou pessoa de seu domicílio;</p> <p>III - por meio eletrônico, consoante disposto em regulamento;</p> <p>IV - com a publicação do extrato da decisão no Diário Oficial da Cidade, quando improficuo qualquer dos meios previstos nos incisos anteriores.</p> <p>§ 1º Os meios de intimação previstos nos incisos I, II e III, não estão sujeitos à ordem de preferência.</p>

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls.19 e 20)

Comissão de Administração Pública: favorável (fls. 21 e 22)

Comissão de Finanças e Orçamento: realizou três audiências públicas, em 14/05/14 (fls. 24 a 31),

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

04/06/14 (fls. 32 a 41) e 01/04/2015 (fls. 42 a 48), sendo o projeto citado às fls. 29-v a 31; 38 a 39-v e 47-48.

Em todas, representantes da Secretaria das Finanças se manifestou, dizendo que o Executivo é contra tornar obrigatória a intimação por via postal primeiro por questão operacional e segundo porque temos situações em que o contribuinte não tem interesse em ser intimado (fl.38-v). Cita também que “uma das justificativas do PL é que o sujeito passivo muitas vezes tinha dificuldade em tomar ciência da decisão. Nesse sentido é importante destacar o Decreto 54.464 de 15 de outubro de 2013, que determina que na intimação passe a constar o nome do interessado e também o nome do advogado e o número da sua inscrição na OAB. Além disso, temos também disso nós temos o Domicílio Eletrônico do Cidadão Paulistano, já temos uma lei dispondo sobre o DEC, é a 15.406/11 e por meio do DEC é possível a comunicação eletrônica entre a CIEF e o contribuinte. (idem)”

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Em avaliação preliminar, a ser confirmada por informações adicionais, inclusive provenientes do Executivo, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 601/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador George Hato, visa alterar a Lei nº 14.107/2005, que dispõe sobre o processo administrativo fiscal e cria o Conselho Municipal de Tributos, alterando seu artigo 28 para, conforme justificativa do autor, “estabelecer ordem de prioridade nos meios utilizados para intimar os contribuintes de decisões proferidas nos autos dos processos fiscais administrativos na cidade de São Paulo, colocando o edital como forma subsidiária.”

Ainda segundo justificativa, “atualmente a administração tem a liberalidade de escolher dentre as formas previstas na legislação para intimar os Municípios, podendo utilizar-se diretamente de publicação no Diário Oficial da Cidade, antes mesmo de qualquer tentativa via correio, pessoal ou e-mail. Tal possibilidade tem causado prejuízo aos Municípios, que muitas vezes deixam de ter ciência das decisões publicadas e acabam perdendo a possibilidade de apresentar Recursos e Manifestações”, já que o cidadão em suas tarefas diárias normalmente não lê o Diário Oficial.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
 Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

13) PL 648/2013	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	Votação			
ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 25 DA LEI Nº 10.032 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1985, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-	-
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PSB)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
		Relator: Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)			
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de Vistas Vencido na Comissão.

ASSUNTO: Altera a redação do art. 25 da Lei nº 10.032 de 27 de dezembro de 1985, [que dispõe sobre a criação de um Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de São Paulo], para que conste a seguinte redação:

“Art. 25 Todos os bens imóveis tombados receberão uma placa contendo informações referentes à categoria do bem tombado, número da resolução de tombamento e o grau de proteção do bem, elaborada de acordo com o Guia Brasileiro de Sinalização Turística” (NR).

[Redação Atual: Art. 25 - Todos os bens imóveis tombados receberão uma plaqueta com dizeres específicos (categoria do bem tombado, data do decreto de tombamento, nome do Conselho), vedadas quaisquer outras indicações.]

De acordo com justificativa do autor, atualmente, os bens tombados contêm placas informativas com determinadas informações padronizadas, sem a precaução específica a respeito do tombamento. Com efeito, os bens tombados detêm suas características inerentes relacionadas com a salvaguarda, e neste sentido constitui-se em informação relevante, o número da resolução e o grau de preservação, para que os cidadãos possam adquirir maiores informações acerca dos bens, colaborando na cautela para com os mesmos. Portanto, a propositura vem a adequar a legislação vigente sobre a denominação dos bens públicos à ordem constitucional vigente.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: “sob o aspecto estritamente jurídico, o projeto pode prosperar, na forma do Substitutivo” “a fim de deixar claro que a substituição das placas antigas dar-se-á de forma progressiva, condicionada à existência de dotação orçamentária e condições técnicas, a critério do Poder Executivo.” (fls. 54-56)

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: solicitou informações ao Executivo, com respostas às folhas 60-64.

“(…) consideramos que a inclusão do número da resolução de tombamento e grau de proteção do bem não é informação de fácil compreensão pela população”. (fl.61 – SMC – Departamento do Patrimônio Histórico)

A comissão exarou parecer favorável, na forma do Substitutivo aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Participação Legislativa. (fls. 65-66)

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: favorável, na forma do Substitutivo aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Participação Legislativa. (fls. 67-68)

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável, na forma do Substitutivo aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Participação Legislativa. (fls. 69)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Conforme salientado no parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, “tendo em vista que a lei já dispõe sobre a existência da placa informativa em bens tombados e o projeto visa apenas aprimorá-la, com vistas a contribuir com a informação ao cidadão” (fls. 55), a propositura não fere a Lei de Responsabilidade Fiscal ao não criar despesas adicionais ao erário.

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 648/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Adilson Amadeu, visa alterar a redação do art. 25 da Lei nº 10.032 de 27 de dezembro de 1985, que dispõe sobre a criação de um Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de São Paulo, para que conste a seguinte redação:

“Art. 25 Todos os bens imóveis tombados receberão uma placa contendo informações referentes à categoria do bem tombado, número da resolução de tombamento e o grau de proteção do bem, elaborada de acordo com o Guia Brasileiro de Sinalização Turística” (NR).

De acordo com justificativa do autor, atualmente, os bens tombados contêm placas informativas com determinadas informações padronizadas, sem a precaução específica a respeito do tombamento. Com efeito, os bens tombados detêm suas características inerentes relacionadas com a salvaguarda, e neste sentido constitui-se em informação relevante, o número da resolução e o grau de preservação, para que os cidadãos possam adquirir maiores informações acerca dos bens, colaborando na cautela para com os mesmos. Portanto, a propositura vem a adequar a legislação vigente sobre a denominação dos bens públicos à ordem constitucional vigente.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa manifestou-se pronunciando que, “sob o aspecto estritamente jurídico, o projeto pode prosperar, na forma de Substitutivo” “a fim de deixar claro que a substituição das placas antigas dar-se-á de forma progressiva, condicionada à existência de dotação orçamentária e condições técnicas, a critério do Poder Executivo”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, ao substitutivo aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Participação Legislativa é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

14) PL 686/2013	Ver. PAULO FIORILO (PT)
INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE DOENÇAS RARAS NAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, A REALIZAR-SE, ANUALMENTE NA PRIMEIRA SEMANA DE OUTUBRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
Relator: Ver. OTA (PSB)	
Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO	

Votação			
	Favor	Contra	Abst.
Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-	-
Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
Ver. OTA (PSB)	-	-	-
Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: visa instituir a Semana Municipal de Conscientização sobre Doenças Raras nas unidades escolares do Município de São Paulo, a realizar-se, anualmente, na primeira semana de outubro. De acordo com o projeto em tela, a Secretaria Municipal de Educação, em conjunto com as associações de pessoas com doenças raras promoverá palestras, seminários, fóruns, entre outros eventos congêneres, com o intuito de informar a sociedade e a comunidade escolar a respeito da necessidade do diagnóstico precoce das doenças raras, bem como a necessidade de inclusão escolar e social das crianças e adolescentes que vivem esta condição. Dispõe ainda a propositura, entre outros dispositivos, que a Secretaria Municipal de Educação poderá buscar parcerias com outras secretarias de governo, bem como com Universidades e associações multidisciplinares envolvidas no tema.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade. (fls. 23-25)

Comissão de Administração Pública: realizou audiência pública em 11/06/2014 (menção ao PL às fls. 27-28). Não houve oradores inscritos. Parecer favorável. (fl. 29)

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: realizou audiência pública, em 15/10/2014 (fl. 31), sem oradores inscritos. Parecer favorável, com substitutivo apresentado com “o propósito de não onerar a estrutura escolar em termos de recursos humanos e de organização de rotina de trabalho e considerando a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional – Lei 9.394/96 que, em seu artigo 15, garante a autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira às instituições escolares,...” (fls. 32-33)

O substitutivo institui a Semana Municipal de Conscientização sobre Doenças Raras no âmbito do **Município de São Paulo**, não se restringindo ao âmbito das **unidades escolares**.

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: favorável (fl. 34)

Comissão de Finanças e Orçamento: solicitou informações ao Executivo (fls. 35), em cuja resposta da **Secretaria Municipal de Educação** (fls. 37-50) destacam-se os seguintes pontos: i) “(...) Verifica-se, nesse sentido, que o PL686/13 não se apresenta na conformidade da legislação referente ao calendário de eventos do Município. Entretanto, a proposição apresenta relevância, pois visa à promoção da conscientização sobre as doenças raras, propiciando a construção de respeito, cidadania e inclusão, coerentes com a concepção político-pedagógica da SME. Assim, o PL nº 686/13 apresenta condições de prosseguimento (...)”, fls. 39; ii) “(...) sugerimos a sanção do PL nº 686/13, com as alterações propostas, de forma a adequá-lo ao Dia Mundial das Doenças Raras, celebrado em 28 de fevereiro (...)”, fls. 45; iii) “ (...) [quanto ao impacto orçamentário-financeiro] entendemos que (...) em se tratando de uma conscientização

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

promovida pela escola não será necessário um aporte financeiro, pois os recursos materiais e humanos serão os dispostos na própria unidade. Vale lembrar que as escolas detêm uma rede de parceiros da comunidade, que poderão ser convidados para participar e contribuir com essa sensibilização (...)", fls. 46.

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Considerando que o parágrafo único do art. 1º estabelece que a Secretaria Municipal de Educação promoverá "(...) palestras, seminários, fóruns, entre outros eventos congêneres", em avaliação preliminar, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Atualização: em resposta a quesitos formulados por esta Comissão (ver acima), o Executivo afirmou que "(...) não será necessário um aporte financeiro, pois os recursos materiais e humanos serão os dispostos na própria unidade (...)", fls. 46.

LEI Nº 14.806, DE 21 DE JUNHO DE 2012

(Projeto de lei nº 1118/11, do Deputado Edinho Silva - PT)

Institui o "Dia de Conscientização sobre Doenças Raras".

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica instituído o "Dia Estadual de Conscientização sobre Doenças Raras", a ser celebrado, anualmente, no último dia de fevereiro.

Parágrafo único - Para os efeitos desta lei, considera-se doença rara a patologia cuja prevalência em cada 100 mil habitantes corresponda a até 65 casos, conforme recomendação da Organização Mundial de Saúde.

Artigo 2º - A data de que trata esta lei passa a integrar o Calendário Oficial do Estado de São Paulo.

Artigo 3º - O Governo do Estado, em parceria com instituições que tratam do tema a que se refere esta lei, realizará campanhas e atividades de conscientização sobre sintomas, diagnósticos e tratamentos de doenças raras.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 21 de junho de 2012.

<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2012/lei-14806-21.06.2012.html>

Elaboração: Regina Eiko Kimachi / Adriano Nunes Borges- Consultores Técnicos Legislativos – Economia
Revisão: Emerson Rildo Araújo de Carvalho - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
LEI Nº 686/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Paulo Fiorilo, visa instituir a Semana Municipal de Conscientização sobre Doenças Raras nas unidades escolares do Município de São Paulo, a realizar-se, anualmente, na primeira semana de outubro. De acordo com o projeto em tela, a Secretaria Municipal de Educação, em conjunto com as associações de pessoas com doenças raras promoverá palestras, seminários, fóruns, entre outros eventos congêneres, com o intuito de informar a sociedade e a comunidade escolar a respeito da necessidade do diagnóstico precoce das doenças raras, bem como a necessidade de inclusão escolar e social das crianças e adolescentes que vivem esta condição. Dispõe ainda a propositura, entre outros dispositivos, que a Secretaria Municipal de Educação poderá buscar

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

parcerias com outras secretarias de governo, bem como com Universidades e associações multidisciplinares envolvidas no tema.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário. Todavia, tendo em vista a Lei Estadual nº 14.806, de 21 de junho de 2012, que institui o “Dia de Conscientização sobre Doenças Raras”, e afirmação do Executivo em resposta a quesitos elaborados por esta Comissão, que considera os custos de implementação das disposições da propositura absorvíveis pela estrutura existente, se esta implementação for realizada nas unidades educacionais, sugere-se o seguinte substitutivo:

SUBSTITUTIVO Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 686/2013

Institui a Semana Municipal de Conscientização sobre Doenças Raras nas unidades **educacionais** do Município de São Paulo, a realizar-se, anualmente, na **última semana de fevereiro**, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º. - Fica instituída no âmbito das unidades educacionais do Município de São Paulo a Semana de Conscientização sobre Doenças Raras, a realizar-se, anualmente, **na última semana de fevereiro**.

Parágrafo único - No período mencionado no “caput” a Secretaria Municipal de Educação, em conjunto com as associações de pessoas com doenças raras promoverá palestras, seminários, fóruns, entre outros eventos congêneres, com o intuito de informar a sociedade e à comunidade escolar a respeito da necessidade do diagnóstico precoce das doenças raras, bem como a necessidade de inclusão escolar e social das crianças e adolescentes que vivem esta condição.

Art 2º - Para o efetivo cumprimento do disposto no artigo anterior, a Secretaria Municipal de Educação poderá buscar parcerias com outras secretarias de governo, bem como com universidades e associações multidisciplinares envolvidas no tema.

Art. 3º. - A presente lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 60 (sessenta) dias a partir de sua publicação.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

15) PL 701/2013	Ver. VAVÁ (PT)	Votação			
DISPÕE SOBRE A PERMISSÃO DO USO DE APARELHO SONORO PELOS CONCESSIONÁRIOS E PERMISSIONÁRIOS DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO NOS VEÍCULOS DE TRANSPORTE COLETIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-	-
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PSB)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)					
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: dispõe sobre a instalação e uso de aparelho sonoro nos veículos de transporte coletivo do sistema de transporte público do Município de São Paulo. Na sua justificativa, o nobre Autor recorda que até o ano de 1992, toda a frota tinha equipamentos sonoros, e que estes foram banidos após a extinção da Companhia Municipal de Transportes Coletivos – CMTC. Prosseguindo na justificativa, o nobre Autor do projeto em tela ressalta que “O Estado, mediante o transporte público, deve, além de garantir mobilidade ao cidadão tanto para o trabalho como para o lazer, deve também garantir um transporte de qualidade tornando a viagem mais prazerosa”, e que “Seria importante a criação de uma estação de rádio diferenciada para o sistema de transporte municipal com estudos elaborados pela Prefeitura, Secretaria de Transportes e SPTrans”.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 85/86). Há voto vencido pela ilegalidade (fls. 87/90).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: favorável (fl. 91).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: favorável (fl. 92).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Considerando o elevado número da atual frota dos veículos utilizados pelo sistema de transporte coletivo, e o custo de cada aparelho sonoro que seria utilizado em cada um deles, em avaliação preliminar, a ser confirmada por informações adicionais, inclusive provenientes do Executivo, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, associadas à instalação e manutenção dos referidos aparelhos, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária. Ressaltamos também a possível geração de outra despesa obrigatória de caráter continuado, em virtude da criação e operação de uma estação de rádio diferenciada para o sistema de transporte municipal, como atestado na justificativa da proposição. Pelos motivos expostos, sugerimos quesitos ao Executivo.

Elaboração: Emerson Rildo Araújo de Carvalho Consultor Técnico Legislativo - Economia
Revisão: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo – Economia

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
 Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

**PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE
 LEI Nº 701/2013**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Vavá, dispõe sobre a instalação e uso de aparelho sonoro nos veículos de transporte coletivo do sistema de transporte público do Município de São Paulo. Na sua justificativa, o nobre Autor recorda que até o ano de 1992, toda a frota tinha equipamentos sonoros, e que estes foram banidos após a extinção da Companhia Municipal de Transportes Coletivos – CMTC. Prossequindo na justificativa, o nobre Autor do projeto em tela ressalta que “O Estado, mediante o transporte público, deve, além de garantir mobilidade ao cidadão tanto para o trabalho como para o lazer, deve também garantir um transporte de qualidade tornando a viagem mais prazerosa”, e que “Seria importante a criação de uma estação de rádio diferenciada para o sistema de transporte municipal com estudos elaborados pela Prefeitura, Secretaria de Transportes e SPTrans”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

16) PL 759/2013		Votação		
Ver. GOULART (PSD); Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)			Favor	Contra
ALTERA A LEI 14.662 DE 03 DE JANEIRO DE 2008, PARA DISPOR SOBRE A CRIAÇÃO DOS CONSELHOS EDUCACIONAL, ESTUDANTIL, CULTURAL E DE ESPORTES E LAZER NOS CENTROS EDUCACIONAIS UNIFICADOS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Abst.	
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-
		Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-
		Ver. OTA (PSB)	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-
Relator: Ver. JAIR TATTO (PT)				
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA				

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: Altera a Lei 14.662 de 03 de janeiro de 2008, para dispor sobre a criação dos Conselhos Educacional, Estudantil, Cultural e de Esportes e Lazer nos Centros Educacionais Unificados no Município de São Paulo.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade com apresentação de substitutivo “para adequar a proposta à técnica legislativa prevista na Lei Complementar Federal nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, bem como a fim de veicular o pretendido pelo projeto por meio de lei autônoma, já que o objetivo é a criação de outros Conselhos, distintos dos Conselhos Gestores criados pela Lei 14.662/08, com atribuições e composições próprias, não sendo recomendável, portanto, a alteração de referida lei, que teve por objeto único e específico a criação dos citados Conselhos Gestores” (fls. 29/34).

Comissão de Administração Pública: favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição,

Justiça e Legislação Participativa (fl. 35).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: foram realizadas duas audiências públicas (fls. 37/41) com menção ao projeto nas fls. 38/39 e 41. Na primeira audiência (fls. 38/39) houve dois professores da Secretaria de Cultura inscritos:

- “... um conselho específico para a educação, outro para a cultura, enfim, parece-me que esse formato vai na contramão de um processo que vem sendo construído coletivamente com as Secretarias de Educação, Cultura e Esportes da gestão compartilhada. A configuração de um conselho que trate de todas essas temáticas é mais interessante, abrangente e plural para o CEU do que se criar uma série de conselhos. Isso vai na direção de uma fragmentação da ação do CEU. Proponho uma melhor reflexão para saber se de fato o que está sendo proposto não vai fragmentar as ações que estão sendo desenvolvidas no CEU”. (Sr. Renato Almeida – fl. 38).
- “... esse projeto, na verdade, vai ampliar a participação da comunidade. Cada núcleo dentro do CEU vai estar composto pelo seu próprio conselho que estará, conjuntamente, com seus técnicos do quadro da gestão, decidindo o que é mais viável, mais saudável, o que é mais eficiente para que, realmente, as ações sejam dirigidas. Portanto, essas tomadas de decisões através desses conselhos dentro dos núcleos irão, realmente, potencializar a capacidade do conselho gestor”. (Sr. Cláudio Ferreira - fl. 38/39).

Essa Comissão exarou parecer favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 42).

Comissão de Finanças e Orçamento: foram enviados quesitos ao Executivo (fl. 44) com resposta às folhas 45-53:

- “(...) temos a dizer que a Comissão Especial de Regulamento do Novo Regimento contempla a ampliação do número de pessoas na participação da gestão do CEU, nos segmentos: estudantes, professores, funcionários, pais, comunidade, organizações da sociedade civil, escolas no entorno e pessoas com deficiência, imigrantes, coletivos culturais e movimentos sociais. O Grupo de Trabalho responsável pela redação do Novo Regimento dos CEUs já elaborou minuta do documento (P.A. 2015-0.142.632-6), sob apreciação do Setor Jurídico desta Pasta, devendo ser entregue à cidade no dia 10/09/2015, em cerimônia oficial. Com essa regulamentação, acreditamos que a propositura contida no PL nº 0759/2013, está prejudicada, sem deter condições de prosseguimento” (fl. 48 – Secretaria Municipal de Educação/Programas Especiais/CEUs).
- “Muito embora a área técnica tenha se posicionado favoravelmente à medida, há que se atentar para a iniciativa desta Pasta em promover a instituição do grupo de trabalho cujo propósito vem ao encontro da perspectiva de ação da propositura.(...) Assim sendo, diante de tais evidências, esta Secretaria, mesmo considerada a pertinência da iniciativa, manifesta pelo veto do Projeto de Lei, tendo em vista realização dos trabalhos inerentes à redação do ‘Novo Regimento dos CEUs’, em execução e providências por parte do grupo instituído, estando em processo de conclusão e/ou finalização” (fl. 53 – Gabriel Chalita – Secretário Municipal de Educação).

Foram feitos novos quesitos ao Executivo questionado se o Novo Regimento dos CEUs já foi concluído e, em caso afirmativo, saber a opinião do Executivo à luz desse Novo Regimento (fl. 55):

- “... temos a informar que o texto final, encontra-se na Assessoria Técnica da SME para ajustes a legislação vigente e encaminhamento posterior a SGM-GAB para publicação” (Coordenadoria dos CEUs e da Educação Integral – SME, fl.57, 29/fev/2016).

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

- “Em relação ao contido no PL 759/2013 sobre a criação dos Conselhos Educacional, Estudantil, Cultural e de Esportes e Lazer nos CEUs (...), reforçamos que o Novo Regimento resgata a importância do Conselho Gestor e sua composição com participação dos servidores dos CEUs, das Unidades Educacionais, pais e educandos, promovendo a atuação coletiva dos sujeitos na discussão e aprovação do Projeto Político Pedagógico do CEU, organização e demandas sociais do território. O presente PL está em desacordo com a proposição em curso”. (Coordenadoria dos CEUs e da Educação Integral – SME, fl. 57).
- “...em vista dos aspectos conflitantes existentes entre o Projeto de Lei 759/2013 e o Novo Regimento dos CEUs a ser editado e, considerando que os propósitos aqui definidos não atendem as ações desenvolvidas nos referidos aparelhos educacionais, podemos concluir que a ação apregoada neste PL fica inviabilizada e sem a funcionalidade desejada, portanto, somos pelo veto total” (Chefe da Assessoria Técnica e de Planejamento – SME, fl. 59).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado em montante não informado na resposta do Executivo e sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo – Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi – Consultora Técnica Legislativa - Economia

Atenciosamente,

Equipe de Assessoria e Consultoria Econômico-Financeira do Processo Legislativo – CTEO-1
Ramais 4904/4706 – Sala 212-B

Obs.: Favor devolver para a Secretaria, ramal **4216** – Sala 213-A

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 759/2013
DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Goulart e José Police Neto, visa alterar a Lei 14.662 de 03 de janeiro de 2008, para dispor sobre a criação dos Conselhos Educacional, Estudantil, Cultural e de Esportes e Lazer nos Centros Educacionais Unificados no Município de São Paulo.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade “para adequar a proposta à técnica legislativa prevista na Lei Complementar Federal nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, bem como a fim de veicular o pretendido pelo projeto por meio de lei autônoma, já que o objetivo é a criação de outros Conselhos, distintos dos Conselhos Gestores criados pela Lei 14.662/08, com atribuições e composições próprias, não sendo recomendável, portanto, a alteração de referida lei, que teve por objeto único e específico a criação dos citados Conselhos Gestores”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
 Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

17) PL 825/2013	Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	Votação			
REVOGA A LEI Nº 6.035, DE 27 DE JUNHO DE 1962 QUE APROVOU O PLANO DE ALARGAMENTO DA RUA TRÊS RIOS NO DISTRITO DE SANTANA.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-	-
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PSB)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)					
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: revoga, em todos os seus termos, a Lei nº 6.035, de 27 de Junho de 1962, que aprovou o plano de alargamento da Rua Três Rios, Distrito de Santana, para 9,00 metros, no trecho compreendido entre a Estrada de Ferro Sorocabana e a Rua Bonita.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 8 e 9)

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: solicitou informações ao Executivo (fl. 10) com respostas nas fls. 13 a 21, em que afirma que "nada há a se opor quanto aos termos do Projeto de Lei nº 825/13, referente ao alargamento da Rua Três Rios." (fl. 14).

A Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras – SIURB, atestou que "nada a opor quanto aos termos do Projeto de Lei nº 825/13, referente ao alargamento da Rua Três Rios", por se tratar de via com interesse estritamente local e já consolidada dentro da região (fls. 13).

A Companhia de Engenharia de Tráfego – CET – informou que "Em nossas bases viárias, não foi encontrada, inicialmente, a R. Três Rios no trecho entre a Estrada de Ferro Sorocabana e a Rua Bonita, conforme descrito na Lei nº 6.035, de 27 de junho de 1962 (folha 10). Constatávamos apenas a existência da Rua Três Rios no bairro do Bom Retiro, que não coincidia com as informações contidas no presente processo" (fl. 16). Em consulta ao processo SISPRO 60.22.53.001, "consta a informação de que a Rua Três Rios teve seu nome alterado para Rua Neves Paulista. Por este motivo, a análise será feita levando em consideração a Rua Neves Paulista e não a Rua Três Rios que objeto da solicitação inicial. (fl. 16). A empresa ainda informou que, conforme a Portaria DSV-G nº 21/02, a Rua Neves Paulista é uma via local situada entre duas vias locais e que "Em consulta aos planos Regional Estratégico da Subprefeitura da Santana/Tucuruvi e Diretor Estratégico vigente, não encontramos propostas de melhorias viárias para a Rua Neves Paulista. Dessa forma, concordamos com o parecer de SIURB e nada temos a opor quanto à revogação da Lei 6.035/62, conforme o Projeto de Lei nº 825/13, haja vista se tratar de via estritamente local que não contribui de forma mais ampla na circulação de trânsito da região." (fl. 16)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto não implica aumento de despesa de caráter continuado. O nome da Rua Três Rios foi alterado posteriormente à Lei nº 6.035, de 27 de junho de 1962, para Rua Neves Paulista. Segundo entendimento da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, não há necessidade de substitutivo em razão da mudança de nome da rua, uma vez que a propositura pretende apenas revogar a Lei nº 6.035 que aprovou o alargamento dessa rua.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
 Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo – Economia
 Revisão: Regina Eiko Kimachi – Consultora Técnica Legislativa - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 825/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Nelo Rodolfo, visa revogar, em todos os seus termos, a Lei nº 6.035, de 27 de Junho de 1962, que aprovou o plano de alargamento da Rua Três Rios, Distrito de Santana, para 9,00 metros, no trecho compreendido entre a Estrada de Ferro Sorocabana e a Rua Bonita.

Em resposta a quesitos da douta Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, informaram os órgãos competentes do Executivo que "nada há a se opor quanto aos termos do Projeto de Lei nº 825/13, referente ao alargamento da Rua Três Rios".

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

18) PL 864/2013		Ver. PATRÍCIA BEZERRA (PSDB)			Votação		
					Favor	Contra	Abst.
INSTITUI, NOS PARQUES PÚBLICOS MUNICIPAIS, INCLUINDO OS CEU'S, "ESPAÇOS DE FAZER CULTURA", PARA PRÁTICA E APRENDIZAGEM DE TÉCNICAS DE EXPRESSÃO CULTURAL, DISTRIBUÍDOS POR FAIXA ETÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. JAIR TATTO (PT) Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA							
		Ver. ABOU ANNI (PV)			-	-	-
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)			-	-	-
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)			-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)			-	-	-
		Ver. EDIR SALES (PSD)			-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)			-	-	-
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)			-	-	-
		Ver. OTA (PSB)			-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)			-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: visa instituir "Espaços de Fazer Cultura" nos parques públicos municipais, CEUs e outros espaços públicos, destinados à prática e aprendizagem de técnicas de expressão cultural tais como música, teatro, cinema, dança, fotografia, entre outras, distribuídas por faixa etária.

O projeto estabelece que, em cada modalidade, poderão ser alocados servidores da própria rede municipal, desde que legalmente habilitados para tal; e que o Município poderá firmar convênios com entidades não governamentais com notória capacidade e experiência em cada modalidade para a realização das atividades pretendidas.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela constitucionalidade e legalidade, com apresentação de substitutivo "a fim de adequar o presente projeto de lei à melhor técnica de elaboração legislativa" (fls. 123/125).

Comissão de Administração Pública: favorável, nos termos do substitutivo proposto pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 126).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável, nos termos do substitutivo proposto pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 127).

Comissão de Finanças e Orçamento: solicitou quesitos ao Executivo (fls.128), com resposta às folhas 130-139.

“(...) os parques municipais já possuem atividades de cunho Cultural, Artístico e Ambiental controlado conforme regulamento de uso e programas próprios. (...) atividades relacionadas como cinema, dança, teatro, literatura e fotografia também são efetivas nos espaços públicos gerenciados por essa divisão. Sugerimos substituir “parques públicos” por “praças públicas” uma vez que essas áreas precisam ser ocupadas e melhor aproveitadas” – (fls. 131) - Departamento de Parques e Áreas Verdes - SVMA

“(...) a aprovação do projeto de lei representaria uma sobreposição de atividades, prejudicial ao funcionamento dos parques municipais” – (fl.133 – Assessoria Técnico Legislativa – SVMA)

“(...) posicionando-me contrariamente à iniciativa de lei apresentada” (fl. 134 – Gabinete – SVMA)

“(...) considerando a natureza dos CEUs e as ações já empreendidas, que incluem extensa programação cultural, entendemos que a propositura não detém condições de prosperar, razão pela qual propomos o seu veto em inteiro teor” (fl.137 – Assessoria Técnica e de Planejamento – SME)

“(...) com base nas argumentações e fundamentos expressos pelas instâncias competentes, retorno o presente a Vossa Senhoria manifestando pelo veto ao PL nº864/13, em seu inteiro teor” (fl.139 – Secretário – SME)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Em avaliação preliminar, o projeto poderia gerar despesas obrigatórias de caráter continuado com a realização dos eventos, oficinas, encontros, enfim, das atividades culturais em tela, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo / Economia

Revisão: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo / Economia

PARECER Nº PROJETO DE LEI Nº 864/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria da nobre Vereadora Patrícia Bezerra, visa instituir “Espaços de Fazer Cultura” nos parques públicos municipais, CEUs e outros espaços públicos, destinados à prática e aprendizagem de técnicas de expressão cultural, tais como música, teatro, cinema, dança, fotografia, entre outras, distribuídas por faixa etária.

O projeto estabelece que, para consecução de cada modalidade poderão ser alocados servidores da própria rede municipal, desde que legalmente habilitados para tal; e que o Município poderá firmar convênios com entidades não governamentais com notória capacidade e experiência em cada modalidade para a realização das atividades pretendidas.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela constitucionalidade e legalidade, com apresentação de substitutivo “a fim de adequar o presente projeto de lei à melhor técnica de elaboração legislativa”.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
 Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

19) PL 226/2014	Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS); Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	Votação			
			Favor	Contra	Abst.
DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE PARTIDAS DE FUTEBOL DE VÂRZEA NO ESTÁDIO DO PACAEMBU (ESTÁDIO MUNICIPAL PAULO MACHADO DE CARVALHO) - PRAÇA CHARLES MILLER, S/Nº - PACAEMBU, NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-	-
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)		Ver. OTA (PSB)	-	-	-
Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vista vencido na Comissão.

ASSUNTO: dispõe sobre a realização de partidas de futebol de VÁRZEA no estádio do Pacaembu (Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho) - Praça Charles Miller, s/nº - Pacaembu aos domingos.

O projeto determina que as partidas serão administradas por torneios de várzea e por órgão competente que os gerencia com destino à prática de futebol, de competições, dentre outras compatíveis com sua utilização.

O horário para utilização restringe para o uso especificado os domingos no período das 7:00 às 13:00 horas.

O projeto estabelece que deverá haver a devida sinalização, com indicação nas entradas com horários de realização do evento, em local bem visível ao público; que o preço dos ingressos deverá apenas ressarcir despesas extras geradas pelas partidas, ou mesmo a entrada ser franca; e que os times que realizarão as partidas deverão ser contemplados com esse direito, por meio de sorteio a ser realizado pelo órgão administrador do referido campeonato.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 42/43)

Comissão de Administração Pública: favorável (fl. 44)

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável (fl. 45)

Comissão de Finanças e Orçamento: foram solicitadas informações ao Executivo (fl. 46) com respostas nas fls. 49 a 60:

-Secretaria de Esportes, Lazer e Recreação – Assessoria Jurídica: “Em atenção a solicitação de esclarecimentos quanto a previsão de custos para a abertura do Estádio Dr. Paulo Machado de Carvalho para jogos com a presença de público, baseado nas exigências de segurança pública para os estádios no Estado de São Paulo, considerando normas de atendimento ao público estabelecidas pelo Estatuto do Torcedor, Procom atendimento de saúde e nas exigências de efetivo para a limpeza, manutenção e segurança patrimonial do Estádio, informamos :” (transcrevemos para a tabela abaixo os itens e valores

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

para jogos com previsão de 7 a 15 mil torcedores – fl.49/51)

Item	Descrição	Quant	Preço Unit (R\$)	Total (R\$)
Segurança Pública	Policiamento do Estádio	120	109,00	13.080,00
Segurança Pública	Grades Externas para balizamento dos portões	200	25,00	5.000,00
Segurança Pública	Sistema de Controle de Acesso	11000	1,95	21.450,00
Segurança Pública	Orientadores para o Público	60	80,00	4.800,00
Estatuto do Torcedor	Serviços de Lanchonete	1	9.000,00	9.000,00
Estatuto do Torcedor	Locação de Banheiros Químicos	45	39,00	1.755,00
Estatuto do Torcedor	Contratação de brigadistas de incêndio	8	120,00	960,00
Estatuto do Torcedor	Disponibilização de Ambulância	1	2.500,00	2.500,00
Estatuto do Torcedor	Equipes de eletricitas, hidráulica, operador de placar, limpeza	40	110,00	4.400,00
Estatuto do Torcedor	Serviço de Som	1	1.000,00	1.000,00
Responsabilização dos Danos	Cadeiras e divisórias danificadas (media)	30	45,00	1.350,00
Responsabilização dos Danos	Outros, como pias, torneiras, vasos (danificados)	1	2.000,00	2.000,00
Responsabilidade do Município	Limpeza do estádio pós evento	33	60,00	1.980,00
			TOTAL (R\$)	69.275,00

Secretaria de Esportes, Lazer e Recreação – Gabinete do Secretário: “sem duvidar em nenhum momento dos meritórios propósitos do projeto, fato é que ele não tem condições de prosperar. Resumidamente, o projeto: a) determina atos materiais de administração da agenda de eventos do estádio; b) cria uma política pública que é a criação de um novo campeonato a ser administrado e custeado pela Prefeitura; c) cria a isenção de um preço público, já que a utilização do Pacaembu, por determinação do Prefeito (decreto) é cobrada e, só nas hipótese por ele admitidas (decreto) pode ser isentada; d) Estabelece a base de cálculo para um preço público (ingresso). Todas essas determinações ferem de morte o projeto, uma vez que invadem a esfera de competência do Executivo” (fl.53)

(...) a realização de atividades concretas depende da existência de recursos financeiros, de dotações orçamentárias prévias (...) a alocação dos recursos é condicionada pelo Poder Legislativo, através das leis orçamentárias (PPA, LDO, LOA – CF, art. 165). (...) Pois bem, a Lei do Plano Plurianual ora em vigor não prevê, entre os programas, objetivos e metas da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação para o período, o planejamento, regulamentação execução e custeio de um campeonato de futebol dominical no Pacaembu. Assim, qualquer propositura legislativa nesse sentido, no período, ofenderia a lei em questão. (fl.57)

Secretário Municipal dos Esportes: “(...) não é possível executar as disposições de projeto com os atuais recursos materiais e humanos pois tais disposições provocam elevação da despesa pública. Não é possível estimar com precisão no momento o impacto orçamentário-financeiro, especialmente em razão de que

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

despesas que são assumidas pelas entidades promotoras de campeonatos passariam, no campeonato proposto no PL, a ser responsabilidade do Município.” “(...) já existem ações que vão ao encontro do pretendido pela propositura. Esta Pasta não tem descuidado do futebol de várzea, tendo recentemente firmado convênio com a AMBEV, no qual, dentre outros benefícios, prevê que sejam gramados (grama sintética) 12 campos na cidade. Também realiza os Jogos da Cidade, campeonato totalmente custeado pela SEME, com jogos de futebol do qual participam times de várzea.” (fls.59/60)

(...) **sugerimos o veto total ao Projeto de Lei nº226/14**, não obstante indubitavelmente meritórios os seus propósitos (fl.60)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto, caso aprovado, geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia
Revisão: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 226/2014

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Nelo Rodolfo e Jonas Camisa Nova, dispõe sobre a realização de partidas de futebol de VÁRZEA no estádio do Pacaembu (Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho) - Praça Charles Miller, s/nº - Pacaembu aos domingos.

O projeto determina que as partidas serão administradas por torneios de várzea e por órgão competente que os gerencia com destino à prática de futebol, de competições, dentre outras compatíveis com sua utilização.

O horário para utilização restringe para o uso especificado os domingos no período das 7:00 às 13:00 horas.

O projeto estabelece ainda que deverá haver a devida sinalização, com indicação nas entradas com horários de realização do evento, em local bem visível ao público; que o preço dos ingressos deverá apenas ressarcir despesas extras geradas pelas partidas, ou mesmo a entrada ser franca; e que os times que realizarão as partidas deverão ser contemplados com esse direito, por meio de sorteio a ser realizado pelo órgão administrador do referido campeonato.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer. Entretanto, visando sanar eventuais equívocos de grafia e concordância, sugerimos o seguinte substitutivo:

SUBSTITUTIVO Nº

SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 226/2014

“Dispõe sobre a realização de partidas de futebol de VÁRZEA no estádio do Pacaembu (Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho) - Praça Charles Miller, s/nº - Pacaembu, no Município de São Paulo, e dá outras providências.”

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

A Câmara Municipal de São Paulo **D E C R E T A**:

Art. 1º Será destinado, aos Domingos, o Estádio do Pacaembu (Estádio Municipal Paulo de Machado de Carvalho) -Praça Charles Miller, s/nº - Pacaembu, São Paulo, SP, para realização de partidas de futebol de várzea,

Art. 2º As partidas serão realizadas sempre aos domingos.

Parágrafo único. O horário para utilização:

I - no período das 7:00 às 13:00 horas e;

II - nos demais horários estará disponível ao Órgão Administrador Competente.

Art. 3º As partidas serão administradas pelos torneios de várzea e/ou órgão competente que os gerencia, com destino à prática de futebol, de competições, dentre outras compatíveis com sua utilização.

Art. 4º O Estádio de que trata esta Lei será devidamente sinalizado, com indicação dos horários de realização do evento, em local bem visível ao público.

Art. 5º Os ingressos deverão ser gratuitos ou terem um preço que vise apenas o ressarcimento de despesas extras geradas com a realização das partidas, a serem administrados pelo setor responsável do Estádio.

Art. 6º Os times que realizarão as partidas deverão ser contemplados com esse direito, por meio de sorteio a ser realizado pelo órgão administrador do campeonato.

Parágrafo único. O sorteio deverá ser realizado em sede neutra aos times com antecedência de 30 (trinta) dias corridos.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

20) PL 245/2014	Ver. GILSON BARRETO (PSDB); Ver. PATRÍCIA BEZERRA (PSDB); Ver. EDUARDO TUMA (PSDB); Ver. CORONEL TELHADA (PSDB); Ver. MÁRIO COVAS NETO (PSDB); Ver. CLAUDINHO DE SOUZA (PSDB); Ver. ANDREA MATARAZZO (PSD)	Votação			
			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-	-
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PSB)	-	-	-
REVOGA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 3º DA LEI 13.661 DE 11 DE N OVEMBRO DE 2003, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. JAIR TATTO (PT)					
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: revoga o parágrafo único do art. 3º da Lei 13.661, de 11 de novembro de 2003, que autoriza o Poder Executivo a contratar seguro de vida e por invalidez permanente, total ou parcial, em grupo, para os integrantes do Quadro dos Profissionais da Guarda Civil Metropolitana – QPG, nas condições que especifica. O referido parágrafo veda o recebimento do seguro caso o sinistro ocorra em eventual trabalho que não seja o de Guarda Civil Metropolitana.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 158-159).

Comissão de Administração Pública: favorável (fls. 160).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Aceitando-se que o Executivo não se encontra obrigado a implementar nenhuma disposição de uma lei autorizativa, conclui-se que as mesmas não têm impacto orçamentário-financeiro.

Elaboração: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**
PROJETO DE LEI Nº 245/2014

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Coronel Telhada, nobre Vereador Andrea Matarazzo, nobre Vereador Claudinho de Souza, nobre Vereador Eduardo Tuma, nobre Vereador Gilson Barreto, nobre Vereador Mario Covas Neto e nobre Vereadora Patrícia Bezerra, visa revogar o parágrafo único do art. 3º da Lei 13.661, de 11 de novembro de 2003, que autoriza o Poder Executivo a contratar seguro de vida e por invalidez permanente, total ou parcial, em grupo, para os integrantes do Quadro dos Profissionais da Guarda Civil Metropolitana – QPG, nas condições que especifica. O referido parágrafo veda o recebimento do seguro caso o sinistro ocorra em eventual trabalho que não seja o de Guarda Civil Metropolitana.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
 Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

21) PL 334/2014	Ver. LAÉRCIO BENKO (PHS)	Votação			
DISCIPLINA O MINISTÉRIO FACULTATIVO DE AULAS DE RELIGIÃO NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E PROFISSIONAL ESCOLAS SITUADAS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-	-
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PSB)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. OTA (PSB)					
Parecer: FAVORAVEL					
Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 1 (uma) sessão em 17/02/2016 a pedido do Ver. Paulo Fiorilo. Adiado por 2 (duas) sessões em 24/02/16 a pedido do Ver. Aurélio Nomura. Adiado por 3 (três) sessões em 09/03/16 a pedido da Verª. Edir Sales. Adiado por 3 (três) sessões em 30/03/16 a pedido do Ver. Jair Tatto. Adiado por 2 (duas) reuniões em 27/04/2016 a pedido do Ver. Adolfo Quintas.					
ASSUNTO: disciplina o ministério facultativo de aulas de religião nos estabelecimentos de ensino fundamental, médio e profissional, integrantes da rede pública de ensino municipal ou particulares, no Município de São Paulo. De acordo com o art.1º, os estabelecimentos de ensino que ministrarem aulas de educação religiosa, deverão obrigatoriamente incluir, na respectiva grade, orientação pela liberdade de culto e tolerância religiosa.					
Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: <u>pela legalidade</u> (fls. 22-23). Comissão de Educação, Cultura e Esportes: <u>favorável</u> (fl. 24).					
Comissão de Finanças e Orçamento: foram feitos quesitos ao Executivo (fl. 25) com resposta às folhas 27-33: <ul style="list-style-type: none">• “(...) não há amparo legal para a oferta de ensino religioso no Ensino Médio ou no Ensino Profissional, como proposto no art. 2º. (...) As unidades particulares, notadamente de Ensino Fundamental são autorizadas e supervisionadas pela Secretaria Estadual de Educação, embora seja reconhecida sua autonomia pedagógica, o que pode incluir aspectos do ensino religioso. De todo modo, resta evidente que a SME não disciplina ou responde por estas escolas.” (fl. 30 – Secretaria Municipal de Educação).• “A liberdade de culto e a tolerância religiosa são valores já reconhecidos pelas normas vigentes, a exemplo da LDB ou da Lei municipal nº 14.181/06 que preveem o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, Em realidade, o respeito à diversidade é preceito que perpassa por outras disciplinas, tratando-se de tema recorrentemente trabalhado nas escolas” (fls. 30-31 – Secretaria Municipal de Educação).• “Assim, por todo o exposto, entendemos que o Projeto de Lei nº 334/2014 não detém condições de prosseguimento, opinando pelo veto em inteiro teor” (fl. 31 – Secretaria Municipal de Educação).					

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
 Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Em avaliação preliminar, o projeto poderia gerar despesas obrigatórias de caráter continuado com a possível contratação e/ou treinamento de professores que deverão ministrar as aulas de orientação pela liberdade de culto e tolerância religiosa, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária. A resposta do Executivo não menciona o impacto orçamentário-financeiro caso o projeto seja aprovado.

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 334/2014

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Laércio Benko, visa disciplinar o ministério facultativo de aulas de religião nos estabelecimentos de ensino fundamental, médio e profissional, integrantes da rede pública de ensino municipal ou particulares, no município de São Paulo. De acordo com o art.1º, os estabelecimentos de ensino que ministrarem aulas de educação religiosa, deverão obrigatoriamente incluir, na respectiva grade, orientação pela liberdade de culto e tolerância religiosa.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, nos termos do substitutivo mencionado, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

22) PL 509/2014 Ver. ARSELINO TATTO (PT)		Votação		
		Favor	Contra	Abst.
OBRIGA A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO A DESTINAR ESPAÇO NOS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS PARA REALIZAÇÃO DE CERIMÔNIAS DE VELÓRIO PARA OS MUNÍCIPIES BENEFICIADOS PELA LEI 11.083/1991.		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-
		Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-
		Ver. OTA (PSB)	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-
Relator: Ver. JAIR TATTO (PT)				
Parecer: FAVORAVEL				

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: obriga a Prefeitura do Município de São Paulo a destinar espaço nos cemitérios municipais para realização de cerimônias de velório, para os munícipes beneficiados pela Lei n.º 11.083/1991, que autoriza o Executivo a instituir gratuidade do sepultamento e dos meios a ele necessários à população de baixa renda.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
 Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 47-48).
Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: parecer favorável (fl. 49).
Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho, Idoso e Mulher: parecer favorável (fl. 50).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Em avaliação preliminar, a ser confirmada por informações adicionais, que sugerimos solicitar ao Executivo, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**
PROJETO DE LEI Nº 509/2014

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Arselino Tatto, visa obrigar a Prefeitura do Município de São Paulo a destinar espaço nos cemitérios municipais para realização de cerimônias de velório, para os munícipes beneficiados pela Lei n.º 11.083/1991, a qual autoriza o Executivo a instituir gratuidade do sepultamento e dos meios a ele necessários à população de baixa renda.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

23) PL 532/2014 Ver. PAULO FRANGE (PTB)

DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE RETENÇÃO DE MACAS DAS AMBULÂNCIAS DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA SAMU E DE OUTRAS UNIDADES MÓVEIS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA NA REDE HOSPITALAR MUNICIPAL, BEM COMO A CRIAÇÃO DE RESERVA TÉCNICA DE MACAS NESSAS UNIDADES DA REDE HOSPITALAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Relator: Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)

Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Votação

	Favor	Contra	Abst.
Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-	-
Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
Ver. OTA (PSB)	-	-	-
Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: proíbe a retenção de macas das ambulâncias do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU e de outras unidades móveis hospitalares de atendimento de urgência e emergência nos hospitais da Rede Hospitalar Municipal, para os quais os pacientes socorridos são encaminhados. Obriga a Rede Hospitalar Municipal a disponibilizar em suas dependências, novas macas semelhantes às utilizadas pelo SAMU, a fim de evitar que as ambulâncias sejam obrigadas a aguardar a liberação das macas por longo período de tempo.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade, com apresentação de substitutivo “para adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa, aprimorando a redação do caput do art. 1º da proposta original” (fls. 66/70).

Comissão de Administração Pública: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 71/72)

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho, Idoso e Mulher: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 73)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Em avaliação preliminar, a ser confirmada por informações adicionais, inclusive provenientes do Executivo, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, por meio de compras recorrentes de macas, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Emerson Rildo de Araújo Carvalho - Consultor Técnico Legislativo – Economia

PARECER Nº
DE LEI Nº 532/2014

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Paulo Frange, visa proibir a retenção de macas das ambulâncias do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU e de outras unidades móveis hospitalares de atendimento de urgência e emergência nos hospitais da Rede Hospitalar Municipal, para os quais os pacientes socorridos são encaminhados. Obriga a Rede Hospitalar Municipal a disponibilizar em suas dependências, novas macas semelhantes às utilizadas pelo SAMU, a fim de evitar que as ambulâncias sejam obrigadas a aguardar a liberação das macas por longo período de tempo.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade, com apresentação de substitutivo “para adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa, aprimorando a redação do caput do art. 1º da proposta original”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do Substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

24) PL 68/2015	Ver. RICARDO YOUNG (REDE)	Votação			
Cria o "Memorial Manequinho Lopes" na área da UMAPAZ, próxima ao Viveiro Manequinho Lopes no Parque Ibirapuera", âmbito da Subprefeitura da Vila Mariana, e dá outras providências.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-	-
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PSB)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: Cria o "Memorial Manequinho Lopes" na área da UMAPAZ, próxima ao Viveiro Manequinho Lopes no Parque Ibirapuera", âmbito da Subprefeitura da Vila Mariana.

O parágrafo único do art. 1º dispõe que o Executivo poderá utilizar parte do imóvel hoje destinado à UMAPAZ para a instalação do Memorial.

O art. 2º estabelece que o acervo do Memorial será formado por objetos, fotografias, matérias, estudos, películas e outros elementos videofonográficos e de multimídia, bem como formas de expressão e documentação que preservem a memória da vida e obra do entomologista Manequinho Lopes, cuja história confunde-se com a história da cidade de São Paulo e foi imprescindível para a implantação de jardins e parques no município.

Nas instalações do Memorial Manequinho Lopes deverão ser desenvolvidas atividades periódicas com o objetivo de atrair e estimular a compreensão e a preservação do patrimônio cultural, ambiental e paisagístico da cidade, além de fomentar a participação e o desenvolvimento da comunidade através de:

- I. exposições;
- II. shows, espetáculos e filmes;
- III. oficinas;
- IV. palestras, conferências e seminários;
- V. encontros e feiras de arte;
- VI. cursos livres de jardinagem, educação ambiental, cultivo de ervas medicinais, etc.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: (fls. 14-16) pela legalidade, com substitutivo para adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa.

Acrescenta o significado de UMAPAZ: Universidade Aberta do Meio Ambiente e da Cultura de Paz.

Comissão de Administração Pública: (fl. 17) Favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: (fl. 18) Favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Em avaliação preliminar, a ser confirmada por informações adicionais, inclusive provenientes do Executivo, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, incluindo despesas com pessoal,

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Elaboração: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Atenciosamente,

Equipe de Assessoria e Consultoria Econômico-Financeira do Processo Legislativo – CTEO-1
Ramais 4904/4706 – Sala 212-B

Obs.: Favor devolver para a Secretaria, ramal **4216** – Sala 213-A

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 68/2015
DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Ricardo Young, visa criar o "Memorial Manequinho Lopes" na área da UMAPAZ, próxima ao Viveiro Manequinho Lopes no Parque Ibirapuera, Subprefeitura da Vila Mariana.

O parágrafo único do art. 1º dispõe que o Executivo poderá utilizar parte do imóvel hoje destinado à UMAPAZ para a instalação do Memorial.

O art. 2º estabelece que o acervo do Memorial será formado por objetos, fotografias, matérias, estudos, películas e outros elementos videofonográficos e de multimídia, bem como formas de expressão e documentação que preservem a memória da vida e obra do entomologista Manequinho Lopes, cuja história confunde-se com a história da cidade de São Paulo e foi imprescindível para a implantação de jardins e parques no município.

Nas instalações do Memorial Manequinho Lopes deverão ser desenvolvidas atividades periódicas com o objetivo de atrair e estimular a compreensão e a preservação do patrimônio cultural, ambiental e paisagístico da cidade, além de fomentar a participação e o desenvolvimento da comunidade através de:

- I. exposições;
- II. shows, espetáculos e filmes;
- III. oficinas;
- IV. palestras, conferências e seminários;
- V. encontros e feiras de arte;
- VI. cursos livres de jardinagem, educação ambiental, cultivo de ervas medicinais, etc.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou parecer pela legalidade, com substitutivo para adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa. O substitutivo acrescenta o significado de UMAPAZ: Universidade Aberta do Meio Ambiente e da Cultura de Paz.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

25) PL 89/2015	Ver. TONINHO PAIVA (PR)	Votação			
ALTERA A LEI Nº 14.472 DE 10 DE JULHO DE 2.007, PARA ACRESCENTAR § 3º E DAR NOVA REDAÇÃO AO CAPUT DO ART. 9º, PARA DISPOR SOBRE A COMEMORAÇÃO AO DIA DA BANDEIRA DO BRASIL NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NA CIDADE DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-	-
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PSB)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)					
Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: altera a Lei nº 14.472 de 10 de julho de 2007, que consolida a Legislação Municipal sobre honorarias, símbolos e matéria correlata, para acrescentar § 3º e dar nova redação ao caput do art. 9º, para dispor sobre a comemoração ao dia da Bandeira do Brasil na Rede Municipal de Educação na Cidade de São Paulo.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 23-24).

Comissão de Administração Pública: favorável (fl. 25).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável (fl. 26).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso -Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 89/2015

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Toninho Paiva, visa alterar a Lei nº 14.472 de 10 de julho de 2007, que consolida a Legislação Municipal sobre honorarias, símbolos e matéria correlata, para acrescentar § 3º e dar nova redação ao caput do art. 9º, para dispor sobre a comemoração ao dia da Bandeira do Brasil na Rede Municipal de Educação na Cidade de São Paulo.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer. Contudo, a fim de adequar a proposta às melhores técnicas de elaboração legislativa, sugerimos o seguinte substitutivo:

SUBSTITUTIVO Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 89/2015

Altera a Lei nº 14.472 de 10 de julho de 2007, para acrescentar art. 9º-A, que dispõe sobre a comemoração ao dia da Bandeira

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
 Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

do Brasil na Rede Municipal de Educação na Cidade de São Paulo, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º - A Lei nº 14.472, de 10 de julho de 2007, passa a vigorar acrescida do art. 9º-A, com a seguinte redação:

"Art. 9º-A - Os Estabelecimentos de Ensino da Rede Municipal promoverão, anualmente, no dia 19 de novembro, ou no próximo dia útil possível, o hasteamento da Bandeira do Brasil e canto dos Hinos Nacional e da Bandeira, por todos os alunos, professores e funcionários da escola, diante da Bandeira."

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 30 (trinta) dias, a contar de sua publicação.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

26) PL 189/2015 Ver. ANTONIO DONATO (PT)		Votação		
		Favor	Contra	Abst.
ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 59 E PARÁGRAFO AO ARTIGO 89, AMBOS DA LEI MUNICIPAL 8.989, DE 29 DE OUTUBRO DE 1979, PARA DISCIPLINAR A VEDAÇÃO DE PERDAS NOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS QUE CUMPREM ACÚMULO LÍCITO DE CARGOS DE PROFESSOR. Relator: Ver. JAIR TATTO (PT) Parecer: FAVORAVEL		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-
		Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-
		Ver. OTA (PSB)	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: acrescenta parágrafo único ao art. 59 e parágrafo ao artigo 89, ambos da Lei Municipal nº 8.989, de 29 de outubro de 1979, para disciplinar a vedação de perdas nos vencimentos dos servidores públicos que cumprem acúmulo lícito de cargos de Professor.

Conforme o parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esportes (fls. 37), "... o projeto de lei em tela visa a alterar a legislação para possibilitar que professores em acúmulo lícito de cargos possam receber um vale refeição e um vale alimentação para cada vínculo, o que hoje é vedado pelo parágrafo único do inciso IV do

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

art. 2º da Lei 12.858/1999 e pelo § 2º do art. 1º da Lei 13.598, com redação dada pela Lei 14.858/2007”.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 33).

Comissão de Administração Pública: parecer favorável (fls. 34/36) com apresentação de substitutivo “visando apresentar a legislação a ser revogada” (fls. 35).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: parecer favorável (fls. 37) na forma do substitutivo aprovado pela Comissão de Administração Pública.

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Em avaliação preliminar, a ser confirmada por informações adicionais, inclusive provenientes do Executivo, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**
PROJETO DE LEI Nº 189/2015

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Antonio Donato, visa acrescentar parágrafo único ao art. 59 e parágrafo ao artigo 89, ambos da Lei Municipal nº 8.989, de 29 de outubro de 1979, para disciplinar a vedação de perdas nos vencimentos dos servidores públicos que cumprem acúmulo lícito de cargos de Professor.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

27) PL 218/2015 Ver. PATRÍCIA BEZERRA (PSDB)		Votação		
DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA "VIVER E VENCER", DESTINADO ÀS PESSOAS PORTADORAS DE CÂNCER, RESIDENTES NA CIDADE DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.		Favor	Contra	Abst.
Relator: Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB) Parecer: FAVORAVEL		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-
		Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-
		Ver. OTA (PSB)	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: dispõe sobre a implantação do programa “viver e vencer” destinado às pessoas portadoras de câncer, residentes na Cidade de São Paulo, com vistas a:

I. Oferecer apoio médico, social ou psicológico favorecendo o embasamento necessário para que a

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

pessoa e sua família contribuam com o tratamento próprio, em ambiente de carinho, amor, afeto e compreensão;

- II. Instruir e empoderar o paciente e família para que não sejam vítimas de nenhuma forma de discriminação ou de isolamento, de modo a estimular comportamentos sociais positivos.

De acordo com a propositura, o cidadão alcançado pela presente lei terá direito ao amparo psicológico individual e social durante todo o tratamento e pós-tratamento. O Poder Público estimulará a criação de grupos de autoajuda, formados por pacientes e voluntários, com a finalidade de orientar, ajudar e dar amparo psicológico e emocional nas diversas fases da doença.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 64-65).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: parecer favorável (fl. 66).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Em avaliação preliminar, a ser confirmada por informações adicionais, que sugerimos solicitar ao Executivo, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado com a contratação de novos servidores com vistas a oferecer apoio médico, social ou psicológico às pessoas que aderirem ao programa “viver e vencer”, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 218/2015

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria da nobre Vereadora Patrícia Bezerra, visa implantar o Programa “Viver e vencer”, destinado às pessoas portadoras de câncer, residentes na Cidade de São Paulo, com vistas a:

- I. oferecer apoio médico, social ou psicológico favorecendo o embasamento necessário para que a pessoa e sua família contribuam com o tratamento próprio, em ambiente de carinho, amor, afeto e compreensão;

- II. instruir e empoderar o paciente e família para que não sejam vítimas de nenhuma forma de discriminação ou de isolamento, de modo a estimular comportamentos sociais positivos.

De acordo com a propositura, o cidadão terá direito ao amparo psicológico individual e social durante todo o tratamento e pós-tratamento. O Poder Público estimulará a criação de grupos de autoajuda, formados por pacientes e voluntários, com a finalidade de orientar, ajudar e dar amparo psicológico e emocional nas diversas fases da doença.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

28) PL 264/2015	Ver. ANTONIO DONATO (PT)
ALTERA A REDAÇÃO DO § 3º DO ARTIGO 2º E DO INCISO III DO ARTIGO 7º DA LEI 13.194, DE 24 DE OUTUBRO DE 2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (REF. AOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE, A QUEM A CONSTITUIÇÃO PERMITE A ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS, RECEBEREM TRATAMENTO ISONÔMICO FAZENDO JUS À PERCEPÇÃO DO AUXÍLIO-TRANSPORTE).	
Relator: Ver. JAIR TATTO (PT)	
Parecer: FAVORAVEL	

Votação			
	Favor	Contra	Abst.
Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-	-
Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
Ver. OTA (PSB)	-	-	-
Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: Altera a redação do § 3º do artigo 2º e do inciso III do artigo 7º da Lei 13.194, de 24 de outubro de 2001, que institui o Auxílio-Transporte em pecúnia para os servidores públicos municipais que especifica.

A alteração permitirá que o Auxílio-Transporte em pecúnia seja dado para os servidores que se deslocam utilizando transporte próprio.

COMPARATIVO DA LEI Nº 13.194 24/10/2001 COM O PL 264/2015:

LEI Nº 13.194 24/10/2001	PROJETO DE LEI Nº 264/2015
Institui o Auxílio-Transporte em pecúnia para os servidores públicos municipais que especifica, e dá outras providências.	
	Altera a redação do §3º do artigo 2º e do inciso III do artigo 7º da Lei 13.194, de 24 de outubro de 2001 e dá outras providências.
	A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DECRETA:
	Artigo 1º - Ficam alteradas as redações do §3º do artigo 2º e do inciso III do artigo 7º da Lei 13.194, de 24 de outubro de 2001, que passam a ter a seguinte redação:
(...)	

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
 Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

<p>Art. 2º - O Auxílio-Transporte constitui benefício pecuniário mensal de natureza indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas efetivas realizadas pelos servidores municipais especificados no artigo anterior, no deslocamento "residência-trabalho" e vice-versa, excetuados os deslocamentos em intervalos para repouso ou alimentação durante a jornada de trabalho.</p>	<p>Art 2º- ...</p>	
<p>§ 1º - O Auxílio-Transporte não será devido cumulativamente com benefício de espécie semelhante ou vantagem pessoal originária de qualquer indenização ou auxílio pago sob o mesmo título ou idêntico fundamento, exceto quando o servidor acumular lícitamente outro cargo ou função na Administração Direta ou nas Autarquias do Município de São Paulo.</p>	<p>(...)</p>	
<p>§ 2º - Nos casos de acumulação lícita de cargos ou funções em que o deslocamento para o local de exercício de um deles não seja "residência-trabalho" por opção do servidor, poderá ser considerado, na concessão do Auxílio-Transporte, o deslocamento "trabalho-trabalho".</p>	<p>(...)</p>	
<p>§3º - Os deslocamentos de que trata este artigo compreendem a soma dos componentes da locomoção do servidor, por um ou mais meios de transporte coletivo público urbano ou, ainda, intermunicipal com características semelhantes ao urbano, em linhas regulares e com tarifas fixadas pelas autoridades competentes, excluídos:</p>	<p>§3º- Os deslocamentos de que trata este artigo compreendem a soma dos componentes da locomoção do servidor, por um ou mais meios de transporte coletivo público urbano ou, intermunicipal com características semelhantes ao urbano, em linhas regulares e com tarifas fixadas pelas autoridades competentes, ou, ainda, transportes próprios, excluídos.</p>	
<p>I - os meios de transporte referidos neste parágrafo, quando seletivos ou especiais; e</p>	<p>(...)</p>	
<p>II - os deslocamentos inferiores a 1 (um) quilômetro, salvo por motivos de saúde, devidamente comprovados mediante a apresentação de atestado e relatório médicos.</p>	<p>(...)</p>	

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
 Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

(...)	
Art. 7º - Não farão jus à concessão do Auxílio-Transporte, os servidores:	Art. 7º- ...
	(...)
	(...)
III - que se utilizarem de meios de transporte próprios, oficiais ou contratados pela Administração para o deslocamento "residência-trabalho" e vice-versa, bem como "trabalho-trabalho", nas hipóteses de acumulação lícita de cargos ou funções públicas de que trata o parágrafo 2º do artigo 2º desta lei;	III - que se utilizarem de meios de transportes próprios , oficiais ou contratados pela Administração para o deslocamento "residência-trabalho" e vice-versa, bem como "trabalho-trabalho", nas hipóteses de acumulação lícita de cargos ou funções públicas de que trata o parágrafo 2º do artigo 2º desta lei:
	(...)" .

Conforme a justificativa, o presente projeto de lei “tem por objetivo propiciar em especial aos profissionais da área da educação e da saúde, a quem a Constituição permite a acumulação de cargos públicos, receberem tratamento isonômico fazendo jus à percepção do auxílio-transporte, aqueles profissionais que necessitam se locomoverem de um equipamento público para outro e o fazem por intermédio de transporte próprio e que dedicam mais horas ao serviço público, porém, não faziam jus, até então, à percepção do auxílio-transporte, por terem que se valer do transporte próprio para poderem se locomover em tempo hábil de um local de trabalho público para outro, sendo certo, que no mais das vezes este é o único meio de transporte possível para irem de um trabalho público para outro e que pelo fato de utilizarem transporte próprio não perceberiam o auxílio-transporte.”

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 19-20)

Comissão de Administração Pública: Favorável (fls. 21-22)

Comissão de Finanças e Orçamento: Solicitou informações ao Executivo (fl. 24). **Resposta do Executivo:** (fls. 25-29v)

Secretaria Municipal de Gestão – Coordenadoria de Gestão de Pessoas: (fl. 26-27)

“1) Qual o impacto orçamentário de se implementar as disposições da proposição?”

O cálculo das estimativas de impacto orçamentário levou em consideração os gastos da Administração Direta com Auxílio Transporte na folha de pagamento de fevereiro/2016, a qual concedeu, em média aritmética simples, já deduzida a incidência de 6% sobre o padrão básico do cargo ou função, o valor de **R\$ 191,10 por servidor**.

Tendo em vista que no Sistema Informatizado de Recursos Humanos - **SIGPEC** não há como identificar aqueles que possuem e se utilizam de transporte próprio para os deslocamentos residência-trabalho e vice-versa, bem como trabalho-trabalho, nas hipóteses de acumulação lícita de cargos ou funções públicas, o cálculo da estimativa de impacto considerou o montante de servidores que não percebem Auxílio Transporte, excluindo-se os profissionais com mais de 60 anos de idade.

Foi alcançado o total de 40.217 profissionais, que multiplicado pela média aritmética simples dos valores concedidos com Auxílio Transporte por servidor chegou-se ao valor estimado de **impacto orçamentário de**

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

R\$ 7.685.468,70 mensais a mais na folha de pagamento.

2) Qual a opinião do Executivo sobre a matéria?

A proposta produzirá aumento de despesa de pessoal, de modo que não poderá prosperar por encontrar óbice no § 1º do artigo 169 da Constituição Federal, no artigo 15 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000) e no inciso III do § 2º artigo 37 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, tendo em vista que:

— a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, bem como autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias;

— será considerada não autorizada, irregular e lesiva ao patrimônio público a assunção de obrigação que não atenda às exigências constantes de seus artigos 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000;

— as leis que disponham sobre servidores públicos são de iniciativa privativa do Prefeito.

Quanto ao mérito, destaco que o Auxílio Transporte instituído pela Lei nº 13.194, de 2001, consiste em complemento de receita para custear despesas do servidor com a utilização de transporte público coletivo, de tal sorte que, a despeito dos meritórios propósitos que nortearam o autor, manifesto-me desfavoravelmente em relação à alteração legislativa pretendida.”

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Elaboração: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 264/2015**

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Antonio Donato, visa alterar a redação do § 3º do art. 2º e do inciso III do art. 7º da Lei nº 13.194, de 24 de outubro de 2001, que institui o Auxílio-Transporte em pecúnia para os servidores públicos municipais que especifica.

A alteração proposta permitirá que o Auxílio-Transporte em pecúnia seja concedido aos servidores que se deslocam utilizando transporte próprio.

Conforme a justificativa, o presente projeto de lei “tem por objetivo propiciar em especial aos profissionais da área da educação e da saúde, a quem a Constituição permite a acumulação de cargos públicos, receberem tratamento isonômico fazendo jus à percepção do auxílio-transporte, aqueles profissionais que necessitam se locomoverem de um equipamento público para outro e o fazem por intermédio de transporte próprio e que dedicam mais horas ao serviço público, porém, não faziam jus, até então, à percepção do auxílio-transporte, por terem que se valer do transporte próprio para poderem se locomover em tempo hábil de um local de trabalho público para outro, sendo certo, que no mais das vezes este é o único meio de transporte possível para irem de um trabalho público para outro e que pelo fato de utilizarem transporte próprio não perceberiam o auxílio-transporte”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à proposição, visto que as despesas de sua execução

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Favorável, portanto, é o parecer.
Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

29) PDL 68/2015 Ver. RODOLFO DESPACHANTE (PHS)		Votação		
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE TÍTULO DE CIDADÃO PAULISTANO AO SENHOR SIMON MALLAK E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS		Favor	Contra	Abst.
Relator: Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)				
Parecer: FAVORAVEL				
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-
		Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-
		Ver. OTA (PSB)	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: concede o Título de Cidadão Paulistano ao Senhor Simon Mallak. A honraria será conferida em Sessão Solene, a ser convocada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de São Paulo.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fl. 17)

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: parecer favorável (fl. 18)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 68/2015

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Rodolfo Despachante, visa conceder o Título de Cidadão Paulistano ao Senhor Simon Mallak.

A honraria será conferida em Sessão Solene, a ser convocada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de São Paulo.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

30) PR 24/2004	Ver. CALVO (PDT)	Votação			
CRIA O ENCONTRO HUMBERTO FANGANIELLO EM HOMENAGEM AOS VEREADORES E EX-VEREADORES SEPTAGENÁROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-	-
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PSB)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: cria o Encontro Humberto Fanganiello, em homenagem aos Vereadores e Ex-Vereadores septuagenários da Cidade de São Paulo, a ser realizado, anualmente, em sessão solene.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 13/14), com apresentação de substitutivo a fim de “adequar o projeto à melhor técnica legislativa” (fls. 13).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: parecer favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 15).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 24/2004

O presente projeto de resolução, de autoria dos nobres Vereadores Arselino Tatto e Rubens Calvo, visa criar o Encontro Humberto Fanganiello, em homenagem aos Vereadores e Ex-Vereadores septuagenários da Cidade de São Paulo, a ser realizado, anualmente, em sessão solene.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo a fim de “adequar o projeto à melhor técnica legislativa”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do mencionado substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

31) PR 16/2015	Ver. REIS (PT)	Votação			
INSTITUI O PRÊMIO HEITOR VILLA LOBOS DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. JAIR TATTO (PT) Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-	-
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PSB)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: institui o Prêmio Heitor Villa-Lobos da Educação Municipal, que será entregue anualmente no mês de novembro em sessão solene a ser realizada no Plenário da Câmara Municipal de São Paulo especialmente convocada para este fim.

De acordo com a propositura, o Prêmio será destinado às unidades escolares municipais (CEIs, EMEIs, CIEJAs, EMEFs) e aos respectivos professores que apresentem projetos inovadores e promissores na área da Educação Musical. Ao premiado será entregue diploma como sinal de reconhecimento do Legislativo Paulistano ao trabalho realizado, além da ampla divulgação do/a homenageado/a pelos meios disponíveis.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: foram feitos quesitos à SGA.2 (Secretaria de Materiais, Contabilidade e Gestão de Contratos) para saber a criação de despesa do referido projeto encontra respaldo orçamentário. Em resposta à fl. 26: "As despesas estarão respaldadas pela dotação: 09.10.01.031.024.2100.33.90.31.00.00 – Premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras".

Parecer pela legalidade (fl. 27).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: parecer favorável (fl. 28).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas já previstas, conforme resposta de SGA.2 à fl. 26 do processo. Há necessidade de substitutivo, a fim de correção do nome do maestro e compositor (conforme grafia em <http://museuvillalobos.org.br/villalob/index.htm>).

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 16/2015

O presente projeto de resolução, de autoria do nobre Vereador Reis, visa instituir o Prêmio Heitor Villa-Lobos da Educação Municipal, que será entregue, anualmente, no mês de novembro, em sessão solene a ser realizada no Plenário da Câmara Municipal de São Paulo especialmente convocada para este fim.

De acordo com a propositura, o Prêmio será destinado às unidades escolares municipais (CEIs,

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

EMEIs, CIEJAs, EMEFs) e aos respectivos professores que apresentem projetos inovadores e promissores na área da Educação Musical. Ao premiado será entregue diploma como sinal de reconhecimento do Legislativo Paulistano ao trabalho realizado, além da ampla divulgação do/a homenageado/a pelos meios disponíveis.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer. Contudo, a fim de corrigir equívoco na grafia do nome do maestro e compositor, apresentamos o seguinte substitutivo:

SUBSTITUTIVO Nº

AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 16/2015

Institui o Prêmio Heitor **Villa-Lobos** da Educação Municipal, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o Prêmio Heitor **Villa-Lobos** da Educação Municipal, que será entregue, anualmente, no mês de novembro, em sessão solene a ser realizada no Plenário da Câmara Municipal de São Paulo especialmente convocada para este fim.

Parágrafo único. A entrega do referido Prêmio fará parte, como evento de caráter institucional, do Calendário Oficial de Eventos da Câmara Municipal de São Paulo.

Art. 2º O Prêmio Heitor **Villa-Lobos** será destinado às unidades escolares municipais (CEIs, EMEIs, CIEJAs, EMEFs) e aos respectivos professores que apresentem projetos inovadores e promissores na área da Educação Musical.

Art. 3º A concessão do Prêmio será deliberada por comissão composta por membros indicados pelas seguintes entidades:

I - SME - Secretaria Municipal de Educação;

II - SMC - Secretaria Municipal de Cultura;

III - Comissão Permanente de Educação, Cultura e Esportes da Câmara Municipal de São Paulo;

IV - Fórum Municipal de Educação;

V - OMB - Ordem dos Músicos do Brasil (Regional São Paulo);

VI - ABEM - Associação Brasileira de Educação Musical (Regional São Paulo);

VII - SINPEEM - Sindicato dos Profissionais da Educação do Ensino Municipal de São Paulo.

Art. 4º Ao premiado será entregue diploma como sinal de reconhecimento do Legislativo Paulistano ao trabalho realizado, além da ampla divulgação do/a homenageado/a pelos meios disponíveis.

Art. 5º A Mesa expedirá as normas necessárias à regulamentação da presente Resolução.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

32) PLO 5/2013	Ver. NATALINI (PV)	Votação			
ALTERA A REDAÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 178 E ACRESCENTA O INCISO XII AO ARTIGO 41, AMBOS DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. ABOU ANNI (PV) Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-	-
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PSB)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de Vistas Vencido na Comissão.

ASSUNTO: aumenta de 5 (cinco) para 30 (trinta) dias úteis a antecedência com a qual devem ser enviadas pelo Executivo à Câmara Municipal as planilhas e outros elementos que sirvam de base para a fixação do valor da tarifa de transporte público. Além disso, obriga a Câmara Municipal a convocar 2 (duas) audiências públicas para a análise desses critérios.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela constitucionalidade (fls. 13/15), com apresentação de substitutivo que “visa adaptar a propositura às regras de técnica legislativa previstas na Lei Complementar nº 95/98, que trata da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, visto que o artigo 41 da Lei Orgânica do Município de São Paulo trata especificamente sobre a necessidade de 2 (duas) audiências públicas na tramitação de projetos, hipótese que não se enquadra na presente proposta que visa a necessidade duas audiências públicas na análise de planilhas e elementos do Executivo para a fixação da tarifa do sistema de transporte coletivo de passageiros” (fls. 14).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: realizou duas audiências públicas (fls. 16 a 18 e 19 a 22, com citações a fls. 18 e 22). Exarou parecer favorável ao substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 23 e 24).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O presente projeto, se aprovado, implicará gastos, em tese, já orçados.

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 5/2013

De autoria do nobre Vereador Gilberto Natalini, o presente projeto de emenda à Lei Orgânica do Município de São Paulo objetiva ampliar de 5 (cinco) para 30 (trinta) dias úteis a antecedência com a qual devem ser enviadas pelo Executivo à Câmara Municipal as planilhas e outros elementos que sirvam de base para a fixação do valor da tarifa de transporte público. Além disso, obriga esta Casa a convocar 2 (duas) audiências públicas para a análise desses critérios.

Em seu parecer, a douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo que “visa adaptar a propositura às regras de técnica legislativa previstas na Lei Complementar nº 95/98, que trata da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, visto que o artigo 41 da Lei

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Orgânica do Município de São Paulo trata especificamente sobre a necessidade de 2 (duas) audiências públicas na tramitação de projetos, hipótese que não se enquadra na presente proposta que visa a necessidade duas audiências públicas na análise de planilhas e elementos do Executivo para a fixação da tarifa do sistema de transporte coletivo de passageiros”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do mencionado substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Contudo, tendo em vista equívoco de numeração de artigo na ementa e no art. 1º do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, apresentamos o seguinte substitutivo:

SUBSTITUTIVO Nº AO PROJETO DE EMENDA Á LEI ORGÂNICA Nº 5/2013

Altera a redação do parágrafo único do artigo 178 da Lei Orgânica do Município de São Paulo.

A Câmara Municipal de São Paulo **D E C R E T A**:

Art.1º O parágrafo único do artigo 178 da Lei Orgânica do Município de São Paulo passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 178 ...

Parágrafo único. Até 30 (trinta) dias úteis antes da entrada em vigor da tarifa, o Executivo enviará as planilhas e outros elementos que lhe servirão de base à Câmara Municipal, que, mediante prévia e ampla publicidade, convocará pelo menos 2 (duas) audiências públicas para analisar os critérios para a sua fixação.” **(NR)**

Art. 2º Esta Emenda à Lei Orgânica do Município de São Paulo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Projetos de Deliberação das Comissões

33) PL 303/2000	Ver. CALVO (PDT)	Votação			
ESTABELECE A FORMA DE COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DE LI XO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)
	Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)
	Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)
Relator: Ver. OTA (PSB)	Ver. EDIR SALES (PSD)
Parecer: FAVORAVEL	Ver. JAIR TATTO (PT)
	Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)
	Ver. OTA (PSB)
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

Adiado por 1 (uma) sessão em 17/02/2016 a pedido do Ver. Aurélio Nomura.

Adiado por 2 (duas) sessões em 24/02/2016 a pedido do Ver. J. Police Neto.

Adiado por 2 (duas) sessões em 09/03/16 a pedido do Ver. Abou Anni.

Adiado por 2 (duas) sessões em 23/03/16 a pedido do Ver^a. Edir Sales.

Adiado por 4 (quatro) sessões em 06/04/16 a pedido do Ver. Jair Tatto.

ASSUNTO: estabelece a forma de coleta e destinação final de lixo no âmbito do Município de São Paulo. De acordo com o artigo 1º, fica assegurada a coleta e destinação final, de forma seletiva, do lixo industrial, comercial e residencial recolhidos no âmbito do Município, em conformidade com o disposto na Lei nº10.954/91.

Segundo a justificativa, os benefícios da coleta seletiva para a comunidade e o meio ambiente são indiscutíveis. Além da visível contribuição, no que se refere à diminuição no volume de lixo a ser disposto nos lixões ou queimados em incineradores passíveis de emissão de poluentes no meio, é prática economicamente benéfica, vez que reaproveita energia e matérias-primas, anteriormente, processadas.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 9-10).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: foram realizadas duas audiências públicas (fls. 12-47) com menção ao projeto às fls. 18 e 28 (não houve oradores inscritos).

A Comissão exarou parecer contrário, argumentando que “considera que realizar a coleta seletiva em conformidade com as diretrizes da Lei nº 10.954/91 significa um retrocesso, vez que estas são bastante mais restritas do que a seleção prevista na Resolução CONAMA nº275/01 e na legislação municipal vigente. Ademais, reconhece que, ao se restringir à coleta e destinação final de algumas categorias de resíduos, a proposta exclui seu transporte e tratamento (que também integram os serviços divisíveis do Sistema de Limpeza Urbana do Município – Lei nº13.478/02), além de excluir categorias que podem conter material passível de reciclagem” (fl.48)

Comissão de Administração Pública: favorável (fl. 149).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: favorável (fl. 150).

Comissão de Finanças e Orçamento: foram realizados quesitos ao Executivo (fl. 151) com resposta às folhas 153-165:

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

- “Atualmente, a coleta seletiva está presente em 84 dos 96 distritos da cidade, sendo realizada pelas concessionárias porta a porta, por Cooperativas Conveniadas (ocorrendo com Frequências Alternadas Semanais) e nos Pontos de Entrega Voluntárias (P.E.Vs. – Contêineres e Cycleas), totalizando em média 6.000 Toneladas Mês” (fl. 155 – AMLURB).
- “Considerando o contexto em que foi elaborado o PL em questão, o qual ainda não vigia a Lei que instituiu e organizou o Sistema Municipal de Limpeza Urbana, Lei Municipal nº 13.478/2002, que foi sancionada dois (02) anos depois, esta promove abordagem mais ampla e abarca a complexidade de que necessita a matéria, pois regula todo o Sistema de Coleta, Transporte, e Destinação Final dos Resíduos Sólidos, tanto dos serviços divisíveis quanto indivisíveis” (fl. 157 – AMLURB).
- “Conclui-se pelos fatos apresentados e considerados que o PL nº 303/2000, quando da sua propositura tinha como objetivo disciplinar matéria relevante e que há época ainda carecia de maiores subsídios, no atual contexto isto fora superado em todos os aspectos apresentados e abordados no PL, assim demonstra-se que a legislação vigente é mais eficaz naquilo que a proposta objetivava disciplinar não sendo esta viável, pertinente ou adequada” (fl. 159 – AMLURB).
- “Neste contexto e conforme expediente em anexo, opinamos pelo veto total do Projeto de Lei nº 303/2000 em análise, por inadequação e impertinência” (fl. 161 – AMLURB).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Em avaliação preliminar, conforme exposto pelo Executivo, o projeto em tela “quando da sua propositura tinha como objetivo disciplinar matéria relevante e que há época ainda carecia de maiores subsídios, no atual contexto isto fora superado em todos os aspectos apresentados e abordados no PL, assim demonstra-se que a legislação vigente é mais eficaz naquilo que a proposta objetivava disciplinar não sendo esta viável, pertinente ou adequada” (fl. 159 – AMLURB) - não devendo gerar gastos adicionais ao Erário.

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 303/2000

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Rubens Calvo, visa estabelecer a forma de coleta e destinação final de lixo no âmbito do Município de São Paulo. De acordo com o artigo 1º, fica assegurada a coleta e destinação final, de forma seletiva do lixo industrial, comercial e residencial recolhidos no âmbito do Município.

Segundo a justificativa, os benefícios da coleta seletiva para a comunidade e o meio ambiente são indiscutíveis. Além da visível contribuição, no que se refere à diminuição no volume de lixo a ser disposto nos lixões ou queimados em incineradores passíveis de emissão de poluentes no meio, é prática economicamente benéfica, vez que reaproveita energia e matérias-primas, anteriormente, processadas.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

34) PL 328/2002	Ver. ELISEU GABRIEL (PSB)	Votação			
"ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 30 DA LEI 10.309 DE 22 DE ABRIL DE 1987." (EXCLUI AS ESCOLAS DA PROIBIÇÃO DA PERMANÊNCIA DE ANIMAIS EM RECINTOS DE USO COLETIVO.)			Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)		.	.	.
	Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)		.	.	.
	Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)		.	.	.
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)		.	.	.
	Ver. EDIR SALES (PSD)		.	.	.
	Ver. JAIR TATTO (PT)		.	.	.
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	.	.	.
Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO		Ver. OTA (PSB)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: Altera o caput do Art. 30 da Lei 10.309 de 22 de abril de 1987, que dispõe sobre controle de populações animais, bem como sobre prevenção de zoonoses no Município de São Paulo, que passará a ter a seguinte redação:

"Art. 30 - É proibida a permanência de animais nos recintos e locais públicos ou privados, de uso coletivo, tais como: cinemas, teatros, clubes esportivos e recreativos, estabelecimentos comerciais, industriais e de saúde, piscinas, feiras".

Segundo justificativa do autor, "o presente projeto de lei visa excluir das proibições mencionadas no caput do Art. 30 da Lei 10.309 de 22 de abril de 1987, as "escolas".

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade, com apresentação de substitutivo "a fim de adaptar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa" (fls. 10/11).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: solicitou informações ao Executivo (fls.12-13), com resposta às folhas 16 – 21.

"(...) temos a esclarecer que somos contrários ao PL proposto (...), pois o mesmo não propõe mudança alguma na essência do dispositivo em questão, já que a simples supressão da palavra **escolas** do caput do artigo não interferirá na ação deste Centro de Controle de Zoonoses, uma vez que entendemos que as **escolas também são locais público ou privados de uso coletivo**". (Centro de Controle de Zoonoses – fls. 17)

"(...) somos inteiramente contrários à aprovação do PL em tela". (SME – Diretoria de Orientação Técnica – fls. 19)

A Comissão exarou parecer contrário (fls. 23).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: realizou duas Audiência Públicas (em 18/11/15 – fls. 55 e 30/09/2015 – fls. 58), não havendo oradores inscritos em ambas ocasiões.

A Comissão exarou parecer favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 59).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Em avaliação preliminar, o projeto não geraria despesas obrigatórias, uma vez que as ações fiscalizatórias já são realizadas, e, a rigor, continuariam as mesmas, já que o PL *“não propõe mudança alguma na essência do dispositivo em questão, já que a simples supressão da palavra **escolas** do caput do artigo não interferirá na ação deste Centro de Controle de Zoonoses, uma vez que entendemos que as **escolas também são locais públicos ou privados de uso coletivo**”*. (Centro de Controle de Zoonoses – fl. 17)

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Emerson Rildo de Carvalho - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº328/2002

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Eliseu Gabriel, visa alterar o caput do Art. 30 da Lei 10.309 de 22 de abril de 1987, que dispõe sobre controle de populações animais, bem como sobre prevenção de zoonoses no Município de São Paulo, passando a ter a seguinte redação:

"Art. 30 - É proibida a permanência de animais nos recintos e locais públicos ou privados, de uso coletivo, tais como: cinemas, teatros, clubes esportivos e recreativos, estabelecimentos comerciais, industriais e de saúde, piscinas, feiras".

Segundo justificativa do autor, "o presente projeto de lei visa excluir das proibições mencionadas no caput do Art. 30 da Lei 10.309 de 22 de abril de 1987, as "escolas".

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade, com apresentação de substitutivo "a fim de adaptar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa".

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa é o parecer. Contudo, a pedido do autor, sugerimos o seguinte substitutivo, no intuito de aprimorar a legislação vigente, no sentido de torná-la mais permissiva em relação à circulação e permanência de animais em espaços públicos ou privados de uso coletivo, sem prejuízo das regulações vigentes:

SUBSTITUTIVO Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 328/2002

Altera a redação do Artigo 30 da Lei 10.309 de 22 de abril de 1987 e inclui Parágrafo único no referido artigo.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º - O caput do Art. 30 da Lei 10.309 de 22 de abril de 1987, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 30. É permitida a circulação e permanência de animais nos recintos e locais públicos ou

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

privados, de uso coletivo, tais como: parques, clubes esportivos e recreativos, estabelecimentos comerciais, shoppings, escolas, etc., desde que, sejam atendidas as exigências da legislação vigente”.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

35) PL 712/2003 Ver. CALVO (PDT)		Votação			
"ESTABELECE NORMAS PARA A CRIAÇÃO DE CÃES FEROCES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS." Relator: Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB) Parecer: CONTRARIO			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-	-
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PSB)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: Estabelece normas para a criação de cães ferozes, determinando que o Centro de Controle de Zoonoses deverá fiscalizar as condições de segurança mantidas pelos proprietários de cães ferozes, e caso constatada a agressividade do animal e a falta de condições de segurança, o animal deverá ser recolhido e será aplicada uma multa referente a dez salários mínimos ao seu dono.

Determina ainda que, caso o animal esteja transitando solto em locais públicos o mesmo deverá ser recolhido e seu dono pagará a multa referente a quinze salários mínimos e que se o animal atacar alguém, morder ou arranhar por debilidade da segurança do local ou em locais públicos, o mesmo deverá ser recolhido e o seu dono pagará multa referente a vinte salários mínimos.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fl.07).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: realizou 02 audiências públicas (fls. 08 a 75), tendo o projeto sido citado às fls. 10-11 e 40-41.

Na primeira, houve manifestação da assessoria do ver., na segunda manifestaram-se:

- o Sr. Eduardo Gustavo Spot, da Abracino: "... Com relação ao artigo 10 se é possível acrescentar "para dar poderes ao Centro de Controle de Zoonoses credenciar entidades cinológicas para auxiliar nessa fiscalização". Podemos também definir o que seria um cão agressivo, definir os parâmetros de cães ferozes ou agressivos. E também a obrigatoriedade dos proprietários e de seus cães ter curso de condução e manejo na área específica de cães com potencial agressivo"; e

- Sra. Solange, do Centro de Controle de Zoonoses, que argumentou que "(...)desde 2004 o Serviço de Vistoria Sanitária está descentralizado no Município de São Paulo e são realizados pelas 29 Supervisões de Saúde, pela Portaria 2611/2004. (...) constatar ferocidade e agressividade do animal não é possível definir durante o ato da fiscalização. É necessário laudo de especialista em comportamento

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

animal que deverá realizar vários testes com o cão. É do conhecimento que inúmeros fatores estimulam a agressão e agressivo do animal, como genético, hereditário, hormônios, meio ambiente, socialização, educação, castigos excessivos, isolamento, maus tratos, estresse e dominância, entre outros. Em relação aos outros artigos, também a Lei Municipal 13.131 fala em relação à debilidade da segurança, recolhimento desses animais, da responsabilidade dos proprietários. E também em relação às multas. Então, concluímos novamente que a “legislação existente é suficiente, porém é necessário priorizar educação, intensificar a fiscalização e levar o tema posse responsável de animais para a mídia.” (fl.41).

Essa Comissão também enviou quesitos ao Executivo (fl.77), com resposta às fls. 80/89:

- Coordenadora da Vigilância em Saúde: “...tendo em vista a existência de leis municipais específicas — Lei nº 13.131/2001 e 10.308/1987 — que já disciplinam a matéria nele contemplada. Acrescentamos que além das referidas leis, a Lei Estadual nº 11.531/2003, regulamentada pelo Decreto nº 48.533/2004, também disciplina a condução em vias públicas, logradouros ou locais de acesso público, de cães das raças pitbull, rottweiler e mastim naplitano. Por estas razões é que, (...) opinamos pelo veto total ao projeto de lei em comento. (fl. 84).

- Chefe de Gabinete — SMS.G: “...as considerações técnicas pertinentes, que salientam a inviabilidade de aprovação do PL.” (fl.89).

Essa Comissão exarou **parecer contrário**, “Concordando com as observações do Executivo de que a Lei Municipal 13.131/01 já trata de debilidade da segurança de animais, da responsabilidade de seus proprietários, de seu recolhimento, e que disciplina multas, sendo suficiente para atender o pretendido pelos demais artigos do Projeto” (fls. 90 e 91).

Comissão de Administração Pública: **parecer contrário** (fls. 92 e 93), salientando que “todos os argumentos utilizados apontam para a dificuldade em se definir “cão feroz” ou a agressividade do animal em mera ação de inspeção. Argumenta-se, também, que a legislação vigente, mais especificamente as leis 13.131/01, em seus artigos 17 e 26, e o Código Sanitário do Município, lei 13.725/04, art. 118, já é suficiente para que o Centro de Controle de Zoonoses e as Supervisões em Saúde apliquem as sanções cabíveis, como multa e apreensão dos animais, nos casos de omissão de cautela por parte dos proprietários.”

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Projeto originalmente distribuído ao Ver. Milton Leite, em 18/03/15.

O presente projeto, caso aprovado, implicará gastos com fiscalização difíceis de serem mensurados, justificados pelo Executivo a fls. 81: “Não é possível definir cão feroz ou a agressividade do animal durante o ato da fiscalização. Há necessidade de laudo de um especialista em comportamento animal, que deverá realizar vários testes com o cão”.

O projeto, portanto, geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
O PROJETO DE LEI Nº 712/2003

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Rubens Calvo, visa estabelecer normas para a criação de cães ferozes, determinando que o Centro de Controle de Zoonoses deverá fiscalizar as condições de segurança mantidas pelos proprietários de cães ferozes, e caso constatada a agressividade do animal e a falta de condições de segurança, o animal deverá ser recolhido e será aplicada uma multa referente a dez salários mínimos ao seu dono.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Determina ainda a propositura que, caso esteja transitando solto em locais públicos, deverá o animal ser recolhido e seu dono pagará a multa referente a quinze salários mínimos e que se, o animal atacar alguém, morder ou arranhar por debilidade da segurança do local ou em locais públicos, deverá ser recolhido e o seu dono pagará multa referente a vinte salários mínimos.

A douta Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente exarou parecer contrário, "Concordando com as observações do Executivo de que a Lei Municipal 13.131/01 já trata de debilidade da segurança de animais, da responsabilidade de seus proprietários, de seu recolhimento, e que disciplina multas, sendo suficiente para atender o pretendido pelos demais artigos do Projeto".

Por sua vez, a colenda Comissão de Administração Pública também emitiu parecer contrário, salientando que "todos os argumentos utilizados apontam para a dificuldade em se definir "cão feroz" ou a agressividade do animal em mera ação de inspeção. Argumenta-se, também, que a legislação vigente, mais especificamente as leis 13.131/01, em seus artigos 17 e 26, e o Código Sanitário do Município, lei 13.725/04, art. 118, já é suficiente para que o Centro de Controle de Zoonoses e as Supervisões em Saúde apliquem as sanções cabíveis, como multa e apreensão dos animais, nos casos de omissão de cautela por parte dos proprietários".

Em relação ao âmbito desta Comissão, em que pesem as elevadas intenções do nobre autor, julgamos que a aprovação da propositura implicará gastos com fiscalização difíceis de serem mensurados, já que, conforme informa o Executivo em resposta a quesitos da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, "Não é possível definir cão feroz ou a agressividade do animal durante o ato da fiscalização. Há necessidade de laudo de um especialista em comportamento animal, que deverá realizar vários testes com o cão". O projeto, portanto, geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que apresentem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, "e", do Regimento Interno, em especial no que tange a proposições "que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal".

Destarte, contrário é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

36) PL 312/2011	Ver. SALOMÃO PEREIRA (PSDB); Ver. RODOLFO DESPACHANTE (PHS)	Votação			
			Favor	Contra	Abst.
DISPÕE SOBRE PADRONIZAÇÃO NUMÉRICA DOS IMÓVEIS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS, EM RUAS, AVENIDAS, PRÉDIOS E VIELAS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Relator: Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-	-
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PSB)	-	-	-
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COM. POLÍTICA URBANA		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: Dispõe sobre padronização numérica dos imóveis residenciais, comerciais, em ruas, avenidas, prédios e vielas no município de São Paulo.

Residências e casas comerciais deverão ter os números de identificação com tamanho de 15 centímetros de altura e ser fixados em local visível.

Nos prédios os números de identificação deverão ter o tamanho mínimo de 20 centímetros de altura e estar fixados em locais visíveis à distância.

Os números padronizados devem ser de Placas, latão, cobre, pintura cheia, acrílico, alumínio etc., e ser pintados com tinta refletiva, para visualização à distância à noite. Não pode ser utilizado material corrosível.

O Art. 3º estabelece prazo de dois anos para os proprietários dos imóveis do município de São Paulo adequarem-se às exigências desta propositura. Vencido o prazo, será aplicada multa de 10% do valor do IPTU.

Conforme o Art. 4º, a Prefeitura, ao enviar o carnê de IPTU, deverá informar sobre a lei de padronização e as exigências do tamanho dos números, e o valor de multa.

As empresas que fabricam estas placas, números etc. fora do padrão ficarão sujeitas à multa de R\$ 3.000,00, aplicada em dobro na reincidência.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade, com substitutivo “tendo em vista que a matéria já se encontra disciplinada pelo art. 14 da Lei nº 14.454/07 que consolidou a legislação municipal sobre denominação de vias, logradouros e próprios municipais, bem como sobre emplantamento de imóveis e que segundo o art. 7º, inciso IV, da Lei Complementar nº 95/98, o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar a lei considerada básica; Tendo em vista ainda que é vedada a estipulação de multa em valor percentual do IPTU, segundo entendimento do STF no RE n. 94.001-4, Min. Moreira Alves.” (fls. 29-32)

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: Favorável, com substitutivo ao substitutivo da CCJLP, com o intuito de aprimorar sua redação, procedendo a adequações relativas aos aspectos técnicos indicados. (fls. 33-35)

Comissão de Administração Pública: Favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente (fls. 39-40)

Comissão de Finanças e Orçamento: Quesitos ao Executivo, fl. 42. Resposta do Executivo: (fls. 44-53)

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Secretaria de Coordenação das Subprefeituras: "... as mudanças propostas ... se chocam com a existência de legislação que já trata do mesmo assunto, pois as regras e requisitos necessários ao tratamento da matéria encontram-se já estipulados pelo artigo 14 da Lei nº 14.454/2007, e pelos artigos 31 a 40 do Decreto nº 49.346/2008, que regulamenta a referida Lei. A imposição de novas características para a identificação do imóvel configura ônus desnecessário e dispendioso para os munícipes vez que já facultada pela norma em vigor, no nosso entendimento, atende a finalidade de identificar adequadamente a edificação.

... não obstante seu elevado propósito, o referido Projeto de Lei n.º 312/2011, ante as impropriedades de que se reveste, incide em ilegalidade e contrariedade ao interesse público...."

"proposta de **veto** para o seu prosseguimento..." (fls. 49-50)

"As normas de padronização contidas no projeto envolvem questões a serem tratadas via decreto, dada a sua natureza eminentemente regulamentar.

As penalidades propostas inicialmente pelos vereadores e retirada no substitutivo descaberia se o projeto fosse acolhido para alteração do Decreto vigente 49.346/08, visto que não foi prevista na Lei 14.454/07." (fl. 52)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Conforme o Decreto nº 49.346, de 27 de março de 2008, que regulamenta a Lei nº 14.454, de 27 de junho de 2007, que consolida a legislação municipal sobre a denominação e a alteração da denominação de vias, logradouros e próprios municipais,

"Art. 36 - A numeração do imóvel, edificado ou não, poderá ser atribuída quando:

*I - solicitada pelo interessado, por meio de processo administrativo, **pagos os correspondentes valores de taxas de expediente e emolumentos;***

.....

Art.37 - No caso de adoção de solução arquitetônica ou estética diferenciada ou de adoção de placa numérica padrão, deverão ser observadas as seguintes exigências:

.....

*II - a grafia dos algarismos utilizados deverá proporcionar fácil compreensão e será feita em algarismos arábicos com **altura mínima de 10 cm (dez centímetros);***

.....

*Artigo 39 - Os proprietários poderão requerer à Subprefeitura competente o fornecimento de placa numérica, **pagando o correspondente preço público**, no prazo referido no artigo 38 deste decreto, por ocasião do protocolamento do alvará de licença para edificar ou do pedido de regularização ou, ainda, do processo administrativo a que se referem o inciso I do "caput" e o § 2º de seu artigo 36.*

Parágrafo único. As placas de numeração, quando fornecidas pela Subprefeitura competente, serão as placas-padrão."

O projeto poderia gerar despesas para confecção das placas seguindo novo padrão de altura, mas que seriam arcadas pelo solicitante.

Elaboração: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

Revisão: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
O PROJETO DE LEI Nº 312/2011

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Salomão Pereira da Silva e Rodolfo Despachante, visa dispor sobre padronização numérica dos imóveis residenciais, comerciais, em ruas, avenidas, prédios e vielas no município de São Paulo.

Residências e casas comerciais deverão ter os números de identificação com tamanho de 15 centímetros de altura e ser fixados em local visível.

Nos prédios, os números de identificação deverão ter o tamanho mínimo de 20 centímetros de altura e estar fixados em locais visíveis à distância.

Os números padronizados devem ser de Placas, latão, cobre, pintura cheia, acrílico, alumínio etc., e pintados com tinta refletiva, para visualização à distância à noite. Não pode ser utilizado material corrosível.

O Art. 3º estabelece prazo de dois anos para os proprietários dos imóveis do Município de São Paulo adequarem-se às exigências desta propositura. Vencido o prazo, será aplicada multa de 10% do valor do IPTU.

Conforme o Art. 4º, a Prefeitura, ao enviar o carnê de IPTU, deverá informar sobre a lei de padronização e as exigências do tamanho dos números, e valor de multa.

As empresas que fabricam estas placas, números etc. fora do padrão ficarão sujeitas à multa de R\$ 3.000,00, aplicada em dobro na reincidência.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade com apresentação de substitutivo “tendo em vista que a matéria já se encontra disciplinada pelo art. 14 da Lei nº 14.454/07 que consolidou a legislação municipal sobre denominação de vias, logradouros e próprios municipais, bem como sobre emplantamento de imóveis e que segundo o art. 7º, inciso IV, da Lei Complementar nº 95/98, o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar a lei considerada básica; Tendo em vista ainda que é vedada a estipulação de multa em valor percentual do IPTU, segundo entendimento do STF no RE n. 94.001-4, Min. Moreira Alves.”

A Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente emitiu parecer favorável com apresentação de substitutivo ao substitutivo da CCJLP, com o intuito de aprimorar sua redação, procedendo a adequações relativas aos aspectos técnicos indicados.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

37) PL 141/2012	Ver. RICARDO TEIXEIRA (PROS)	Votação			
DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO "DIA DO PEDESTRE", E QUE ESTA DATA VENHA A FAZER PARTE DO CALENDÁRIO DE DATAS OFICIAIS DA CIDADE DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)
	Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)
	Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)
	Ver. EDIR SALES (PSD)
Relator: Ver. JAIR TATTO (PT)	Ver. JAIR TATTO (PT)
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA	Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)
	Ver. OTA (PSB)
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, que consolida a legislação municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados do Município de São Paulo e dá outras providências, para incluir o Dia do Pedestre, a ser comemorado anualmente no dia 08 de agosto.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade, com substitutivo para adaptar o projeto às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis (fls. 08-09).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 13)

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 14-15)

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 16)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, já orçadas.

Elaboração: Adriano Nunes Borges Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 141/2012

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Ricardo Teixeira, visa alterar a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, que consolida a legislação municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados do Município de São Paulo e dá outras providências, para incluir o Dia do Pedestre, a ser comemorado anualmente no dia 08 de agosto.

Em seu parecer, a douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo para adaptar o projeto às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, nos termos do substitutivo mencionado, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

38) PL 274/2012		Votação		
Ver. LAÉRCIO BENKO (PHS); Ver. JEAN MADEIRA (PRB); Ver. EDIR SALES (PSD)			Favor	Contra
DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS RESTAURANTES, BARES E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES EM DISPONIBILIZAR MEIA PORÇÃO OU REFEIÇÃO PARA AQUELES QUE, COMPROVADAMENTE, FORAM SUBMETIDOS À CIRURGIA BARIÁTRICA OU GASTROPLASTIA, BEM COMO COBRAR PARA OS MESMOS, VALOR IGUAL OU INFERIOR A 50% DO TOTAL, NOS SISTEMAS DE RODÍZIO OU AUTOSSERVIÇO ILIMITADO DE REFEIÇÕES (SELF-SERVICES), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-
		Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-
		Ver. OTA (PSB)	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-
Relator: Ver. JAIR TATTO (PT)				
Parecer: FAVORAVEL				

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

Vistas concedidas ao Ver. Milton Leite em 17/4/2013 e ao Ver. Laércio Benko em 21/5/2014.

Adiado por 1 (uma) sessão em 17/02/2016 a pedido do Ver. Paulo Fiorilo.

Adiado por 2 (duas) sessões em 24/02/16 a pedido do Ver. J. Police Neto.

Adiado por 3 (três) sessões em 09/03/16 a pedido do Ver. Jonas Camisa Nova.

Adiado por 3 (três) sessões em 30/03/16 a pedido do Ver. Aurélio Nomura.

Adiado por 3 (três) sessões em 27/04/2016 a pedido do Ver. Adolfo Quintas.

ASSUNTO: dispõe sobre a obrigatoriedade dos restaurantes, bares e estabelecimentos congêneres em disponibilizar meia porção para aqueles que, comprovadamente, foram submetidos à Cirurgia Bariátrica ou Gastroplastia, bem como cobrar para os mesmos, valor igual ou inferior a 50% (cinquenta por cento) do total, nos sistemas de rodízio ou autosserviço ilimitado de refeições (self-services).

De acordo com a propositura, estão excluídas da referida obrigatoriedade as refeições que não ultrapassem o peso de 250g, as bebidas e coquetéis e os casos em que a cobrança é realizada pelo peso da refeição. Os estabelecimentos que ofereçam aos clientes refeições e porções à vontade, por preço fixo pré-estabelecido, em sistema de rodízio ou de autosserviço, devem cobrar pelas mesmas valor igual ou inferior a 50% (cinquenta por cento) do total. O interessado em receber os benefícios elencados na proposta deverá comprovar sua condição de gastroplastizado apresentando laudo emitido por médico regularmente inscrito no Conselho Regional de Medicina. O não cumprimento do disposto no projeto por parte dos estabelecimentos elencados, implicará em multa, dobrada ou triplicada no caso de reincidência.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 28/31)

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: parecer

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

favorável (fls. 33/34)

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho, Idoso e Mulher: parecer favorável (fl. 38)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto pode gerar impacto orçamentário devido a, principalmente, acréscimos de custos de fiscalização, sem haver demonstração nos autos de seu valor e da existência de previsão orçamentária. Ressalte-se que a exigência estabelecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal referente a demonstrativos que mostrem tais dados situa-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, razão de ser dessa norma, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, e, do Regimento Interno.

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economista

Revisão: Sidney Richard Sylvestre - Consultor Técnico Legislativo – Economista / Gilberto

Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E**
ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 274/2012

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Edir Sales, Laércio Benko e Jean Madeira, visa dispor sobre a obrigatoriedade dos restaurantes, bares e estabelecimentos congêneres disponibilizar meia porção para aqueles que, comprovadamente, foram submetidos à Cirurgia Bariátrica ou Gastroplastia, bem como cobrar para os mesmos, valor igual ou inferior a 50% (cinquenta por cento) do total, nos sistemas de rodízio ou autosserviço ilimitado de refeições (self-services).

De acordo com a propositura, estão excluídas da referida obrigatoriedade as refeições que não ultrapassem o peso de 250 gramas, as bebidas e coquetéis e os casos em que a cobrança é realizada pelo peso da refeição.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

39) PL 446/2013 Ver. NATALINI (PV)		Votação			
DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE MICRO EMPREENDEDORES QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB) Parecer: CONTRARIO Há voto em separado de autoria do Ver. Abou Anni: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-	-
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PSB)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de Vistas Vencido na Comissão.
Adiado por 2 (duas) reuniões em 27/04/2016 a pedido do Ver. Ota.

ASSUNTO: autoriza, no âmbito do Município de São Paulo, o exercício da atividade de microempreendedores especificados na Classificação Nacional de Atividades Econômicas, CNAE, com um dos seguintes códigos (descritos abaixo de acordo com as Tabelas de Códigos e Denominações - CNAE completa, acessível no link no rodapé¹):

- 4729-6/99, que compreende o comércio varejista em lojas especializadas produtos alimentícios em geral não especificados anteriormente, tais como produtos naturais e dietéticos; comidas congeladas, mel, etc.; café moído; sorvetes, embalados, em potes e similares; e também os estabelecimentos comerciais com venda predominante de produtos alimentícios industrializados (lojas de conveniência) além de outros produtos não alimentícios; os estabelecimentos comerciais com venda de produtos alimentícios variados (lojas de delicatessen);
- 5612-1/00, que compreende tanto o serviço de alimentação de comida preparada, para o público em geral, em locais abertos, permanentes ou não, tais como trailers, carrocinhas e outros tipos de ambulantes de alimentação preparada para consumo imediato; como também a venda de alimentos preparados em máquinas de serviços automáticas.

A propositura estabelece ainda que:

- para habilitar-se à prática da atividade o microempreendedor deverá apresentar, sem prejuízo de outras exigências legais, curso de qualificação e de manuseio de alimento, feito através de instituição reconhecida como Sebrae, Prefeitura ou Sindicato de Classe; equipamentos padronizados e homologados pelo Sindicato de Classe e pelo Corpo de Bombeiros;
- os microempreendedores serão matriculados, mediante apresentação de documentação de comprovação da atividade de microempreendedor individual, na subprefeitura em cuja área atuarão exclusivamente.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade, com substitutivo que procura adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa, bem como para sanar eventual vício de iniciativa (fls. 39-42).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: favorável ao substitutivo da Comissão Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 43-44).

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Comissão de Finanças e Orçamento: solicitou informações ao Executivo (fls. 46), resposta às fls. 48 a 53:

Manifestação da Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras (SMSP): “a venda de produto alimentício nas vias e logradouros públicos já se encontra regulamentada tanto pela Lei nº 11.039/92 [que disciplina o exercício do comércio ou prestação de serviços ambulantes nas vias e logradouros públicos do Município de São Paulo] quanto pela Lei nº 15.947/13 [que dispõe sobre as regras para comercialização de alimentos em vias e áreas públicas - comida de rua - e dá outras providências].” (fls. 49)

“a lei n. 11.039/92, regulamentada pelo Decreto n. 42.600/02, trata do exercício de atividade ambulante, que pode ou não comercializar produtos alimentícios, remetendo ao Sr. Subprefeito a decisão, após oitiva da Comissão Permanente de Ambulantes, sobre os tipos de alimentos que poderão ser vendidos, sempre respeitando as normas de controle sanitário e de saúde pública.” (fls. 50)

“No tocante ao texto original da propositura, cumpre ressaltar que o exercício das atividades descritas em seu artigo 1º não são proibidas no Município de São Paulo, sendo que a propositura em momento algum se refere ao exercício de tais atividades nas vias e logradouros públicos.” (fls. 51)

“em atenção ao questionamento do item “1º”..., a fiscalização das disposições previstas na propositura seriam absorvidas pelo corpo fiscalizatório das Subprefeituras e, no tocante à fiscalização das questões higiênico-sanitárias, da COVISA. No tocante ao impacto orçamentário-financeiro gerado com a aprovação da propositura, bem como o impacto esperado sobre a receita tributária, ressaltamos que, uma vez já estando o assunto disciplinado por lei vigente (Lei nº 15.947/13), a questão resta prejudicada. (fl. 51)

Esse órgão opinou “pelo veto ao Projeto de Lei n. 446/2013, tendo em vista que a matéria nele tratada já se encontra disciplinada pela Lei n. 15.947/13, regulamentada pelo Decreto nº 55.085/14”. (fls.53)

Elaboração: Marcia Akemi Endo - Consultora Técnica Legislativa - Economista

PARECER Nº
O PROJETO DE LEI Nº 446/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Gilberto Natalini, visa autorizar, no âmbito do Município de São Paulo, o exercício da atividade de microempreendedores especificados na Classificação Nacional de Atividades Econômicas, CNAE, com um dos seguintes códigos:

- a) 4729-6/99, que compreende o comércio varejista em lojas especializadas produtos alimentícios em geral não especificados anteriormente, tais como produtos naturais e dietéticos; comidas congeladas, mel, etc.; café moído; sorvetes, embalados, em potes e similares; e também os estabelecimentos comerciais com venda predominante de produtos alimentícios industrializados (lojas de conveniência) além de outros produtos não alimentícios; os estabelecimentos comerciais com venda de produtos alimentícios variados (lojas de delicatessen);
- b) 5612-1/00, que compreende tanto o serviço de alimentação de comida preparada, para o público em geral, em locais abertos, permanentes ou não, tais como trailers, carrocinhas e outros tipos de ambulantes de alimentação preparada para consumo imediato; como também a venda de alimentos preparados em máquinas de serviços automáticas.

A propositura estabelece ainda que:

- a) para habilitar-se à prática da atividade o microempreendedor deverá apresentar, sem prejuízo de outras exigências legais, curso de qualificação e de manuseio de alimento, feito através de

instituição reconhecida como Sebrae, Prefeitura ou Sindicato de Classe; equipamentos padronizados e homologados pelo Sindicato de Classe e pelo Corpo de Bombeiros;

- b) os microempreendedores serão matriculados, mediante apresentação de documentação de comprovação da atividade de microempreendedor individual, na subprefeitura em cuja área atuarão exclusivamente.

Foram solicitadas informações ao Executivo, respondendo os órgãos competentes que “...Manifestação da Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras (SMSP): “a venda de produto alimentício nas vias e logradouros públicos já se encontra regulamentada tanto pela Lei nº 11.039/92 [que disciplina o exercício do comércio ou prestação de serviços ambulantes nas vias e logradouros públicos do Município de São Paulo] quanto pela Lei nº 15.947/13 [que dispõe sobre as regras para comercialização de alimentos em vias e áreas públicas - comida de rua - e dá outras providências].”

Esse órgão opinou “pelo veto ao Projeto de Lei n. 446/2013, tendo em vista que a matéria nele tratada já se encontra disciplinada pela Lei n. 15.947/13, regulamentada pelo Decreto nº 55.085/14”.

Destarte, apesar das elevadas intenções do nobre Autor, quanto aos aspectos atinentes a esta Comissão, consideramos que a matéria não deva prosperar, pelas razões técnicas acima expostas.

Contrário, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

VOTO EM SEPARADO AO RELATÓRIO DO RELATOR DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 446/2013

De autoria do nobre Vereador Gilberto Natalini, o presente projeto de lei objetiva autorizar, no âmbito do Município de São Paulo, o exercício da atividade de microempreendedores especificados na Classificação Nacional de Atividades Econômicas, CNAE, com um dos seguintes códigos:

- c) 4729-6/99, que compreende o comércio varejista, em lojas especializadas, de produtos alimentícios em geral não especificados anteriormente, tais como produtos naturais e dietéticos; comidas congeladas, mel, etc.; café moído; sorvetes, embalados, em potes e similares; e também os estabelecimentos comerciais com venda predominante de produtos alimentícios industrializados (lojas de conveniência) além de outros produtos não alimentícios; os estabelecimentos comerciais com venda de produtos alimentícios variados (lojas de delicatessen);
- d) 5612-1/00, que compreende tanto o serviço de alimentação de comida preparada, para o público em geral, em locais abertos, permanentes ou não, tais como trailers, carrocinhas e outros tipos de ambulantes de alimentação preparada para consumo imediato; como também a venda de alimentos preparados em máquinas de serviços automáticas.

Ademais, a propositura estabelece que, para habilitar-se à prática da atividade, o microempreendedor deverá apresentar, sem prejuízo de outras exigências legais, curso de qualificação e de manuseio de alimento, feito através de instituição reconhecida como Sebrae, Prefeitura ou Sindicato de Classe; equipamentos padronizados e homologados pelo Sindicato de Classe e pelo Corpo de Bombeiros. Os microempreendedores também serão matriculados, mediante apresentação de documentação de comprovação da atividade de microempreendedor individual, na Subprefeitura em cuja área atuarão exclusivamente.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo que procura adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa, bem como para sanar eventual vício de iniciativa.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, portanto,

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

40) PL 514/2013	Ver. MÁRIO COVAS NETO (PSDB); Ver. PR. EDEMILSON CHAVES (PTB)	Votação			
			Favor	Contra	Abst.
AUTORIZA A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, ATRAVÉS DO DTP - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE PÚBLICO, A UTILIZAR O ENCOSTO DE CABEÇA DOS BANCOS DIANTEIROS (PARTE TRASEIRA) DOS TAXIS PARA VEICULAR PROPAGANDA INSTITUCIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB) Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA	Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-	-
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PSB)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

Adiado por 4 (quatro) sessões em 17/02/2016 a pedido do Ver. Jair Tatto.

Adiado por 1 (uma) sessão em 11/05/2016 a pedido do Ver. Adolfo Quintas.

ASSUNTO: autoriza a Prefeitura do Município de São Paulo, através do DTP - Departamento de Transporte Público, a utilizar o encosto de cabeça dos bancos dianteiros (parte traseira) dos táxis para veicular propaganda institucional como campanhas, números de telefones úteis, etc..
O DTP criará mecanismos de fiscalização para acompanhar o correto uso da nova aplicação.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: (fls. 61-63) pela legalidade, com substitutivo “a fim de adequar a proposta à melhor técnica de elaboração legislativa suprimindo sua característica de norma autorizativa imprópria e também para inserir o pretendido pela propositura no bojo da Lei nº 14.223/06 que já versa sobre a matéria contida no texto proposto, em atenção ao previsto no art. 7º, IV da Lei Complementar nº 95/98.”

A Lei Nº 14.223, de 26/09/2006, dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do Município de São Paulo.

“Art. 9º. É proibida a instalação de anúncios em:

...

XII - nos veículos automotores, motocicletas, bicicletas e similares e nos "trailers" ou carretas engatados ou desengatados de veículos automotores, excetuados aqueles utilizados para transporte de carga.”

O substitutivo da CCJLP altera a redação do inciso XII do art. 9º da Lei nº 14.223, de 26 de setembro de 2006 e acrescenta o parágrafo único ao mesmo dispositivo, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“XII - nos veículos automotores, motocicletas, bicicletas e similares e nos “trailers” ou carretas engatados ou desengatados de veículos automotores, excetuados **os táxis** e aqueles utilizados para transporte de carga.

Parágrafo único. Em relação aos táxis, será permitida a veiculação de propaganda institucional na

parte traseira do encosto da cabeça do banco dianteiro do passageiro e do motorista". (NR)

Comissão de Administração Pública: (fl. 64) Favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: (fl. 65) Favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Comissão de Finanças e Orçamento: Quesitos ao Executivo, fl. 68. Resposta do Executivo: (fls. 69-87)

SP- URBANISMO: "... consideramos que a Lei nº 14.223/06 teve como um de seus objetivos fundamentais a ordenação da paisagem urbana, controlando os impactos causados pela publicidade visível do logradouro público.

A veiculação de anúncio publicitário "na parte traseira do encosto da cabeça do banco dianteiro do passageiro e do motorista", não é visível do logradouro público e portando não demanda uma alteração na Lei! Com este motivo, consideramos que a proposta de alteração da Lei nº 14.223/06 não deve prosperar." (fl. 71)

Secretaria Municipal de Transportes:

"A Lei 7.329, de 11 de julho de 1969, que normatiza a execução do serviço de transporte individual de passageiros com veículos de aluguel à taxímetro, determina que compete à Secretaria Municipal de Transportes a autorização de equipamentos que não sejam originais de fábrica nos veículos utilizados para a prestação de serviços.

Abaixo segue transcrição do artigo da Lei supracitada que demonstra a infração cometida pela utilização de equipamentos não autorizados:

.....
Artigo 42º - Aos permissionários e aos condutores de táxis serão aplicadas penalidades classificadas em Grupos A, B, C e D, nos seguintes casos de infração:
PENALIDADES DO GRUPO "B":

(...)

X - Utilizar veículo no serviço de táxi com equipamentos que não sejam originais de fábrica ou aprovados pela Secretaria Municipal de Transportes.

(...) entende que a matéria em questão e a propositura em si não são passíveis de projeto de Lei, uma vez que a definição da competência já está delineada através da Lei 7.329/1969. A edição de normas complementares à Lei retromencionada, nesta esteira, é realizada por meio de portaria expedida pelo Secretário Municipal de Transportes.

Considerando esta prerrogativa legal, a SMT editou as Portarias nº 163/2010 - SMT.GAB ... e a Portaria nº 119/2011- DTP.SMT, que autoriza a utilização de equipamentos não originais de fábrica no interior dos veículos táxi com a finalidade de entretenimento ou exploração publicitária, mediante critérios que atendam ao interesse público.

Note-se que as Portarias retromencionadas autorizam não somente a exploração publicitária no encosto de cabeça, mas autoriza também quaisquer tipos de mídia televisiva e impressa, e reserva à municipalidade 15% (quinze por cento) do espaço destinado à publicidade para propaganda institucional e de utilidade pública, realizadas ou apoiadas pela Prefeitura de São Paulo.

Diante do exposto, opinamos, s.m.j., no sentido de apresentar **parecer contrário** ao projeto de lei em tela, levando-se em consideração a legislação vigente que regula os serviços de táxi no Município e por não trazer inovação jurídica ao ordenamento normativo municipal."(fls. 83-84)

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

“... pelo veto total ao Projeto de Lei nº 514/13” (fl. 87)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Tendo em vista a manifestação do Executivo, o projeto, em tese, não acarreta novas despesas de fiscalização.

Elaboração: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

Revisão: Thiago de Carvalho Alves – Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 514/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Pr. Edemilson Chaves e Mário Covas Neto, visa autorizar a Prefeitura do Município de São Paulo, através do DTP - Departamento de Transporte Público, a utilizar o encosto de cabeça dos bancos dianteiros (parte traseira) dos táxis para veicular propaganda institucional da cidade como campanhas, números de telefones úteis, entre outros.

O Departamento de Transporte Público, conforme o art. 2º, deverá criar mecanismos de fiscalização para acompanhar o correto uso da nova aplicação.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou parecer pela legalidade, com substitutivo “a fim de adequar a proposta à melhor técnica de elaboração legislativa suprimindo sua característica de norma autorizativa imprópria e também para inserir o pretendido pela propositura no bojo da Lei nº 14.223/06 que já versa sobre a matéria contida no texto proposto, em atenção ao previsto no art. 7º, IV da Lei Complementar nº 95/98.”

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

41) PL 557/2013	Ver. GILSON BARRETO (PSDB); Ver. PATRÍCIA BEZERRA (PSDB); Ver. EDUARDO TUMA (PSDB); Ver. CORONEL TELHADA (PSDB); Ver. AURELIO NOMURA (PSDB); Ver. CLAUDINHO DE SOUZA (PSDB); Ver. ANDREA MATARAZZO (PSD)	Votação			
DISPÕE SOBRE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS APLICÁVEIS EM CASOS DE DISCRIMINAÇÃO EM VIRTUDE DA RAÇA, SEXO, COR, ORIGEM, ETNIA, RELIGIÃO, PROFISSÃO, IDADE, PORTE OU DEFICIÊNCIA, DOENÇA NÃO CONTAGIOSA, OU EM RAZÃO DE ORIENTAÇÃO SEXUAL, NO ÂMBITO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS SITUADOS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-	-
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PSB)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. JAIR TATTO (PT)					
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: dispõe sobre sanções administrativas aplicáveis em casos de discriminação em virtude da raça, sexo, cor, origem, etnia, religião, profissão, idade, porte ou deficiência, doença não contagiosa, ou em razão de orientação sexual, no âmbito dos estabelecimentos comerciais situados no Município de São Paulo.

O art. 2º define como discriminação toda ação ou omissão, expressa ou tácita, em razão da raça, sexo, cor, origem, etnia, religião, profissão, idade, porte ou deficiência, doença não contagiosa, ou em razão de orientação sexual, que a exponha de forma vexatória, constrangedora, ou tratamento diferenciado, e, em especial:

- I - proíba o acesso ou permanência da pessoa ao estabelecimento;
- II - submeta a pessoa a tratamento diferenciado;
- III - desprezo no atendimento;
- IV - iniba a livre expressão do pensamento ou manifestação de afetividade;
- V - divulgue, de qualquer modo, símbolos ou propaganda que incitem a discriminação.

Pelo art. 3º, as penalidades aplicáveis seriam:

- I - advertência;
- II - multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais);
- III - suspensão do alvará de funcionamento por 30 (trinta) dias;
- IV - cassação do alvará de licença de funcionamento.

O art. 4º estabelece que as representações contra atos discriminatórios poderão ser apresentadas oralmente ou por escrito com narração dos fatos com identificação do denunciante, garantindo-se o sigilo a terceiros. O § 2º desse mesmo artigo determina que o fato denunciado será apurado pelo Poder Público Municipal por meio do departamento competente.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 74/77), com

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

apresentação de substitutivo “que se impõe para retirar da proposta o § 2º do artigo 4º que, por impor condutas concretas a serem adotadas pelo Executivo, viola o princípio da independência e harmonia entre os Poderes” (fls. 75).

Comissão de Administração Pública: parecer favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 78/79).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: parecer favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 81/82).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: parecer favorável de acordo com o substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 83).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Em avaliação preliminar, a ser confirmada por informações adicionais, inclusive provenientes do Executivo, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Sugerimos envio de quesitos ao Executivo.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

PARECER Nº
O PROJETO DE LEI Nº 557/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Coronel Telhada, Gilson Barreto, Aurélio Nomura, Claudinho de Souza, Andrea Matarazzo, Eduardo Tuma e Patrícia Bezerra, visa dispor sobre sanções administrativas aplicáveis em casos de discriminação em virtude da raça, sexo, cor, origem, etnia, religião, profissão, idade, porte ou deficiência, doença não contagiosa, ou em razão de orientação sexual, no âmbito dos estabelecimentos comerciais situados no Município de São Paulo.

O art. 2º define como discriminação toda ação ou omissão, expressa ou tácita, em razão da raça, sexo, cor, origem, etnia, religião, profissão, idade, porte ou deficiência, doença não contagiosa, ou em razão de orientação sexual, que a exponha de forma vexatória, constrangedora, ou tratamento diferenciado, e, em especial:

- I - proíba o acesso ou permanência da pessoa ao estabelecimento;
- II - submeta a pessoa a tratamento diferenciado;
- III - desprezo no atendimento;
- IV - iniba a livre expressão do pensamento ou manifestação de afetividade;
- V - divulgue, de qualquer modo, símbolos ou propaganda que incitem a discriminação.

Pelo art. 3º, as penalidades aplicáveis seriam:

- I - advertência;
- II - multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais);
- III - suspensão do alvará de funcionamento por 30 (trinta) dias;
- IV - cassação do alvará de licença de funcionamento.

O art. 4º estabelece que as representações contra atos discriminatórios poderão ser apresentadas oralmente ou por escrito com narração dos fatos com identificação do denunciante, garantindo-se o sigilo a terceiros. O § 2º desse mesmo artigo determina que o fato denunciado será apurado pelo Poder Público Municipal por meio do departamento competente.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Favorável, portanto, é o parecer.
Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

42) PL 12/2014	Ver. JEAN MADEIRA (PRB)	Votação			
INSTITUI NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, O EVENTO FÉ SÃO PAULO - "LOUVORZÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB) Parecer: FAVORAVEL			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-	-
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PSB)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: institui, no âmbito do Município de São Paulo, o evento Fé São Paulo — Louvorzão, a ser organizado pela São Paulo Turismo — SP Turis, e realizado anualmente no dia 15 de novembro, podendo compor o calendário Oficial de Eventos do Município de São Paulo.

De acordo com a propositura, o poder Executivo poderá firmar parcerias, com empresas, clubes e associações desportivas, entidades educativas e outras entidades da sociedade civil visando a promoção do evento; e a divulgação do evento Fé São Paulo - "Louvorzão" será feita em veículos de mídia impressa, falada e televisiva, bem como no Portal da Prefeitura, na Internet e no Diário Oficial da Cidade.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fl. 32).

Comissão de Administração Pública: favorável (fl. 33).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável (fl. 34).

Comissão de Finanças e Orçamento: solicitou informações ao Executivo (fls. 35), que, em sua resposta (fls. 37-42), faz, entre outras, as seguintes afirmações:

- i) SPTuris informa que "(...)o evento Louvorzão teve como valor total o montante de R\$ 581.458,20 (quinhentos e oitenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e vinte centavos), os quais foram suportados por contratos firmados entre a PMSP/Secretaria Municipal de Cultura e a São Paulo Turismo S/A (...)", fls. 38;
- ii) SMC considera que "(...) Da forma como o evento foi previsto na minuta de fls. 04, temos que a propositura em comento não pode prosperar. Ora, uma coisa é prever o evento dentre aqueles constantes do Calendário Oficial da Cidade, conforme disposto na Lei Municipal nº 14.485/2007 (...). Outra situação, que não se admite, é criar, por lei, um evento, de cunho religioso, atribuindo a responsabilidade por sua promoção ao Executivo (artigo 3º), em flagrante ofensa ao 'princípio da separação de poderes', sem falar na disposição constante do artigo 19, I, da Constituição Federal, respeitante ao "Estado Laico". Embora a *São Paulo Turismo – SP Turis* não tenha se manifestado a respeito, a determinação para que a mesma organize o evento não nos parece adequada aos princípios da Ordem Econômica, especialmente por tratar-se de pessoa jurídica com personalidade própria (...). Por fim, cabe ressaltar que a data escolhida (...) seria de todo 'inconveniente', na medida em que coincide com o famigerado feriado de Proclamação da República", fls. 40-41. Há manifestação do Exmo. Sr. Secretário

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Nabil Bonduki “(...) endossando o parecer precedente da Assessoria Jurídica, para concluir que o Projeto de Lei nº 12/14, tal como apresentado, não reúne condições de prosseguimento, sem prejuízo desta Secretaria (...) apoiar determinadas manifestações culturais de cunho musical (...) dependendo de um contexto mais amplo envolvendo sua programação anual de eventos e a correspondente disponibilidade orçamentária, inclusive mediante a contratação de serviços junto a SP Turis (...)”, fls. 42.

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto atribui à SPTuris a responsabilidade pela organização do evento. Foram elaborados quesitos ao Executivo para avaliar o impacto orçamentário-financeiro da disposição (ver acima).

Caso se torne lei, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Elaboração: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo – Economia

Revisão: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo – Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 12/2014

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Jean Madeira, visa instituir, no âmbito do Município de São Paulo, o evento Fé São Paulo — Louvorzão, a ser organizado pela São Paulo Turismo — SP Turis, e realizado anualmente no dia 15 de novembro, podendo compor o calendário Oficial de Eventos do Município de São Paulo.

De acordo com a propositura, o poder Executivo poderá firmar parcerias, com empresas, clubes e associações desportivas, entidades educativas e outras entidades da sociedade civil visando a promoção do evento; e a divulgação do evento Fé São Paulo - “Louvorzão” será feita em veículos de mídia impressa, falada e televisiva, bem como no Portal da Prefeitura, na Internet e no Diário Oficial da Cidade.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

43) PL 63/2014		Ver. EDUARDO TUMA (PSDB)			
DISPÕE SOBRE A RESERVA DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO DE SHOPPINGS CENTERS, HIPERMERCADOS, ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E CONGÊNERES PARA AUTOMÓVEIS ECOLÓGICOS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.		Votação			
			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-	-
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
Relator: Ver. JAIR TATTO (PT)		Ver. OTA (PSB)	-	-	-
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: assegura a reserva de vagas preferenciais para automóveis ecológicos nos estacionamentos públicos ou particulares mantidos por shopping centers, hipermercados, agências bancárias, estabelecimentos comerciais ou congêneres no âmbito do Município de São Paulo. As vagas deverão ser em número equivalente a três por cento do total, havendo no mínimo uma vaga, devidamente sinalizada e com as especificações técnicas de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes. A utilização das vagas será feita mediante a utilização de adesivo de identificação, afixado no veículo, fornecido pela autoridade de trânsito local. Consideram-se automóveis ecológicos, para os fins do projeto, aqueles que não são movidos exclusivamente por motores à combustão, tais como: os automóveis híbridos, solares, hidrogênicos ou elétricos.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: apresentou substitutivo (fls. 103/106), “para adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa fixando a multa em reais tendo em vista a extinção da UFIR” (fls. 104).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: realizou duas audiências públicas (fls. 107 a 111 e 112 a 117) com citações a fls. 108, 115 e 116.

Essa Comissão exarou parecer favorável ao substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 119 e 120).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: parecer favorável ao substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 121 e 122).

Comissão de Finanças e Orçamento: foram solicitadas informações ao Executivo (fl. 123) com respostas nas fls. 125 a 136:

-“tendo em vista que os automóveis elétricos, híbridos e outros movidos a fontes alternativas ainda estejam restritos a poucos modelos no mercado, não estando, portanto, ao alcance da maioria da população, e levando em consideração as disposições vigentes bem como a revisão do Código de Obras e Edificações, entendemos que a reserva de vagas apara apenas alguns empreendimentos não seria uma ferramenta eficaz no combate à poluição do equilíbrio do meio ambiente.” – Secretaria Executiva dos Órgãos Colegiados – Secretaria Municipal de Licenciamento (fl. 128);

-“Louvando o empenho do legislador em incentivar a utilização de veículos que protegem o meio ambiente da poluição causada por veículos movidos por motores à combustão, entendemos nada haver em contrário, sob o ponto de vista das competências da área de uso e ocupação de solo.” – Supervisão

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Geral de Uso e Ocupação do Solo – Coordenação de Subprefeituras (fl. 131);

“O projeto em tela parece-nos inconstitucional por afrontar o princípio da igualdade, uma vez que cria uma distinção entre pessoas sem justificativa razoável. No caso das vagas de estacionamento preferenciais para idosos, gestantes e pessoas com mobilidade reduzida, a justificativa para a distinção é razoável. Isso porque é a condição física permanente ou temporária da pessoa com mobilidade reduzida que autoriza a lei estabelece vagas preferenciais, reservadas e próximas das entradas e saídas dos estabelecimentos. A distinção estabelecida no projeto de lei em análise, contudo, não encontra justificativa razoável. Ante o exposto, em que pese o louvor da iniciativa, entendemos que a proposta padece de inconstitucionalidade” - Assessoria Técnica de Assuntos Jurídicos - Coordenação de Subprefeituras (fl. 132).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Em manifestação a pedidos de informações, o Executivo aponta, entre outros pontos, que: “O projeto em tela parece-nos inconstitucional por afrontar o princípio da igualdade, uma vez que cria uma distinção entre pessoas sem justificativa razoável.”

Não foi respondida a pergunta em relação ao impacto orçamentário-financeiro da propositura no tocante às atividades de fiscalização. Em avaliação preliminar, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, relativas a cadastramento de veículos e distribuição de adesivos de identificação, além de fiscalização, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
O PROJETO DE LEI Nº 63/2014

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Eduardo Tuma, visa assegurar a reserva de vagas preferenciais para automóveis ecológicos nos estacionamentos públicos ou particulares mantidos por shopping centers, hipermercados, agências bancárias, estabelecimentos comerciais ou congêneres no âmbito do Município de São Paulo.

As vagas deverão ser em número equivalente a três por cento do total, havendo, no mínimo, uma vaga, devidamente sinalizada e com as especificações técnicas de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes. A utilização das vagas será feita mediante a utilização de adesivo de identificação, afixado no veículo, fornecido pela autoridade de trânsito local. Consideram-se automóveis ecológicos, para os fins do projeto, aqueles que não são movidos exclusivamente por motores à combustão, tais como: os automóveis híbridos, solares, hidrogênicos ou elétricos.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo, “para adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa fixando a multa em reais tendo em vista a extinção da UFIR”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

44) PL 145/2014	Ver. SANDRA TADEU (DEMOCRATAS)	Votação			
DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE ADVERTÊNCIA SOBRE OS MALEFÍCIOS DO CONSUMO DO ÁLCOOL NOS RÓTULOS DE EMBALAGENS DE BEBIDAS ALCOÓLICAS COMERCIALIZADAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-	-
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PSB)	-	-	-
Relator: Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: determina que as bebidas alcoólicas comercializadas no âmbito do Município de São Paulo, qualquer que seja o seu teor alcoólico, deverão conter no rótulo de sua embalagem advertência sobre os riscos e potenciais danos que o consumo de bebidas alcoólicas causam à saúde.

Segundo o art. 2º, a infração ao disposto nesta Lei acarretará ao infrator, proprietário ou responsável do estabelecimento, distribuidor ou ainda produtor, as seguintes cominações, aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato, sem prejuízo das demais sanções previstas pelo Código de Defesa do Consumidor: i) advertência; ii) multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), de acordo com a gravidade da infração e capacidade econômica do infrator, aplicada em dobro em caso de reincidência; iii) apreensão do produto; iv) interdição do estabelecimento; v) cassação da licença de funcionamento.

De acordo com o art. 3º, os fabricantes e estabelecimentos comerciais deverão adequar os produtos no prazo de seis meses, contados da data de publicação da presente Lei.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 108-111).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: favorável (fls. 112-113).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: favorável (fl. 114).

Comissão de Finanças e Orçamento: foram feitos quesitos ao Executivo (fl. 116) com resposta às folhas 118-123:

- “... no âmbito do Município de São Paulo, a COVISA através da Subgerência de Vigilância de Alimentos, desenvolve as ações de fiscalização dos alimentos e bebidas. Contudo, não atua nas ações de fabricação, registro e rotulagem de bebidas alcoólicas, e sim sobre produtos acabados, prontos para o consumo, ofertados nos comércios varejistas, atacadistas e importadoras de alimentos e bebidas” (Coordenação de Vigilância em Saúde, SMS, fl. 119).
- “...consideramos que o Projeto de Lei nº 145/14 é uma medida que se restringe apenas a objeto de atuação de outro órgão regulador e fiscalizador, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, não sendo possível a Vigilância Sanitária atuar na proibição da fabricação, rotulagem, registro e importação de bebidas alcoólicas, conseqüentemente sem a abrangência necessária para a intervenção na questão do propositura do Projeto de Lei 145/14. Diante do exposto, avaliamos que a propositura do Projeto de Lei nº 145/14 não deve prosperar,

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

por já existir regulamentação oficial e satisfatória do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA” (Coordenação de Vigilância em Saúde, SMS, fl. 119).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Projeto distribuído originalmente ao Ver. Adilson Amadeu, em 26/08/2015.

Em avaliação preliminar, a ser confirmada por informações adicionais, o projeto geraria despesas obrigatórias referentes à fiscalização, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia
Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE**
O PROJETO DE LEI Nº 145/2014

O presente projeto de lei, de autoria da nobre Vereadora Sandra Tadeu, visa dipor sobre a obrigatoriedade de advertência sobre os malefícios do consumo de álcool nos rótulos de embalagens de bebidas alcoólicas comercializadas no âmbito do Município de São Paulo.

Segundo o art. 2º, a infração ao disposto nesta Lei acarretará ao infrator, proprietário ou responsável do estabelecimento, distribuidor ou ainda produtor, as seguintes cominações, aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato, sem prejuízo das demais sanções previstas pelo Código de Defesa do Consumidor: i) advertência; ii) multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), de acordo com a gravidade da infração e capacidade econômica do infrator, aplicada em dobro em caso de reincidência; iii) apreensão do produto; iv) interdição do estabelecimento; v) cassação da licença de funcionamento.

De acordo com o art. 3º, os fabricantes e estabelecimentos comerciais deverão adequar os produtos no prazo de seis meses, contados da data de publicação da presente Lei.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

45) PL 417/2014 Ver. AURÉLIO MIGUEL (PR)		Votação			
DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE DENOMINAÇÃO DA RUA PASSAGEM SEIS, PARA RUA NELSON MANDELA, LOCALIZADA NO JARDIM DRACENA, DISTRITO DO BUTANTÃ. Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB) Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-	-
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PSB)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: dispõe sobre a alteração de denominação da Rua Passagem Seis para Rua Nelson Mandela, localizada no Jardim Dracena, Distrito do Butantã.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: solicitou informações ao Executivo (fls. 35), com resposta a fls. 36/49.

Essa Comissão exarou parecer pela legalidade (fls. 50/51), com apresentação de substitutivo cuja ementa é "Denomina como Travessa Nelson Mandela, o logradouro público inominado, no Distrito de Raposo Tavares, Subprefeitura do Butantã e dá outras providências."

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: parecer favorável na forma do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 52/53).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: parecer favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 54).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 417/2014

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Aurélio Miguel, visa dispor sobre a alteração de denominação da Rua Passagem Seis para Rua Nelson Mandela, localizada no Jardim Dracena, Distrito do Butantã.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, tendo em vista informações do Executivo, apresentou substitutivo cuja ementa é "Denomina como Travessa Nelson Mandela, o logradouro público inominado, no Distrito de Raposo Tavares, Subprefeitura do Butantã e dá outras providências."

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do mencionado substitutivo da Comissão de

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Constituição, Justiça e Legislação Participativa.
Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

46) PL 423/2014		Ver. CALVO (PDT)		Votação			
DISPÕE SOBRE A EMENDA DA LEI Nº 14.485, DE 19 DE JULHO DE 2007, COM O FIM DE ALTERAR O INCISO LXXVII DO ARTIGO 7º, NAS CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (REF. AO DIA 18 DE ABRIL EM HOMENAGEM AO CODIFICADOR DA DOCTRINA ESPÍRITA - ALLAN KARDEC EM QUE SE COMEMORA O DIA DO ESPÍRITA).					Favor	Contra	Abst.
				Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
				Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-	-
				Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
				Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
				Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
				Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
				Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
				Ver. OTA (PSB)	-	-	-
				Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. JAIR TATTO (PT)							
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO							

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: dispõe sobre a emenda da Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, com o fim de alterar o inciso LXXVII do Artigo 7º, nas condições que especifica.

Pelo art. 1º da propositura, o inciso LXXVII do art. 7º da Lei 14.485, de 19 de julho de 2007, passaria a vigorar com a seguinte redação:

"LXXVII - semana em que recair o dia 18 de abril: o Dia Municipal dos Espíritas (Data decorrente da publicação do lançamento da obra: Livro dos Espíritas, por Allan Kardec), sendo as atividades alusivas à efeméride realizadas no Plenário da Edilidade Paulistana".

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade, com apresentação de substitutivo "a título de aperfeiçoamento do projeto de Lei em análise, adaptando-o às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis", alterando a redação do inciso para:

"LXXVII- semana em que recair o dia 18 de abril: o Dia Municipal dos Espíritas (Data decorrente da publicação do lançamento da obra: Livro dos Espíritas, por Allan Kardec) (NR)."

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: parecer favorável, com apresentação de substitutivo "a fim de adaptar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa bem como atingir eficazmente um de seus objetivos - qual seja, o de adequar o ordenamento jurídico municipal à legislação estadual regente sobre a mesma matéria". O inciso passa a ter a seguinte redação:

"LXXVII- semana em que recair o dia 18 de abril: a Semana da Codificação da Doutrina Espírita (NR)."

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
 Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

PROJETO DE LEI Nº 423/2014

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Calvo, visa dispor sobre a inclusão, no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo, do Dia Municipal dos Espíritos, a ser comemorado na semana em que recair o dia 18 de abril, data essa decorrente da publicação do lançamento da obra: Livro dos Espíritos, por Allan Kardec, sendo as atividades alusivas à efeméride realizadas no Plenário da Edilidade Paulistana.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo "a título de aperfeiçoamento do projeto de Lei em análise, adaptando-o às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis".

Por seu turno, a colenda Comissão de Educação, Cultura e Esportes também apresentou substitutivo "a fim de adaptar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa bem como atingir eficazmente um de seus objetivos - qual seja, o de adequar o ordenamento jurídico municipal à legislação estadual regente sobre a mesma matéria". O inciso passa a ter a seguinte redação:

"LXXVII- semana em que recair o dia 18 de abril: a Semana da Codificação da Doutrina Espírita (NR)."

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do mencionado substitutivo da Comissão de Educação, Cultura e Esportes.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

47) PL 50/2015	Ver. VALDECIR CABRABOM (PTB)	Votação		
ALTERA A LEI Nº 14.485, DE 19 DE JULHO DE 2007, PARA INCLUIR O DIA DO ASSESSOR PARLAMENTAR, A SER COMEMORADO ANUALMENTE NO DIA 29 DE OUTUBRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.		Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
	Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-	-
	Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
	Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
	Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
	Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
	Ver. OTA (PSB)	-	-	-
Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA				

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

Adiado por 2 (duas) sessões em 14/10/2015 a pedido do Ver. Jair Tatto;

Adiado por 1 (uma) sessão em 28/10/2015 de ofício pelo Ver. Paulo Fiorilo;

Adiado por 6 (seis) sessões em 04/11/2015 a pedido do Ver. Ricardo Nunes.

Adiado por 10 (dez) sessões 02/03/2016 a pedido do Ver. Aurélio Nomura.

ASSUNTO: altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir o Dia do Assessor Parlamentar, a ser comemorado, anualmente, no dia 29 de outubro.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 8/9), com apresentação de substitutivo "a fim de adaptar o texto às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998" (fls. 9).

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável na forma do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 10).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher:

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE**
O PROJETO DE LEI Nº 50/2015

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Valdecir Cabrabom, visa alterar a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir o Dia do Assessor Parlamentar, a ser comemorado, anualmente, no dia 29 de outubro.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo “a fim de adaptar o texto às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do mencionado substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

48) PL 122/2015		Ver. TONINHO PAIVA (PR)		Votação			
DENOMINA PRAÇA MARIO AUGUSTO MALGUEIRO, O LOGRADOURO INOMINADO, DELIMITADO PELOS ALINHAMENTOS DE IMÓVEIS E PELAS VIAS DE CIRCULAÇÃO: RUA HENRIQUE RODRIGUES PERES E AVENIDA OSVALDO VALLE CORDEIRO - DISTRITO ARTUR ALVIM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.					Favor	Contra	Abst.
				Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
				Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-	-
				Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
				Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
				Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
				Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
				Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
Relator: Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)				Ver. OTA (PSB)	-	-	-
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA				Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: Denomina Praça Mario Augusto Malgueiro o espaço livre delimitado pela Avenida Osvaldo Valle Cordeiro, Rua Henrique Rodrigues Peres e Córrego Guaiaúna, Distrito de Cidade Líder, Subprefeitura de Itaquera.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade, com substitutivo que “visa unicamente ajustar a descrição do logradouro, nos termos propostos pelo Executivo às fls. 36 dos autos.” (fls. 41-42)

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: Favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 43)

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: Favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 44)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, já previstas.

Elaboração: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia
Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE**
O PROJETO DE LEI Nº 122/2015

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Toninho Paiva, visa denominar Praça Mario Augusto Malgueiro o espaço livre delimitado pela Avenida Osvaldo Valle Cordeiro, Rua Henrique Rodrigues Peres e Córrego Guaiaúna, Distrito de Cidade Líder, Subprefeitura de Itaquera.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou parecer pela legalidade, com substitutivo que “visa unicamente ajustar a descrição do logradouro, nos termos propostos pelo Executivo às fls. 36 dos autos.”

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

49) PL 224/2015	Ver. ELISEU GABRIEL (PSB)	Votação		
DENOMINA ESPAÇO CARLOS PANHAM, O LOGRADOURO PÚBLICO INOMINADO, LOCALIZADO NO ENTROCAMENTO ENTRE AS RUAS ESTEVÃO GASCON E DANIEL FARIA GONÇALVES, NO JARDIM IPANEMA, SUBPREFEITURA DE PIRITUBA/JARAGUÁ.		Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
	Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-	-
	Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
	Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
	Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
	Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
Relator: Ver. OTA (PSB)				
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA	Ver. OTA (PSB)	-	-	-
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: denomina Praça Carlos Panham o logradouro público inominado, localizado no entroncamento entre as Ruas Estevão Gascon e Daniel Faria Gonçalves, no Jardim Ipanema, Subprefeitura Pirituba/Jaraguá.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade, com substitutivo que “visa unicamente ajustar a descrição do logradouro, nos termos propostos pelo Executivo às fls. 35 dos autos” (fls. 39-40).

“Fica denominado Praça Carlos Panham o canteiro central delimitado pelas Ruas Estevão Gascon e Joaquim Achaval no setor 188 – quadras 142, 143 e 144, localizado no Distrito do Jaraguá, Subprefeitura Pirituba/Jaraguá.”

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: favorável, na forma do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 41).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 42).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

Revisão: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 224/2015

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Eliseu Gabriel, visa denominar Praça Carlos Panham o canteiro central delimitado pelas Ruas Estevão Gascon e Joaquim Achaval no setor 188 – quadras 142, 143 e 144, localizado no Distrito do Jaraguá, Subprefeitura Pirituba/Jaraguá.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou parecer pela legalidade, com substitutivo que “visa unicamente ajustar a descrição do logradouro, nos termos propostos pelo Executivo às fls. 35 dos autos”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

50) PL 371/2015 Ver. TONINHO VESPOLI (PSOL)		Votação			
DECLARA O LIVRE EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE ENSINO BÁSICO NA REDE MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM O PREVISTO NOS ARTIGOS 5º, INCISOS IX E XIII E 170, PARÁGRAFO ÚNICO, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-	-
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PSB)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. JAIR TATTO (PT)					
Parecer: FAVORAVEL					
Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.					

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

ASSUNTO: torna livre o exercício da profissão de professor de educação física de ensino básico, da rede municipal de ensino público e privado, sendo vedada, como condição para o exercício da profissão, a exigência de filiação prévia em entidade profissional de qualquer espécie. A liberdade do exercício de profissão de professor de educação física deverá obedecer apenas às disposições da legislação de ensino brasileira.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fl. 41 e 42)

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: parecer favorável (fl. 43)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto não implica aumento de despesa de caráter continuado.

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia
Revisão: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE**
O PROJETO DE LEI Nº 371/2015

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Toninho Vespoli, visa tornar livre o exercício da profissão de professor de educação física de ensino básico, da rede municipal de ensino público e privado, sendo vedada, como condição para o exercício da profissão, a exigência de filiação prévia em entidade profissional de qualquer espécie. A liberdade do exercício de profissão de professor de educação física deverá obedecer apenas às disposições da legislação de ensino brasileira.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

51) PL 469/2015 Ver. ANTONIO DONATO (PT)		Votação			
FICA DENOMINADA A PISTA DE SKATE DO CEU BUTANTÃ-PROFª. ELIZABETH GASPAR TUNALA, "PISTA DE SKATE-LUIZ GONZAGA DE SOUZA" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. JAIR TATTO (PT) Parecer: FAVORAVEL			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-	-
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PSB)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.					
ASSUNTO: denomina a Pista de Skate do CEU Butantã - Profa. Elizabeth Gaspar Tunala, "Pista de					

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Skate - Luiz Gonzaga de Souza".

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: solicitou informações ao Executivo (fl. 46) com respostas nas fls.48 a 56. Exarou parecer pela legalidade (fl. 57)

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: parecer favorável (fl. 58)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia
Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE**
O PROJETO DE LEI Nº 469/2015

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Antonio Donato, visa denominar a Pista de Skate do CEU Butantã - Profa. Elizabeth Gaspar Tunala, "Pista de Skate – Luiz Gonzaga de Souza".

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

52) PL 490/2015 Ver. NOEMI NONATO (PR)		Votação		
		Favor	Contra	Abst.
ALTERA A LEI 14485, DE 19 DE JULHO DE 2007, PARA INCLUIR O 'DIA MUNICIPAL DO NOTÁRIO E DO REGISTRADOR', A SER CELEBRADO, ANUALMENTE, NO DIA 18 DE NOVEMBRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
	Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-	-
	Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
	Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
	Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
	Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
	Ver. OTA (PSB)	-	-	-
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)				
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA				

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia Municipal do Notário e do Registrador, a ser celebrado anualmente no dia 18 de novembro.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade, com substitutivo para adaptar o projeto às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis (fls. 09-10).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição,

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
 Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Justiça e Legislação Participativa (fls. 11)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, já orçadas.

Elaboração: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo - Economia
 Revisão: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE
O PROJETO DE LEI Nº 490/2015**

O presente projeto de lei, de autoria da nobre Vereadora Noemi Nonato, visa alterar a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia Municipal do Notário e do Registrador, a ser celebrado anualmente no dia 18 de novembro.

Em seu parecer, a douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo para adaptar o projeto às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, nos termos do substitutivo mencionado, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

53) PL 560/2015	Ver. ALFREDINHO (PT)	Votação			
ALTERA A LEI Nº 14.485 DE 19 DE JULHO DE 2007, PARA INCLUIR NO CALENDÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DA CIDADE DE SÃO PAULO, O EVENTO SAMBA NA 2 (DOIS), A SER COMEMORADO TODO 2º (SEGUNDO) DOMINGO DO MÊS DE OUTUBRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-	-
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PSB)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. JAIR TATTO (PT)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: altera o art. 7º da Lei 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no calendário oficial do Município da Cidade de São Paulo o evento Samba na 2 (dois), a ser comemorado anualmente todo 2º (segundo) domingo do mês de outubro, com participação aberta ao público de todas as regiões.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: apresentou substitutivo, “a fim de adaptar o texto às regras de técnica de legislativa elencadas na Lei Complementar nº 98, de 26 de

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
 Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação e consolidação das leis" (fls. 09 e 10).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável ao substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 11)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Bruno Nunes Medeiros - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Thiago de Carvalho de Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE
O PROJETO DE LEI Nº 560/2015**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Alfredinho, visa alterar o art. 7º da Lei 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no calendário oficial do Município da Cidade de São Paulo o evento Samba na 2 (dois), a ser comemorado anualmente todo 2º (segundo) domingo do mês de outubro, com participação aberta ao público de todas as regiões.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Requerimentos

54) REQ. FIN 39/2016	Ver. JAIR TATTO (PT)
Data do Requerimento: 18/05/2016	
<p>Considerando as reivindicações há mais de 30 anos dos moradores da região do córrego do Cordeiro que carecem de equipamentos para a prática de esportes, cultura e lazer;</p> <p>Considerando as obras no córrego Cordeiro que já começaram, e que estão eliminando as enchentes ao longo das avenidas Roque Petroni Júnior, Professor Vicente Rao, Vereador João de Luca e Cupecê;</p> <p>Considerando que no local é possível a construção de um SkatPark que abrange uma Pista de Skate, Academia de Terceira Idade, Playground e Ciclofaixa, que beneficiaria diretamente cerca de 62 mil habitantes dessa região;</p> <p>REQUEIRO à Douta Comissão de Finanças e Orçamento, na pessoa de seu Presidente nobre Vereador Jonas Camisa Nova, que nos termos regimentais solicite à Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras, na pessoa de seu Secretário Excelentíssimo Roberto Garibi, informações referentes a essa obra tais quais: quando está prevista a entrega da obra do piscinão do córrego do Cordeiro e se há projeto, possibilidade e verba para construir sobre a respectiva área, um espaço de entretenimento, lazer, esporte e cultura.</p>	

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
 Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

	Votação			
		Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
	Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-	-
	Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
	Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
	Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
	Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
	Ver. OTA (PSB)	-	-	-
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

55) REQ. FIN 40/2016	Ver. ABOU ANNI (PV); Ver. AURELIO NOMURA (PSDB); Ver. OTA (PSB)
Data do Requerimento: 25/05/2016	

Considerando que a Subcomissão para Estudar Práticas Abusivas na Contratação de Adolescentes em seu Primeiro Emprego, no Setor de Alimentação e Serviços, bem como seus Impactos Financeiros, instalada em 16/03/2016 está em pleno funcionamento.
 Considerando que em 14/06/2016 completa-se 90 (noventa dias) do início dos trabalhos.
 Requeiro, nos termos regimentais, à Comissão de Finanças e Orçamento que seja prorrogada por mais 90 (noventa) dias o prazo para conclusão dos trabalhos da Subcomissão, de acordo com o Requerimento o nº 6/2016 aprovado na Comissão em 17/02/2016. Vereadores Aurélio Nomura, Ota e Abou Anni.

	Votação			
		Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
	Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-	-
	Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
	Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
	Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
	Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
	Ver. OTA (PSB)	-	-	-
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

56) REQ. FIN 41/2016	Ver. OTA (PSB); Ver. AURELIO NOMURA (PSDB); Ver. JAIR TATTO (PT); Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS); Ver. RICARDO NUNES (PMDB)
Data do Requerimento: 31/05/2016	
Requeiro nos termos regimentais interno a convocação de Audiência Pública a ser realizada nesta Casa, para se discutir o Orçamento do Município e o Índice de Reajuste do Funcionalismo Público, em face aos reajustes salariais do servidorismo público aplicado nos últimos anos. Vereadores Jonas Camisa Nova, Aurélio Nomura, Jair Tatto, Ota, Ricardo Nunes.	
	Votação

57) REQ. FIN 42/2016	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)
Data do Requerimento: 31/05/2016	
CONSIDERANDO que é da competência desta comissão, entre outras, promover estudos, pesquisas e investigações sobre assuntos de interesse público, convocar autoridades ou cidadãos para prestar informações, fiscalizar o bom uso dos recursos públicos; REQUEIRO, tendo em vista as inúmeras reivindicações apresentadas nas Audiências Públicas da Lei de Diretrizes Orçamentárias realizadas nos dias 18/05/2016 e 31/05/2016, seja oficiada a Secretaria de Gestão para que encaminhe informações a esta Comissão sobre o impacto orçamentário para que seja realizada a recuperação salarial dos funcionários admitidos.	
	Votação

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

58) REQ. FIN 43/2016	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)			
Data do Requerimento: 31/05/2016				
<p>CONSIDERANDO que é da competência desta comissão examinar e emitir parecer sobre os planos e programas municipais e setoriais previstos na Lei Orgânica do Município, e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária;</p> <p>CONSIDERANDO que é igualmente da competência desta comissão opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;</p> <p>CONSIDERANDO o Balaço Patrimonial de 2015 e o Balancete Patrimonial do primeiro quadrimestre de 2016;</p> <p>REQUEIRO seja oficiada a Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico para que informe sobre o que segue:</p> <p>1) No Balanço Patrimonial de 2015 foi feito um “ajuste de perdas de créditos de longo prazo” correspondente a R\$ 4.362.793.565,10, também chamado de “Provisão para ajuste a valor recuperável”. O questionamento consiste em como se distribuiu este ajuste em termos de ISS, IPTU, Dívida não tributável e outros?</p> <p>Como foi feita esta estimativa e quais fatores e parâmetros utilizados?</p> <p>2) Nos Balancetes Patrimoniais de janeiro de 2016 a abril de 2016 está contabilizado um “ajuste de perdas de créditos a longo prazo” de R\$ 36.913.336.551,36 (especificamente em abril de 2016). Este valor corresponde a 41,3% do total da Dívida Ativa, lançado no mesmo balancete, de R\$ 89.486.200.063,04. O requerimento aqui consiste na seguintes questões:</p> <p>a) Baseado em que legislação a Secretaria de Finanças elimina um valor realizável, até então, de R\$ 36,9 bilhões ?</p> <p>b) Especificar os beneficiários (devedores) por tipo de tributo, incluídos no valor de R\$ 36,9 Bilhões, simplesmente excluídos do Ativo do respectivo Balancete Patrimonial ?</p> <p>c) Qual a causa dessa exclusão?</p> <p>d) Como se justifica esse valor?</p> <p>e) Quais os parâmetros utilizados para calcular esse valor ?</p> <p>Finalmente apresentar o levantamento completo do valor em referência.</p>				
	Votação			
		Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
	Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-	-
	Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
	Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
	Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
	Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
	Ver. OTA (PSB)	-	-	-
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-



Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 13ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 01/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

59) REQ. FIN 44/2016	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)			
Data do Requerimento: 31/05/2016				
<p>CONSIDERANDO que é da competência desta comissão, entre outras, promover estudos, pesquisas e investigações sobre assuntos de interesse público, convocar autoridades ou cidadãos para prestar informações, fiscalizar o bom uso dos recursos públicos;</p> <p>REQUEIRO, tendo em vista as inúmeras reivindicações apresentadas nas Audiências Públicas da Lei de Diretrizes Orçamentárias realizadas nos dias 18/05/2016 e 31/05/2016, seja oficiada a Secretaria de Gestão para que encaminhe informações a esta Comissão contendo o cronograma do chamamento/nomeação das vagas remanescentes dos aprovados nos concursos da carreira de Assistente Social.</p>				
	Votação			
		Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
	Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	-	-	-
	Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)	-	-	-
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
	Ver. EDIR SALES (PSD)	-	-	-
	Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
	Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	-	-	-
	Ver. OTA (PSB)	-	-	-
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-